



**Demonstrações Contábeis
Consolidadas - BrGaap
30/06/2017**

ÍNDICE GERAL

	Página
Demonstrativos Contábeis	02
Notas Explicativas da Administração	11
Resumo do Relatório do Comitê de Auditoria	114
Relatório dos Auditores Independentes	116
Parecer do Conselho Fiscal	125
Parecer do Conselho da Administração	126

Balço Patrimonial Consolidado

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

ATIVO	30/06/2017	31/12/2016	30/06/2016 (Nota 3(t))
CIRCULANTE	610.802.369	601.935.701	584.859.476
DISPONIBILIDADES (Nota 4)	9.237.137	10.763.601	9.650.474
APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ (Nota 5)	154.000.797	156.944.929	149.619.035
Aplicações no mercado aberto	142.123.938	144.645.896	138.125.024
Aplicações em depósitos interfinanceiros	11.876.868	12.299.071	11.494.077
Provisões para perdas	(9)	(38)	(66)
TÍTULOS E VAL. MOBIL. e INST. FINANC. DERIVATIVOS (Nota 6)	126.756.764	127.523.817	136.635.493
Carteira própria - livre	76.572.102	86.937.378	84.325.987
Vinculados a compromissos de recompra	39.031.183	30.269.898	43.118.080
Instrumentos financeiros derivativos	325.386	390.684	109.081
Vinculados ao Banco Central	746	1.070.867	675
Vinculados a prestação de garantias	5.839.347	4.183.775	4.622.731
Carteira de livre movimentação	4.988.000	4.671.215	4.458.939
RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS	129.884.584	120.368.660	109.474.698
Pagamentos e recebimentos a liquidar	1.231.148	19.621	1.328.945
Créditos vinculados - depósitos no BACEN (Nota 7 (a))	127.750.350	119.658.776	107.286.065
Correspondentes	903.086	690.263	859.688
RELAÇÕES INTERDEPENDÊNCIAS	49.379	131.817	66.193
Recursos em trânsito de terceiros	257	250	332
Transferências internas de recursos	49.122	131.567	65.861
OPERAÇÕES DE CRÉDITO (Nota 8)	146.419.025	144.495.318	142.394.074
Setor público	12.684.270	13.201.644	9.101.670
Setor privado	150.169.875	148.680.680	153.881.409
Operações de crédito vinculadas à cessão	1.847.041	1.937.294	1.210.642
Provisão para operações de crédito	(18.282.161)	(19.324.300)	(21.799.647)
OUTROS CRÉDITOS (Nota 9)	37.900.404	36.524.340	33.190.224
Créditos por avais e fianças honrados	31.450	30.567	35.029
Carteira de câmbio	5.018.285	5.412.747	5.518.696
Rendas a receber	2.192.024	2.138.956	2.954.648
Negociação e intermediação de valores	58.816	15.800	37.210
Créditos específicos	954.207	937.833	855.599
Diversos	30.253.061	28.445.066	24.244.111
Provisão para outros créditos	(607.439)	(456.629)	(455.069)
OUTROS VALORES E BENS (Nota 10)	6.554.279	5.183.219	3.829.285
Outros valores e bens	6.632.091	5.289.756	3.901.869
Provisões para perdas	(238.918)	(177.004)	(163.896)
Despesas antecipadas	161.106	70.467	91.312

Balço Patrimonial Consolidado

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

ATIVO	30/06/2017	31/12/2016	30/06/2016 (Nota 3(t))
NÃO CIRCULANTE	665.478.757	653.516.050	628.706.705
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	654.248.872	641.437.543	616.846.333
APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ (Nota 5)	172.283	130.232	
Aplicações em depósitos interfinanceiros	172.283	130.232	
TÍTULOS E VAL. MOBIL. e INST. FINANC. DERIVATIVOS (Nota 6)	58.722.889	53.820.292	44.586.725
Carteira própria - livre	13.228.449	12.236.898	8.799.473
Vinculados a compromissos de recompra	43.477.519	39.641.302	34.786.577
Instrumentos financeiros derivativos	480.443	488.131	997.657
Vinculados ao Banco Central	1.131.724	703	
Vinculados a prestação de garantias	404.754	1.453.258	3.018
RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS	29.054.188	28.111.790	27.314.616
Créditos vinculados - SFH (Nota 7 (b))	29.054.188	28.111.790	27.314.616
OPERAÇÕES DE CRÉDITO (Nota 8)	522.147.213	516.941.701	500.962.192
Setor público	45.616.969	46.536.043	47.485.639
Setor privado	482.256.658	474.441.187	460.839.723
Operações de crédito vinculadas à cessão	11.135.538	11.931.092	7.123.604
Provisão para operações de crédito	(16.861.952)	(15.966.621)	(14.486.774)
OUTROS CRÉDITOS (Nota 9)	44.152.299	42.433.528	43.982.800
Diversos	44.179.081	42.461.465	44.010.025
Provisão para outros créditos	(26.782)	(27.937)	(27.225)
PERMANENTE	11.229.885	12.078.507	11.860.372
INVESTIMENTOS (Nota 11)	5.171.997	5.174.014	4.955.362
Participações em coligadas e controladas:	4.563.450	4.644.478	4.526.220
No país	4.563.450	4.644.478	4.526.111
No exterior			109
Outros investimentos	780.681	780.971	703.970
Provisão para perdas	(172.134)	(251.435)	(274.828)
IMOBILIZADO DE USO (Nota 12)	3.079.651	3.419.634	3.697.550
Imóveis de uso	1.982.334	1.934.129	1.843.002
Reavaliações de imóveis de uso	706.183	710.140	710.140
Outras immobilizações de uso	7.659.134	7.582.219	7.466.488
Depreciações acumuladas	(7.268.000)	(6.806.854)	(6.322.080)
INTANGÍVEL (Nota 13)	2.978.237	3.484.859	3.207.460
Ativos intangíveis	4.873.185	5.169.088	4.860.824
Amortizações acumuladas	(1.894.948)	(1.684.229)	(1.653.364)
TOTAL	1.276.281.126	1.255.451.751	1.213.566.181

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis consolidadas

Balço Patrimonial Consolidado

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	30/06/2017	31/12/2016 (Nota 3(t))	30/06/2016 (Nota 3(t))
CIRCULANTE	671.862.267	670.388.637	685.174.745
DEPÓSITOS (Nota 14)	416.987.282	403.115.342	363.840.099
Depósitos à vista	30.263.838	31.882.854	26.577.289
Depósitos de poupança	261.251.049	252.403.109	239.739.497
Depósitos interfinanceiros	745.982	315.402	483.936
Depósitos a prazo	110.546.448	101.907.035	86.160.376
Depósitos especiais e de fundos e programas	14.179.918	16.606.897	10.878.942
Outros depósitos	47	45	59
CAPTAÇÕES NO MERCADO ABERTO (Nota 15)	144.244.136	150.680.825	171.306.429
Carteira própria	80.109.408	60.578.808	62.532.628
Carteira de terceiros	59.830.338	86.046.055	108.773.801
Carteira de livre movimentação	4.304.390	4.055.962	
RECURSOS DE ACEITES E EMISSÕES DE TÍTULOS (Nota 16)	43.517.797	49.792.920	87.385.233
Recursos de letras imobiliárias, hipotecárias, de crédito e similares	43.352.049	49.626.975	87.222.086
Obrigações por títulos e valores mobiliários no exterior	165.748	165.945	163.147
RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS	2.086.947	402.071	2.066.877
Recebimentos e pagamentos a liquidar	2.071.830	383.398	2.056.366
Correspondentes	15.117	18.673	10.511
RELAÇÕES INTERDEPENDÊNCIAS	655.176	1.350.005	737.329
Recursos em trânsito de terceiros	636.377	1.321.178	714.415
Transferências internas de recursos	18.799	28.827	22.914
OBRIGAÇÕES POR EMPRÉSTIMOS (Nota 17)	334.080	3.798.282	5.484.889
Empréstimos no exterior	334.080	3.798.282	5.484.889
OBRIGAÇÕES POR REPASSES DO PAÍS - INSTIT. OFICIAIS (Nota 17)	1.500.002	1.437.357	1.523.499
Tesouro Nacional - PIS	531.084	455.038	303.553
BNDES	926.616	662.750	1.095.257
FGTS	40.449	317.647	122.710
Outras	1.853	1.922	1.979
INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS (Nota 6 (g))	125.851	250.389	139.151
Instrumentos financeiros derivativos	125.851	250.389	139.151
OUTRAS OBRIGAÇÕES (Nota 18)	62.410.996	59.561.446	52.691.239
Cobrança e arrecadações de tributos e assemelhados	1.082.899	352.815	1.080.750
Carteira de câmbio	107.655	898.298	1.470.829
Sociais e estatutárias	1.640.984	1.065.283	1.546.995
Fiscais e previdenciárias	2.719.492	2.259.626	1.751.247
Negociação e intermediação de valores	96.890	17.968	10.443
Recursos para destinação específica:	14.013.127	9.814.956	11.322.694
Obrigações de operações com loterias	757.311	878.598	652.627
Obrigações por fundos e programas sociais	12.093.651	7.153.005	8.297.918
Obrigações por fundos financeiros e de desenvolvimento	1.162.165	1.783.353	2.372.149
Instrumentos híbridos de capital e dívida	751.318	460.234	481.604
Dívidas subordinadas	921.819	914.359	
Instrumentos de dívida elegíveis a capital			884.776
Diversas	41.076.812	43.777.907	34.141.901

Balço Patrimonial Consolidado

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	30/06/2017	31/12/2016 (Nota 3(t))	30/06/2016 (Nota 3(t))
NÃO CIRCULANTE	538.542.019	521.429.525	466.474.935
EXIGÍVEL A LONGO PRAZO	538.542.019	521.429.525	466.474.935
DEPÓSITOS (Nota 14)	111.044.999	109.075.169	99.575.998
Depósitos interfinanceiros	276.945	292.877	350.285
Depósitos a prazo	110.768.054	108.782.292	99.225.713
CAPTAÇÕES NO MERCADO ABERTO (Nota 15)	1.783.308	8.747.172	17.732.888
Carteira própria	1.783.308	8.747.172	13.919.833
Carteira de livre movimentação			3.813.055
RECURSOS DE ACEITES E EMISSÕES DE TÍTULOS (Nota 16)	101.801.350	104.301.509	76.597.512
Recursos de letras imobiliárias, hipotecárias, de crédito e similares	88.493.596	91.286.308	63.856.507
Obrigações por títulos e valores mobiliários no exterior	13.307.754	13.015.201	12.741.005
OBRIGAÇÕES POR EMPRÉSTIMOS (Nota 17)	3.861.879	1.626.796	312.346
Empréstimos no exterior	3.861.879	1.626.796	312.346
OBRIGAÇÕES POR REPASSES DO PAÍS - INSTIT. OFICIAIS (Nota 17)	251.238.028	237.529.064	222.723.779
Tesouro Nacional - PIS	93.375	473.244	563.091
BNDES	30.677.568	30.686.611	30.490.892
FGTS	217.866.278	203.839.306	189.236.352
Outras	2.600.807	2.529.903	2.433.444
INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS (Nota 6 (g))	880.563	822.422	753.087
Instrumentos financeiros derivativos	880.563	822.422	753.087
OBRIGAÇÕES POR REPASSES DO EXTERIOR (Nota 17)	56.610	54.668	53.420
Repasses do exterior	56.610	54.668	53.420
OUTRAS OBRIGAÇÕES (Nota 18)	67.875.282	59.272.725	48.725.905
Fiscais e previdenciárias	121.815	121.815	121.815
Recursos para destinação específica:	3.346.316	2.956.578	
Obrigações por fundos e programas sociais	3.346.316	2.956.578	
Instrumentos híbridos de capital e dívida		520.528	441.437
Dívidas subordinadas	10.013.901	10.183.670	11.138.061
Instrumentos de dívida elegíveis a capital	22.010.528	17.443.376	11.970.183
Diversas	32.382.722	28.046.758	25.054.409
PATRIMÔNIO LÍQUIDO (Nota 19)	65.876.840	63.633.589	61.916.501
Capital social:	24.837.171	24.837.171	22.054.802
Capital de domiciliados no país	35.000.000	35.000.000	35.000.000
Capital a realizar	(10.162.829)	(10.162.829)	(12.945.198)
Instrumento elegível ao capital principal	36.975.702	36.453.645	36.453.645
Reserva de reavaliação	364.105	379.098	389.873
Reservas de lucros	9.527.076	9.074.710	9.535.917
Ajuste de avaliação patrimonial	(8.439.954)	(7.111.035)	(6.590.349)
Lucros/Prejuízos acumulados	2.612.740		72.613
TOTAL	1.276.281.126	1.255.451.751	1.213.566.181

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis consolidadas

Demonstração Consolidada do Resultado

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

DESCRIÇÃO	2017		2016 (Nota 3 (t))	
	2º trimestre	1º semestre	2º trimestre	1º semestre
RECEITAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA (Nota 21)	34.730.805	70.966.149	37.036.939	72.914.724
Operações de crédito (Nota 8 (e))	22.305.082	45.691.610	23.331.124	45.826.506
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários (Notas 5 (a) e 6 (d))	8.674.835	20.381.390	13.206.246	28.290.174
Resultado com instrumentos financeiros derivativos (Nota 6 (j))	425.830	(1.675.026)	(2.839.044)	(7.762.951)
Resultado de câmbio (Nota 9 (c.1))	342.301	232.206		
Resultado das aplicações compulsórias (Nota 7 (c))	2.962.643	6.293.588	3.318.873	6.526.308
Operações de venda ou de transferência de ativos financeiros (Nota 8 (f.1))	20.114	42.381	19.740	34.687
DESPESAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA (Nota 22)	(26.626.419)	(55.757.086)	(31.798.271)	(61.992.014)
Operações de captação no mercado (Notas 14 (c); 15 (b); 16 (b) e 16 (d))	(17.515.024)	(36.685.229)	(21.085.213)	(41.822.735)
Operações de empréstimos, cessões e repasses (Nota 17 (d))	(4.250.011)	(8.690.621)	(3.560.004)	(6.423.495)
Resultado de câmbio (Nota 9 (c.1))			(678.649)	(1.414.616)
Operações de venda ou de transferência de ativos financeiros (Nota 8 (f.2))	(301.027)	(647.922)	(215.639)	(2.263.810)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa (Nota 8 (i))	(4.560.357)	(9.733.314)	(6.258.766)	(10.067.358)
RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	8.104.386	15.209.063	5.238.668	10.922.710
OUTRAS RECEITAS/DESPESAS OPERACIONAIS	(5.983.248)	(11.186.104)	(4.869.202)	(10.187.524)
Receitas de prestação de serviços (Nota 23 (a))	4.784.285	9.476.596	4.364.698	8.499.589
Rendas de tarifas bancárias (Nota 23 (b))	1.426.332	2.752.934	1.212.966	2.370.779
Despesas de pessoal (Nota 24)	(5.380.418)	(11.264.543)	(5.040.430)	(10.060.599)
Outras despesas administrativas (Nota 25)	(2.949.782)	(5.778.255)	(2.985.551)	(5.864.571)
Despesas tributárias (Nota 29)	(969.801)	(1.981.615)	(910.448)	(1.843.407)
Resultado de participações em coligadas e controladas (Nota 11)	196.433	311.587	122.312	275.285
Outras receitas operacionais (Nota 26)	1.935.817	3.943.623	2.053.670	4.060.195
Outras despesas operacionais (Nota 27)	(5.026.114)	(8.646.431)	(3.686.419)	(7.624.795)
RESULTADO OPERACIONAL	2.121.138	4.022.959	369.466	735.186
RESULTADO NÃO OPERACIONAL (Nota 28)	(149.511)	(207.155)	(51.185)	(114.148)
RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO SOBRE O LUCRO	1.971.627	3.815.804	318.281	621.038
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL (Nota 20 (a))	1.009.824	674.236	1.520.690	2.175.406
Tributos correntes	(271.658)	(1.240.834)	349.612	(125.734)
Ativo fiscal diferido	1.102.822	2.184.524	1.295.362	1.039.073
Passivo fiscal diferido	178.660	(269.454)	(124.284)	1.262.067
PARTICIPAÇÕES DOS EMPREGADOS NO LUCRO	(394.650)	(415.696)	(249.622)	(388.849)
LUCRO LÍQUIDO DO PERÍODO	2.586.801	4.074.344	1.589.349	2.407.595

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis consolidadas.

Demonstração Consolidada das Mutações do Patrimônio Líquido

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

EVENTOS	CAPITAL	INSTRUMENTO ELEGÍVEL AO CAPITAL PRINCIPAL	RESERVA DE REAValiaÇÃO	RESERVA DE LUCROS		AJUSTE DE AVALIAÇÃO PATRIMONIAL	LUCROS/ PREJUÍZOS ACUMULADOS	TOTAL
				LEGAL	ESTATUTÁRIAS			
SALDOS AJUSTADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 (Nota 3(t))	22.054.802	36.086.566	400.384	2.617.409	6.651.881	(5.107.599)	(392.522)	62.310.921
AJUSTES DE AVALIAÇÃO PATRIMONIAL						(1.482.750)		(1.482.750)
ENCARGOS TRIBUTÁRIOS S/ REAValiaÇÃO			5.422					5.422
RECOLHIMENTO DE TRIBUTOS S/ RESERVA DE REAValiaÇÃO							(5.548)	(5.548)
REALIZAÇÃO DE RESERVA			(14.425)				14.425	
REVERSÃO DE RESERVA DE REAValiaÇÃO			(1.508)					(1.508)
DISTRIBUIÇÃO DE DIVIDENDOS ADICIONAIS					(55.296)			(55.296)
INCORPORAÇÃO DE REMUNERAÇÃO DE IHCD		367.079						367.079
LUCRO LÍQUIDO AJUSTADO NO PERÍODO (Nota 3 (t))							2.407.595	2.407.595
DESTINAÇÕES DO LUCRO LÍQUIDO:								
Reserva Legal (Reservas de Lucros)				99.593			(99.593)	
Reserva de loterias (Reservas de Lucros)					222.330		(222.330)	
Juros sobre o capital próprio propostos							(1.173.750)	(1.173.750)
Juros sobre instrumentos de dívida elegíveis a capital							(455.664)	(455.664)
SALDOS AJUSTADOS EM 30 DE JUNHO DE 2016 (Nota 3 (t))	22.054.802	36.453.645	389.873	2.717.002	6.818.915	(6.590.349)	72.613	61.916.501
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016	24.837.171	36.453.645	379.098	2.802.528	6.272.182	(7.111.035)		63.633.589
AJUSTES DE AVALIAÇÃO PATRIMONIAL						(1.328.919)		(1.328.919)
ENCARGOS TRIBUTÁRIOS S/ REAValiaÇÃO							(4.816)	(4.816)
RECOLHIMENTO DE TRIBUTOS S/ RESERVA DE REAValiaÇÃO							14.993	
REALIZAÇÃO DE RESERVA			(14.993)					
REVERSÃO DE RESERVA DE REAValiaÇÃO								
DISTRIBUIÇÃO DE DIVIDENDOS ADICIONAIS								
INCORPORAÇÃO DE REMUNERAÇÃO DE IHCD		522.057						522.057
LUCRO LÍQUIDO NO PERÍODO							4.074.344	4.074.344
DESTINAÇÕES DO LUCRO LÍQUIDO:								
Reserva Legal (Reservas de Lucros)				203.690			(203.690)	
Reserva de loterias (Reservas de Lucros)					248.676		(248.676)	
Juros sobre o capital próprio propostos							(1.018.869)	(1.018.869)
Juros sobre instrumentos de dívida elegíveis a capital							(546)	(546)
SALDOS EM 30 DE JUNHO DE 2017	24.837.171	36.975.702	364.105	3.006.218	6.520.858	(8.439.954)	2.612.740	65.876.840

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis consolidadas.

Demonstração Consolidada das Mutações do Patrimônio Líquido

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

EVENTOS	CAPITAL	INSTRUMENTO ELEGÍVEL AO CAPITAL PRINCIPAL	RESERVA DE REAVALIAÇÃO	RESERVA DE LUCROS		AJUSTE DE AVALIAÇÃO PATRIMONIAL	LUCROS/ PREJUÍZOS ACUMULADOS	TOTAL
				LEGAL	ESTATUTÁRIAS			
SALDOS AJUSTADOS EM 31 DE MARÇO DE 2016 (Nota 3(t))	22.054.802	36.086.566	395.306	2.617.409	6.596.585	(4.768.274)	(439.742)	62.542.652
AJUSTES DE AVALIAÇÃO PATRIMONIAL						(1.822.075)		(1.822.075)
ENCARGOS TRIBUTÁRIOS S/REAVALIAÇÃO			3.372					3.372
RECOLHIMENTO DE TRIBUTOS S/RESERVA DE REAVALIAÇÃO							(3.285)	(3.285)
REALIZAÇÃO DE RESERVA			(7.297)				7.297	
REVERSÃO DE RESERVA DE REAVALIAÇÃO			(1.508)					(1.508)
INCORPORAÇÃO DE REMUNERAÇÃO DE IHCD		367.079						367.079
LUCRO LÍQUIDO AJUSTADO NO PERÍODO (Nota 3 (t))							1.589.349	1.589.349
DESTINAÇÕES DO LUCRO LÍQUIDO:								
Reserva Legal (Reservas de Lucros)				99.593			(99.593)	
Reserva de loterias (Reservas de Lucros)					222.330		(222.330)	
Juros sobre o capital próprio propostos							(586.412)	(586.412)
Juros sobre instrumentos de dívida elegíveis a capital							(172.671)	(172.671)
SALDOS AJUSTADOS EM 30 DE JUNHO DE 2016 (Nota 3 (t))	22.054.802	36.453.645	389.873	2.717.002	6.818.915	(6.590.349)	72.613	61.916.501
SALDOS EM 31 DE MARÇO DE 2017	24.837.171	36.453.645	369.776	2.802.528	6.272.182	(7.320.467)	1.121.841	64.536.676
AJUSTES DE AVALIAÇÃO PATRIMONIAL						(1.119.487)		(1.119.487)
ENCARGOS TRIBUTÁRIOS S/REAVALIAÇÃO							(2.401)	(2.401)
RECOLHIMENTO DE TRIBUTOS S/RESERVA DE REAVALIAÇÃO								
REALIZAÇÃO DE RESERVA			(5.671)				5.671	
REVERSÃO DE RESERVA DE REAVALIAÇÃO								
INCORPORAÇÃO DE REMUNERAÇÃO DE IHCD		522.057						522.057
LUCRO LÍQUIDO NO PERÍODO							2.586.801	2.586.801
DESTINAÇÕES DO LUCRO LÍQUIDO:								
Reserva Legal (Reservas de Lucros)				203.690			(203.690)	
Reserva de loterias (Reservas de Lucros)					248.676		(248.676)	
Juros sobre o capital próprio propostos							(646.806)	(646.806)
Juros sobre instrumentos de dívida elegíveis a capital								
SALDOS EM 30 DE JUNHO DE 2017	24.837.171	36.975.702	364.105	3.006.218	6.520.858	(8.439.954)	2.612.740	65.876.840

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis consolidadas.

Demonstração Consolidada dos Fluxos de Caixa

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	2017		2016 (Nota 3 (t))	
	2º trimestre	1º semestre	2º trimestre	1º semestre
FLUXOS DE CAIXA NAS ATIVIDADES OPERACIONAIS				
LUCRO LÍQUIDO AJUSTADO	7.591.261	13.025.547	8.217.588	15.804.699
Lucro Líquido	2.586.801	4.074.344	1.589.349	2.407.595
Ajustes ao Lucro Líquido:	5.004.460	8.951.203	6.628.239	13.397.104
Ajustes ao Valor de Mercado de TVM e Inst. Financ. Derivativos (Ativos/ Passivos)	163.485	(2.199.905)	247.081	2.537.249
(Ganho)/Perda em Investimentos	(14.281)	313.604	(109.917)	210.069
(Ganho)/Perda na Venda de Imobilizado	(10)	(10)	3.862	
(Ganho)/Perda na Venda de Bens não de Uso Próprio	90.895	59.770	(16.025)	(31.288)
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	4.560.357	9.733.314	6.258.766	10.067.358
Ativo/Passivo Atuarial (Benefícios a empregados)	558.511	1.117.021	545.511	1.091.021
Depreciações e Amortizações	452.562	909.014	439.382	882.981
Impostos Diferidos	(1.281.482)	(1.915.070)	(1.171.078)	(2.301.140)
Despesas com provisões para causas judiciais	277.575	475.697	268.853	779.405
Resultado de Participação em Coligadas	(196.433)	(311.587)	(122.312)	(275.285)
Despesas com Dívidas Subordinadas e Instrumentos Híbridos	393.281	769.355	284.116	436.734
Despesas com atualização monetárias de dividendos complementares pagos				
VARIAÇÃO PATRIMONIAL	(22.983.757)	(19.133.482)	(55.912.890)	(31.673.987)
(Aumento) Redução em Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	4.455.307	2.080.476	1.109.205	(947.337)
(Aumento) Redução em TVM para negociação	(8.544.081)	(7.025.545)	(11.205.889)	(14.222.083)
(Aumento) Redução em Depósitos Compulsórios no Banco Central do Brasil	(4.288.334)	(8.091.574)	(340.228)	(1.169.515)
(Aumento) Redução em Relações Interfinanceiras (Ativos/Passivos)	(502.682)	(681.872)	(381.789)	(1.084.098)
(Aumento) Relações Interdependências (Ativos/Passivos)	(13.357)	(612.391)	(92.229)	(447.508)
(Aumento) Redução em Operações de Crédito	(5.265.106)	(16.603.005)	(11.268.157)	(19.398.723)
(Aumento) Redução em Outros Créditos	(15.383)	(1.439.293)	(4.730.060)	(393.987)
(Aumento) Redução em Outros Valores e Bens	(867.912)	(1.430.830)	(793.275)	(1.221.277)
(Redução) Aumento em Depósitos	12.169.688	15.841.770	12.098.917	7.756.655
(Redução) Aumento em Captações no Mercado Aberto	(31.649.371)	(13.400.553)	(55.259.198)	(5.221.904)
(Redução) Aumento em Recursos por Emissão de Títulos	(2.131.355)	(8.775.282)	(1.052.938)	(5.407.614)
(Redução) Aumento em Instrumentos Financeiros Derivativos	(327.905)	(66.397)	632.154	734.456
(Redução) Aumento em Obrigações por Empréstimos e Repasses	5.029.676	12.544.432	9.015.479	8.019.025
(Redução) Aumento em Outras Obrigações	8.963.712	7.921.440	6.355.118	1.329.923
Imposto de renda e contribuição social pagos	3.346	605.142		
CAIXA LÍQUIDO PROVENIENTE NAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	(15.392.496)	(6.107.935)	(47.695.302)	(15.869.288)
FLUXOS DE CAIXA NAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS				
Aquisição e Resgate de TVM disponíveis para venda	(3.641.920)	(5.511.013)	(880.805)	(1.555.657)
Aquisição e Resgate de TVM mantidos até o vencimento	8.300.449	9.272.000	9.085.698	12.513.383
Alienação de Imobilizado de Uso	304	3.553	(1.629)	5.816
Aquisição de Imobilizado de Uso	(81.270)	(144.341)	(137.624)	(305.058)
Baixa de Intangível	296.651	296.651	16.895	31.721
Aquisição de Intangível	(111.792)	(218.262)	(142.184)	(408.168)
CAIXA LÍQUIDO APLICADO NAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS	4.762.422	3.698.588	7.940.351	10.282.037
FLUXOS DE CAIXA NAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS				
Incorporação de remuneração de IHCD	522.057	522.057	367.079	367.079
Dividendos complementares				(55.296)
Remuneração IHCD pago	(460.780)	(460.780)	(1.401.544)	(1.401.544)
CAIXA LÍQUIDO APLICADO NAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS	61.277	61.277	(1.034.465)	(1.089.761)
AUMENTO (REDUÇÃO) LÍQUIDO EM CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	(10.568.797)	(2.348.070)	(40.789.416)	(6.677.012)
MODIFICAÇÕES EM CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA, LÍQUIDA				
Caixa e Equivalentes no início do período	159.057.861	150.837.134	187.009.925	152.897.521
Caixa e Equivalentes no fim do período	148.489.064	148.489.064	146.220.509	146.220.509
Aumento (Redução) de caixa e equivalentes de caixa	(10.568.797)	(2.348.070)	(40.789.416)	(6.677.012)

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis consolidadas.

Demonstração Consolidada do Valor Adicionado

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	2017				2016 (Nota 3 (t))			
	2º trimestre		1º semestre		2º trimestre		1º semestre	
	R\$	%	R\$	%	R\$	%	R\$	%
1. RECEITAS	38.167.371		77.198.833		37.679.674		76.249.165	
Intermediação financeira	34.730.805		70.966.149		36.358.290		71.500.108	
Prestação de serviços com tarifas	6.210.617		12.229.530		5.577.664		10.870.368	
Provisão para devedores duvidosos - constituição	(4.560.357)		(9.733.314)		(6.258.766)		(10.067.358)	
Outras	1.786.306		3.736.468		2.002.486		3.946.047	
2. DESPESAS DE INTERMEDIAÇÃO FINANCEIRA	22.066.062		46.023.772		24.860.856		50.510.040	
3. INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS	7.139.818		12.747.241		5.569.935		11.847.286	
Materiais, energia e outros	641.620		1.224.799		641.390		1.243.086	
Processamento de dados e comunicações	492.976		1.014.070		528.435		1.096.183	
Propaganda, publicidade e promoções	136.976		226.324		193.680		340.775	
Serviços de terceiros e especializados	619.059		1.195.425		577.433		1.136.402	
Serviços de vigilância e segurança	223.073		440.192		225.571		406.045	
Outras	5.026.114		8.646.431		3.403.426		7.624.795	
- Serviços delegados pelo Governo Federal	632.450		1.098.641		531.962		1.009.071	
- Despesa com lotérico e parceiros comerciais	630.302		1.221.964		534.107		1.039.278	
- Descontos de operações de crédito	730.235		828.918		65.619		122.858	
- Despesas com cartão de crédito/débito	244.939		430.937		149.758		492.024	
- Benefício pós-emprego	558.511		1.117.021		545.511		1.091.021	
- Provisões operacionais diversas	1.377.737		2.351.641		746.527		2.203.647	
- Demais	851.940		1.597.309		829.942		1.666.896	
4. VALOR ADICIONADO BRUTO (1-2-3)	8.961.491		18.427.820		7.248.883		13.891.839	
5. RETENÇÕES	452.562		909.014		439.381		882.980	
Depreciação, amortização e exaustão	452.562		909.014		439.381		882.980	
6. VALOR ADICIONADO LÍQUIDO (4-5)	8.508.929		17.518.806		6.809.502		13.008.859	
7. VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA	196.433		311.587		122.312		275.285	
Resultado de equivalência patrimonial	196.433		311.587		122.312		275.285	
8. VALOR ADICIONADO A DISTRIBUIR (6+7)	8.705.362		17.830.393		6.931.814		13.284.144	
9. DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO	8.705.362	100,00	17.830.393	100,00	6.931.814	100,00	13.284.144	100,00
Pessoal	5.062.843	58,16	10.272.242	57,61	4.895.715	70,63	9.100.929	68,51
- Remuneração direta	3.890.263		7.878.157		3.751.406		6.892.051	
- Benefícios	937.617		1.927.681		920.961		1.760.417	
- FGTS	234.963		466.404		223.348		448.461	
Impostos, taxas e contribuições	672.202	7,72	2.715.376	15,23	67.087	0,97	1.016.520	7,65
- Federais	470.428		2.263.146		(104.594)		633.685	
- Estaduais	410		514		379		437	
- Municipais	201.364		451.716		171.302		382.398	
Remuneração de capitais de terceiros	383.516	4,41	768.431	4,31	379.662	5,48	759.100	5,71
- Aluguéis	383.516		768.431		379.662		759.100	
Remuneração de capitais próprios	646.806	7,43	1.019.415	5,72	759.084	10,95	1.629.414	12,27
- Juros sobre o capital próprio e dividendos	646.806		1.018.869		586.413		1.173.750	
- Juros sobre instrumentos de dívida elegíveis a capital			546		172.671		455.664	
Lucros retidos	1.939.995	22,29	3.054.929	17,13	830.266	11,98	778.181	5,86

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis consolidadas.

Notas Explicativas da Administração às demonstrações contábeis consolidadas

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Índice das Notas Explicativas	Página
Nota 1 – Contexto operacional	12
Nota 2 – Apresentação das demonstrações contábeis consolidadas.....	13
Nota 3 – Principais práticas contábeis	14
Nota 4 – Caixa e equivalentes de caixa	28
Nota 5 – Aplicações interfinanceiras de liquidez.....	28
Nota 6 – Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos.....	29
Nota 7 – Relações interfinanceiras.....	38
Nota 8 – Carteira de crédito	39
Nota 9 – Outros créditos.....	46
Nota 10 – Outros valores e bens.....	48
Nota 11 – Participações em controladas e coligadas	49
Nota 12 – Imobilizado de uso	51
Nota 13 – Intangível.....	52
Nota 14 – Depósitos	53
Nota 15 – Captações no mercado aberto	57
Nota 16 – Recursos de aceites e emissões de títulos	58
Nota 17 – Obrigações por empréstimos e repasses	60
Nota 18 – Outras obrigações.....	61
Nota 19 – Patrimônio líquido	65
Nota 20 – Imposto de renda pessoa jurídica (IRPJ) e Contribuição social sobre o lucro líquido (CSLL).....	67
Nota 21 – Receitas da intermediação financeira.....	69
Nota 22 – Despesas da intermediação financeira.....	70
Nota 23 – Receitas de prestação de serviços e rendas de tarifas bancárias	70
Nota 24 – Despesas com pessoal.....	71
Nota 25 – Outras despesas administrativas.....	71
Nota 26 – Outras receitas operacionais	72
Nota 27 – Outras despesas operacionais	72
Nota 28 – Resultado não operacional	73
Nota 29 – Despesas tributárias	73
Nota 30 – Ativos e passivos contingentes, obrigações legais – fiscais e previdenciárias	74
Nota 31 – Partes relacionadas	77
Nota 32 – Benefícios a empregados	81
Nota 33 – Gerenciamento do risco corporativo.....	101
Nota 34 – Outras informações.....	112
Nota 35 – Eventos Subsequentes	113

Notas Explicativas da Administração às demonstrações contábeis consolidadas

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Nota 1 – Contexto operacional

A Caixa Econômica Federal (CAIXA ou Instituição) é uma instituição financeira constituída pelo Decreto-Lei nº 759/1969, sob a forma de empresa pública com personalidade jurídica de direito privado, vinculada ao Ministério da Fazenda, com sede em Brasília – Distrito Federal. Sua atuação abrange todo o território nacional e, no exterior, opera por meio de escritórios de representação no Japão, nos Estados Unidos e na Venezuela. Seu capital social pertence integralmente à União.

A fim de cumprir seu objeto social, em conformidade com a Lei nº 11.908/2009, a CAIXA constituiu as subsidiárias integrais Caixa Participações S/A – CAIXAPAR, CAIXA Instantânea S/A e CAIXA Seguridade S/A.

Desenvolve suas atividades bancárias por meio da captação e aplicação de recursos em diversas operações nas carteiras comerciais, de operações de câmbio, de crédito ao consumidor, de crédito imobiliário e rural, da prestação de serviços bancários. Inclui ainda a administração de fundos e carteiras de investimento, e de natureza social, além de atividades complementares relacionadas à intermediação de títulos e valores mobiliários, a negócios com cartões de débito e crédito.

Atua também nos segmentos de seguros, previdência privada, capitalização e administração de consórcios por intermédio de participações societárias da CAIXA Seguridade S/A, na Caixa Seguros Holding S/A, na Pan Seguros S/A e na Panamericano Administração e Corretagem de Seguros e de Previdência Privada Ltda.

Como forma de financiamento de longo prazo de suas operações, a CAIXA emite títulos de dívida no mercado internacional por meio de Notas Sênior e de Bônus Subordinados elegíveis a compor o Capital de Nível II sob as regras de Basileia III.

A Instituição exerce papel fundamental na promoção do desenvolvimento urbano e da justiça social no País, é o principal parceiro do Governo Federal na promoção de políticas públicas, na execução dos programas de transferência de renda e na implantação da política nacional de habitação. Sua atuação se estende por diversas áreas, como habitação de interesse social, saneamento básico, infraestrutura, gestão ambiental, geração de trabalho e renda, desenvolvimento rural, e outras vinculadas ao desenvolvimento sustentável e direcionadas à melhoria da qualidade de vida dos brasileiros, principalmente os de baixa renda.

Delegada pelo Governo Federal, a instituição exerce o papel de agente operador de fundos e de programas sociais, dentre os quais se destacam o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), o Fundo de Compensação de Variações Salariais (FCVS), o Programa de Integração Social (PIS), o Fundo de Desenvolvimento Social (FDS), o Fundo de Arrendamento Residencial (FAR), o Fundo Garantidor de Habitação Popular (FGHAB), dentre outros, e administra, em caráter de exclusividade, os serviços das loterias federais, bem como exerce o monopólio das operações de penhor civil, em caráter permanente e contínuo. Os fundos e programas administrados são entidades jurídicas independentes, geridas por regulamentação e estrutura de governança específicas e possuem contabilidade própria.

Notas Explicativas da Administração às demonstrações contábeis consolidadas

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Nota 2 – Apresentação das demonstrações contábeis consolidadas

a) Contexto

As demonstrações contábeis consolidadas da CAIXA são de responsabilidade da Administração. As demonstrações contábeis consolidadas de 30/06/2017 foram aprovadas pelo Conselho Diretor em 09/08/2017 e pelo Conselho de Administração em 20/09/2017.

As demonstrações contábeis consolidadas foram elaboradas e estão sendo apresentadas independentemente de requerimento do Banco Central do Brasil para apresentação de demonstrações contábeis, dado que a Administração da CAIXA entende ser relevante para o mercado tal divulgação em função do volume de operações e atuação da CAIXA no mercado financeiro nacional.

Em função de orientação do Banco Central do Brasil para que os instrumentos híbridos de capital e dívida fossem reclassificados do patrimônio líquido para o passivo nas demonstrações contábeis individuais, a partir do trimestre findo em 31/03/2015, a Administração da CAIXA optou por deixar de apresentar as demonstrações contábeis individuais da controladora, passando a apresentar apenas as demonstrações contábeis consolidadas, por entender que essas demonstrações contábeis consolidadas fornecem os elementos necessários para o melhor entendimento da sua situação financeira, do volume total de suas operações e do cumprimento dos limites regulatórios e prudenciais do Banco Central do Brasil, onde os instrumentos híbridos de capital e dívida são classificados como elegíveis a capital e compõem o patrimônio líquido.

b) Base de preparação e declaração de conformidade

As demonstrações contábeis consolidadas da CAIXA foram elaboradas a partir das diretrizes contábeis emanada da Lei nº 4.595/1964 (Lei do Sistema Financeiro Nacional) e da Carta Circular BACEN nº 1.273/1987 (COSIF). Além dessas normas, nos baseamos também na Lei nº 6.404/1976 (Lei das Sociedades por Ações), incluindo as alterações introduzidas pelas Leis nº 11.638/2007 e nº 11.941/2009, em consonância com as normas e instruções do Conselho Monetário Nacional (CMN), do Banco Central do Brasil (BACEN), do Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e das práticas contábeis adotadas no Brasil.

Essas demonstrações contêm registros que refletem os custos históricos das transações, com exceção da carteira de títulos e valores mobiliários classificados como mantidos para negociação e disponíveis para venda e os instrumentos financeiros derivativos, que são avaliados pelo valor justo.

As demonstrações contábeis consolidadas são apresentadas em reais e todos os valores arredondados para milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

As práticas contábeis adotadas no Brasil envolvem julgamento pela Administração quanto a estimativas e premissas relativas à mensuração de provisão para créditos de liquidação duvidosa; ativos fiscais diferidos; ao valor justo de determinados instrumentos financeiros; à provisão para causas judiciais cíveis, trabalhistas e fiscais; a perdas por redução ao valor recuperável (*impairment*) de ativos não financeiros; a outras provisões; aos planos de previdência complementar; a ativos e passivos relacionados a benefícios pós-emprego a empregados; e à determinação da vida útil de determinados ativos. Os valores definitivos podem ser diferentes daqueles estabelecidos por essas estimativas e premissas, e somente serão conhecidos por ocasião da sua liquidação.

c) Consolidação

As demonstrações contábeis consolidadas incluem a CAIXA e suas subsidiárias CAIXAPAR, CAIXA Instantânea e CAIXA Seguridade. Foram elaboradas considerando a eliminação dos saldos das contas patrimoniais, as receitas, as despesas e os lucros não realizados entre as empresas.

As demonstrações contábeis da CAIXAPAR, da CAIXA Instantânea, da CAIXA Seguridade e da CAIXA são preparadas utilizando-se práticas contábeis consistentes. As participações em entidades sob controle conjunto e os investimentos em coligadas são contabilizados pelo método da equivalência patrimonial.

O resultado das subsidiárias adquiridas ou alienadas durante o período é incluído nas demonstrações consolidadas do resultado a partir da data da aquisição ou até a data da alienação. O custo de aquisição de uma controlada é mensurado pelo valor justo dos ativos ofertados, dos instrumentos patrimoniais emitidos e dos passivos incorridos ou assumidos na data da troca.

Notas Explicativas da Administração às demonstrações contábeis consolidadas

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Os ativos identificáveis adquiridos, as contingências e os passivos assumidos em uma combinação de negócios são inicialmente mensurados pelo seu valor justo na data de aquisição, independente da proporção de qualquer participação na investida.

O valor excedente do custo de aquisição dos ativos líquidos identificáveis em relação ao valor justo de participação é registrado como ágio fundamentado em rentabilidade futura.

Quando o custo de aquisição for menor do que o valor justo dos ativos líquidos da controlada adquirida, a CAIXA reconhece a diferença diretamente no resultado.

As principais empresas que o conglomerado CAIXA detém participação direta ou indireta e que estão incluídas nas demonstrações contábeis consolidadas são apresentadas na Nota 11.

(d) Riscos relacionados a não conformidade com leis e regulamentos

Em razão das notícias divulgadas na imprensa a partir de 2015, em conexão com a operação “A Origem” e, a partir de 2017, em conexão com as operações “Cui Bono?”, “Sepsis” e “Patmos”, deflagradas pela Polícia Federal e pelo Ministério Público Federal, a Administração da CAIXA adotou ações acautelatórias de caráter interno, com o propósito de identificar eventuais descumprimentos de leis e regulamentos por parte de seus empregados, administradores e fornecedores e passou a colaborar ativamente com as autoridades públicas responsáveis por aquelas investigações.

Adicionalmente, em agosto de 2017, o Conselho de Administração da CAIXA decidiu contratar uma investigação independente, conduzida por escritório de advocacia com reconhecida capacidade na matéria e com apoio de outros especialistas externos e supervisionada por um Comitê Independente com a finalidade de garantir que os trabalhos sejam desenvolvidos sem quaisquer interferências indevidas.

As ações relacionadas à investigação independente estão em andamento, e até a data de divulgação das demonstrações contábeis consolidadas de 30/06/2017 não há uma conclusão sobre os efeitos decorrentes do processo investigativo.

De forma prospectiva, a CAIXA continuará acompanhando e apoiando o processo de investigação das autoridades competentes até a sua conclusão bem como avaliando, sistematicamente, qualquer nova informação que possa demandar a necessidade de providências adicionais.

Nota 3 – Principais práticas contábeis

As principais práticas contábeis adotadas na elaboração dessas demonstrações contábeis consolidadas estão descritas a seguir:

(a) Conversão de moeda estrangeira

As demonstrações contábeis consolidadas são apresentadas em reais, moeda funcional da CAIXA. Os itens incluídos nas demonstrações contábeis consolidadas de cada entidade do grupo são mensurados com a mesma moeda funcional.

As transações em moeda estrangeira são inicialmente registradas à taxa de câmbio da moeda funcional em vigor na data da transação. Ativos e Passivos monetários denominados em moeda estrangeira são convertidos pela taxa de câmbio da moeda funcional na data do Balanço Patrimonial. Ganhos ou perdas decorrentes do processo de conversão são alocados no resultado do período.

(b) Apuração do resultado

Em conformidade com o regime de competência, as receitas e as despesas são registradas na apuração do seu fato gerador, simultaneamente, quando se correlacionarem e independentemente de recebimento ou pagamento.

As operações com encargos financeiros pré-fixados estão registradas pelo valor de resgate e as receitas e despesas correspondentes ao período futuro são apresentadas em conta redutora dos respectivos ativos e passivos. As operações com taxas pós-fixadas ou indexadas a moedas estrangeiras são atualizadas até a data do balanço.

Notas Explicativas da Administração às demonstrações contábeis consolidadas

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

As receitas e despesas de natureza financeira são reconhecidas pelo critério *pro rata die* e calculadas com base no método exponencial, exceto aquelas relativas a títulos descontados ou relacionadas a operações no exterior, que são calculadas com base no método linear.

(c) Caixa e equivalentes de caixa

Os valores reconhecidos como caixa e equivalentes de caixa são representados por disponibilidades em moeda nacional, moeda estrangeira e aplicações no mercado aberto contratadas com prazo até 90 dias e com risco insignificante de mudança no valor justo.

Os valores em espécie em moeda corrente nacional são apresentados pelo seu valor de face e os em moedas estrangeiras são convertidos pela taxa cambial divulgada pelo BACEN na data de fechamento das demonstrações contábeis consolidadas.

Os equivalentes de caixa caracterizam-se pela alta liquidez, são considerados na gestão dos compromissos de curto prazo, contratados com prazo de vencimento igual ou inferior a 90 dias e apresentam risco insignificante de mudança de valor justo.

A composição de caixa e equivalentes de caixa está apresentada na Nota 4.

(d) Aplicações interfinanceiras de liquidez

As aplicações interfinanceiras de liquidez são registradas ao custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço e deduzido de eventuais provisões para desvalorização, quando aplicável.

Os títulos de renda fixa utilizados para lastrear as operações compromissadas (venda com compromisso de recompra) são destacados em contas específicas do ativo na data da operação pelo valor médio contábil atualizado, por tipo e vencimento do papel. Considera-se como despesa a diferença entre o valor de recompra e o valor de venda e o reconhecimento contábil ocorre conforme regime de competência "pro rata" dia em função da fluência do prazo das operações.

Os financiamentos concedidos por meio de lastro com títulos de renda fixa de terceiros (compra com compromisso de revenda) são registrados pelo valor de liquidação. A renda da operação é representada pela diferença entre os valores de revenda e de compra. Os títulos utilizados para lastrear operações de venda com o compromisso de recompra são registrados em contas destacadas do Ativo, sendo transferidos da posição Bancada para a posição Financiada.

Para as operações compromissadas realizadas com acordo de livre movimentação, quando da venda definitiva do título, o passivo referente à obrigação de devolução do título é avaliado pelo valor de mercado.

A composição, os prazos e os rendimentos auferidos nas aplicações interfinanceiras de liquidez são apresentados na Nota 5.

(e) Títulos e valores mobiliários

Os títulos e valores mobiliários adquiridos para compor a própria carteira são registrados pelo valor efetivamente pago e administração classifica inicialmente os instrumentos financeiros de acordo com o propósito e a finalidade da sua aquisição, e suas características. Todos os instrumentos financeiros são mensurados inicialmente ao valor justo.

O registro e a avaliação da carteira de títulos e valores mobiliários estão em conformidade com a Circular BACEN nº 3.068/2001 e são classificados de acordo com a intenção da Administração em três categorias específicas:

- **Títulos para negociação:** são adquiridos com o objetivo de serem ativos e frequentemente negociados, sendo ajustados a valor justo em contrapartida ao resultado do período;
- **Títulos disponíveis para venda:** são instrumentos mantidos por um prazo indefinido e que podem ser vendidos em resposta a necessidade de liquidez ou mudanças de condição do mercado e que não se enquadram como títulos para negociação nem como mantidos até o vencimento. Esses títulos são ajustados a valor justo, líquido dos efeitos tributários, em contrapartida à conta destacada do patrimônio líquido, denominada "Ajuste de avaliação patrimonial". As valorizações ou desvalorizações são levadas ao resultado, pelo valor líquido dos efeitos tributários, quando das realizações dos respectivos títulos;

Notas Explicativas da Administração às demonstrações contábeis consolidadas

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

▪ **Títulos mantidos até o vencimento:** adquiridos com a intenção e a capacidade financeira de manter em carteira até o vencimento, sendo contabilizados ao custo de aquisição ou pelo valor de mercado quando reclassificado de outra categoria. Os títulos classificados nessa categoria são acrescidos dos rendimentos auferidos, em contrapartida ao resultado do período, não sendo avaliados pelo valor de mercado.

Os rendimentos dos títulos, independentemente de sua classificação, são apropriados *pro rata die*, observando o regime de competência, com base nas suas cláusulas de remuneração, e registrados em conta de resultado. As perdas com títulos, independentemente de sua classificação, são reconhecidas diretamente no resultado do período e passam a compor a nova base de custo do ativo.

A cada trimestre a CAIXA avalia se há qualquer evidência objetiva de perda nos instrumentos de dívida e nos instrumentos de patrimônio, classificados nas categorias títulos disponíveis para venda e títulos mantidos até o vencimento. Caso haja evidência que não seja considerada temporária, incluindo as mencionadas a seguir, seus efeitos são reconhecidos no resultado do período como perdas realizadas:

- Declínio significativo ou prolongado no valor de mercado dos títulos patrimoniais, abaixo do seu custo;
- Alterações significativas com efeito adverso que tenham ocorrido no ambiente tecnológico, de mercado, econômico ou legal no qual o emissor opera, e indica que o custo do investimento no instrumento patrimonial pode não ser recuperado;
- Significativa dificuldade financeira do emitente ou do obrigado ou quebra de contrato, tal como o descumprimento ou atraso nos pagamentos de juros ou de capital.

A classificação, composição e segmentação dos títulos e valores mobiliários são apresentadas na Nota 6 (a), (b) e (c).

(f) Instrumentos financeiros derivativos

A CAIXA utiliza instrumentos financeiros derivativos, como *swaps*, futuros de taxa de juros e de câmbio em moeda estrangeira detidos na carteira de negociação com a finalidade de hedge financeiro ou hedge contábil, contabilizados conforme a Circular BACEN nº 3.082/2002.

Os derivativos são contabilizados pelo valor justo e mantidos como ativos quando positivos, e como passivos, quando negativos. São reavaliados subsequentemente também a valor justo, com as valorizações ou desvalorizações reconhecidas diretamente no resultado do período, com exceção da parcela eficaz de hedge de fluxo de caixa que é reconhecida diretamente no patrimônio líquido.

Quando o derivativo é contratado em negociação, associado à operação de captação ou aplicação de recursos, nos termos da Circular BACEN nº 3.150/2002, a reavaliação é efetuada com base nas condições definidas em contrato, sem nenhum ajuste decorrente do valor justo do derivativo.

Os instrumentos financeiros derivativos utilizados para compensar, no todo ou em parte, os riscos provenientes das variações no valor de mercado de ativos ou passivos financeiros qualificados para hedge contábil são classificados como:

- **Hedge de Risco de Mercado:** Os instrumentos financeiros classificados nesta categoria, bem como os ativos e passivos financeiros relacionados, são ajustados ao valor de mercado com os ganhos e as perdas, reconhecidos diretamente na demonstração do resultado;
- **Hedge de Fluxo de Caixa:** Os instrumentos financeiros classificados nesta categoria têm parcela efetiva das valorizações ou desvalorizações registrada, líquida dos efeitos tributários, em conta destacada no patrimônio líquido. A parcela não efetiva do hedge é reconhecida diretamente na demonstração do resultado.

Ao aplicar a metodologia de hedge contábil, a CAIXA documenta, no início da operação, a relação entre os instrumentos de hedge (derivativos) e os itens protegidos, os objetivos da gestão de risco e a estratégia para a realização do hedge.

Notas Explicativas da Administração às demonstrações contábeis consolidadas

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

A documentação também contempla a natureza dos riscos protegidos, a natureza dos riscos excluídos, a demonstração prospectiva de eficácia da relação de hedge e a forma em que será avaliada a eficácia dos derivativos na compensação de variações no valor justo ou nos fluxos de caixa dos itens protegidos.

A composição dos valores registrados em instrumentos financeiros derivativos, tanto em contas patrimoniais quanto em contas de compensação, é apresentada na Nota 6 (g) e (h).

(g) Determinação do valor justo de instrumentos financeiros

O valor justo é estabelecido com observância a critérios consistentes e verificáveis, que levam em consideração o preço médio de negociação dos instrumentos financeiros na data de apuração ou, na falta desse, cotações de preços de mercado para ativos ou passivos com características semelhantes. Caso esse também não esteja disponível, o valor justo é obtido por cotações com operadores de mercado ou modelos de valorização que podem requerer julgamento pela Administração.

O valor justo de instrumentos financeiros negociados em mercados ativos na data-base do balanço é baseado no preço de mercado sem nenhuma dedução de custo de transação.

O método de valorização consiste na construção dos fluxos de caixa, a partir de dados observáveis, como preços e taxas de outros instrumentos financeiros disponíveis no mercado, tais como contratos futuros, títulos públicos e operações de *swap*.

Informações adicionais sobre como o valor justo dos instrumentos financeiros é calculado estão disponíveis na Nota 33.

(h) Operações de crédito, adiantamentos sobre contratos de câmbio, outros créditos com características de concessão de crédito e provisão para créditos de liquidação duvidosa

As operações de crédito, adiantamentos sobre contratos de câmbio e outros créditos com características de concessão de crédito são classificados em nove níveis de risco, sendo "AA" (risco mínimo) e "H" (risco máximo), de acordo com os parâmetros estabelecidos pela Resolução CMN nº 2.682/1999 e observando a avaliação periódica da Administração, que considera a conjuntura econômica, a experiência passada e os riscos específicos e globais em relação às operações, aos devedores e aos garantidores.

Adicionalmente, também são considerados os períodos de atraso estabelecidos pela Resolução CMN nº 2.682/1999 para atribuição dos níveis de classificação dos clientes, da seguinte forma:

Período de atraso	Prazo em dobro (1)	Classificação do cliente
de 15 a 30 dias	de 30 a 60 dias	B
de 31 a 60 dias	de 61 a 120 dias	C
de 61 a 90 dias	de 121 a 180 dias	D
de 91 a 120 dias	de 181 a 240 dias	E
de 121 a 150 dias	de 241 a 300 dias	F
de 151 a 180 dias	de 301 a 360 dias	G
superior a 180 dias	superior a 360 dias	H

(1) Para as operações com prazo remanescente superior a 36 meses, a contagem dos períodos de atraso é realizada em dobro, conforme facultado pela Resolução CMN nº 2.682/1999.

A atualização das operações de crédito vencidas até o 59º dia é contabilizada em receitas de operações de crédito e, a partir do 60º dia, somente serão reconhecidas como receita quando efetivamente recebidas.

As operações classificadas como nível de risco "H" há mais de 6 meses e com atraso superior a 180 dias, são baixadas contra a provisão e controladas, por, no mínimo cinco anos, em contas de compensação.

As operações renegociadas são mantidas, no mínimo, no mesmo nível de risco em que estavam classificadas. As renegociações que já haviam sido baixadas a prejuízo e que estavam controladas em contas de compensação são classificadas como de risco nível "H". Os eventuais ganhos oriundos da renegociação somente são reconhecidos quando efetivamente recebidos. Quando ocorrer amortização significativa da operação ou quando fatos novos relevantes justificarem a mudança do nível de risco, ocorrerá a reclassificação da operação para categoria de menor risco.

Notas Explicativas da Administração às demonstrações contábeis consolidadas

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

A provisão para créditos de liquidação duvidosa é apurada em valor suficiente para cobrir prováveis perdas, conforme as normas e instruções do CMN e do BACEN, associadas às avaliações procedidas pela Administração quanto à classificação do risco de crédito.

A partir de janeiro de 2012, conforme as Resoluções CMN nº 3.533/2008 e nº 3.895/2010, todas as cessões de crédito com retenção substancial de riscos e benefícios passaram a ter seus resultados reconhecidos pelos prazos remanescentes das operações. Os ativos financeiros objetos da cessão permanecem registrados como operações de crédito e o valor recebido como obrigações por operações de venda ou de transferência de ativos financeiros são registrados no ativo tendo como contrapartida, passivo referente a obrigação assumida.

As modalidades, os valores, os prazos, os níveis de risco, a concentração, a participação dos setores de atividade econômica, as renegociações e as receitas das operações de crédito, assim como a composição das despesas e das contas patrimoniais de provisão para créditos de liquidação duvidosa são apresentados na Nota 8.

(i) Imposto de renda e contribuição social (ativo e passivo)

A constituição dos créditos tributários é baseada na estimativa de sua realização, conforme estudos técnicos e análises realizadas pela Administração, considerando as alíquotas tributárias vigentes no período de realização destes ativos. O imposto de renda e a contribuição social diferidos, apurados sobre prejuízos fiscais, bases negativas e diferenças temporárias, são registrados como créditos tributários em “Outros Créditos – Diversos”, de acordo com a expectativa de geração de resultados futuros, em consonância aos critérios para constituição, manutenção e baixa estabelecidos pela Resolução CMN nº 3.059/2002, alterada pela Resolução CMN nº 3.355/2006.

Os créditos tributários são objeto de realização de acordo com a sua origem. Os originados de diferenças temporárias se realizam pela utilização ou reversão das provisões que serviram de base para sua constituição. Por sua vez, os créditos tributários sobre prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social realizam-se quando da geração de lucros tributáveis, por meio de compensação na base de cálculo dos referidos tributos, respeitando o limite de 30% da referida base. A CAIXA reconhece os créditos tributários de IRPJ, CSLL, PASEP e COFINS sobre os ajustes negativos originados da marcação a mercado de títulos e valores mobiliários e de instrumentos financeiros derivativos apropriados no resultado e em conta destacada do Patrimônio Líquido.

A provisão para IRPJ é constituída no passivo à alíquota-base de 15% do lucro tributável e adicional de 10%. Para o banco, a CSLL foi calculada considerando a alíquota de 15%, até agosto de 2015, e no período compreendido entre setembro de 2015 e dezembro de 2018, a alíquota foi alterada para 20%, conforme Lei nº 13.169/2015, retornando à alíquota de 15% a partir de janeiro de 2019. Para as demais empresas, a contribuição social é calculada considerando a alíquota de 9%.

Em virtude do aumento de alíquota da CSLL a partir de setembro/2015, vigente até dezembro/18, a CAIXA promoveu a constituição de créditos tributários de CSLL complementares, considerando os créditos tributários realizáveis no período de vigência a alíquota majorada, os quais foram estimados de acordo com os estudos técnicos que suportam o registro de tais ativos.

A composição dos valores de imposto de renda e contribuição social, a evidenciação dos cálculos, a origem e a previsão de realização dos créditos tributários são apresentados na Nota 20.

(j) Despesas antecipadas

As despesas antecipadas representam os pagamentos antecipados cujo benefício ou prestação de serviço ocorrerá em períodos futuros. São registradas no ativo, observado o princípio da competência para o devido reconhecimento em resultado, ocorrendo simultaneamente, quando se correlacionarem às receitas (Nota 10).

(k) Investimentos

Os investimentos em empresas controladas ou empresas cuja influência seja significativa estão avaliados pelo método de equivalência patrimonial. Para o cálculo da equivalência patrimonial dos investimentos em empresas não financeiras, os valores são ajustados para convergência com as normas e instruções do Conselho Monetário Nacional (CMN) e do Banco Central do Brasil (BACEN). Os demais investimentos permanentes são avaliados pelo custo de aquisição.

Notas Explicativas da Administração às demonstrações contábeis consolidadas

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Os investimentos, independentemente do método de avaliação, são submetidos a teste de redução ao valor recuperável de ativos em conformidade com as instruções e normas do BACEN.

O ágio constituído é a diferença entre o valor pago e o valor contábil do investimento adquirido, provenientes das expectativas de rentabilidade futura, fundamentados por análise econômica financeira, sendo amortizado e submetido a teste de recuperabilidade. A composição dos investimentos em empresas controladas e coligadas é apresentada na Nota 11.

(l) Imobilizado de uso

O imobilizado de uso é representado pelos direitos que tenham por objeto bens corpóreos de propriedade da CAIXA e destinados à manutenção de suas atividades operacionais, tais como: prédios, terrenos, móveis, equipamentos, hardware de computadores e outros utensílios. Esses ativos são registrados ao custo de aquisição ou formação e depreciados pelo método linear sem valor residual.

A despesa de depreciação do ativo imobilizado é reconhecida na demonstração do resultado e calculada basicamente utilizando-se as seguintes vidas úteis:

Grupo de bens do imobilizado	Prazo
Edificações	25 anos
Sistema de comunicação	10 anos
Móveis e equipamentos	10 anos
Sistema de processamento de dados	05 anos
Sistema de segurança	05 anos

A CAIXA não tem financiamento de ativos imobilizados nem custos de empréstimos relacionados a estes ativos. A Instituição avalia, na data-base das informações financeiras, se há qualquer indicativo de perda no valor recuperável de um ativo imobilizado. Se esse for o caso, o valor contábil do ativo é reduzido ao seu valor recuperável e as despesas de depreciação futuras são ajustadas proporcionalmente ao valor contábil revisado e à nova vida útil econômica remanescente, se esta for estimada novamente.

Similarmente, se houver indicação de recuperação do valor de um ativo imobilizado, a CAIXA efetua a reversão de perdas no valor recuperável registradas em períodos anteriores e ajusta, respectivamente, as despesas de depreciação futuras. Em nenhuma circunstância a reversão de uma perda no valor recuperável de um ativo poderá aumentar seu valor contábil acima do valor que teria se nenhuma perda tivesse sido reconhecida em exercícios anteriores.

As vidas úteis estimadas de bens do imobilizado de uso próprio são revisadas, no mínimo, ao final do exercício apresentado, com vistas a detectar variações significativas. Se forem detectadas variações, as vidas úteis dos ativos são ajustadas corrigindo-se a despesa de depreciação a ser reconhecida na demonstração consolidada do resultado em exercícios futuros com base nas novas vidas úteis.

A composição dos valores dos custos dos bens e suas depreciações, assim como a mais-valia não registrada para imóveis e os índices de imobilização estão apresentados na Nota 12.

(m) Intangível

O intangível é representado por bens incorpóreos destinados à manutenção das atividades da entidade ou exercidos com essa finalidade. São ativos não monetários identificáveis, separáveis de outros ativos, sem substância física, que resultam de uma operação legal ou que sejam desenvolvidos internamente pelas entidades consolidadas, cujo custo possa ser estimado de forma confiável e a partir dos quais a CAIXA considere provável que benefícios econômicos futuros sejam gerados.

Esses ativos são reconhecidos inicialmente pelo custo de aquisição ou produção e, subsequentemente, deduzida a amortização acumulada, calculada pelo método linear, observados os prazos contratuais e sujeitos a testes de redução ao valor recuperável (*impairment*), conforme estabelecem as Resoluções CMN nº 3.566/2008 e nº 4.534/2016.

Notas Explicativas da Administração às demonstrações contábeis consolidadas

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Eles podem ter uma vida útil indefinida quando o período ao longo do qual se espera que o ativo tenha capacidade de gerar entradas de caixa, direta ou indiretamente, para as entidades consolidadas for imprevisível, com base em uma análise de todos os fatores relevantes. Ativos intangíveis com vida útil indefinida não são amortizados, porém, esses ativos são revisados ao final de cada período contábil, a fim de determinar se suas vidas úteis continuam indefinidas e, se esse não for o caso, tomar as medidas adequadas.

Os ativos intangíveis da CAIXA estão constituídos essencialmente de *software* e de aquisição de folhas de pagamento. Os intangíveis relacionados à aquisição de folhas de pagamento referem-se a valores pagos de contratos de parceria comercial com setores públicos e privados para assegurar serviços bancários de processamento de crédito de folha de pagamento e crédito consignado, manutenção de carteira de cobrança, serviços de pagamento a fornecedores e outros serviços bancários. *Softwares* desenvolvidos internamente são reconhecidos como um ativo intangível somente se a CAIXA puder identificar a capacidade de usá-los ou vendê-los e se a geração de benefícios econômicos futuros puder ser demonstrada com confiança.

A despesa de amortização de ativos intangíveis é reconhecida na demonstração do resultado sob a rubrica “depreciação e amortização”, em despesas com aprovisionamentos e ajustes patrimoniais e possuem prazos de amortização de 5 anos para Projetos logiciais – *software* e de acordo com a vigência dos respectivos contratos para Aquisição de folha de pagamento.

A composição dos ativos intangíveis e sua movimentação são apresentadas na Nota 13.

(n) Redução ao valor recuperável de ativos não financeiros (*impairment*)

A CAIXA promove ao final de cada exercício a avaliação de seus ativos não financeiros no intuito de verificar se há evidência objetiva de perda ao seu valor recuperável.

Caso uma perda seja detectada, esta é reconhecida no resultado do período quando o valor contábil do ativo exceder o seu valor recuperável, o qual é apurado pelo potencial valor de venda ou valor de realização deduzido das respectivas despesas, ou pelo valor em uso calculado pela unidade geradora de caixa.

A CAIXA não apresenta redução ao valor recuperável em ativos classificados como imobilizados de uso.

(o) Depósitos e captações no mercado aberto, recursos de aceites e emissão de títulos e obrigações por empréstimos e repasses

São demonstrados pelos valores das exigibilidades e consideram os encargos exigíveis até a data do balanço, reconhecidos na base *pro rata die*,

Os depósitos e captações no mercado aberto, recursos de aceites e emissão de títulos e obrigações por empréstimos e repasses tem seus prazos e valores contabilizados em contas patrimoniais e de resultado e seus encargos são apropriados mensalmente em razão da fluência de seus prazos, conforme demonstrado nas Notas 14, 15, 16 e 17, respectivamente.

Para as operações de captações de recursos mediante emissão de títulos e valores mobiliários, considerando tratar-se de taxa prefixada, as despesas são apropriadas ao resultado de acordo com o prazo da operação e apresentadas como redutoras do passivo correspondente.

(p) Ativos e passivos contingentes e obrigações legais – fiscais e previdenciárias

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das provisões, das contingências ativas e passivas, e das obrigações legais são efetuados de acordo com os critérios definidos pelo CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, aprovado pela Resolução CMN nº 3.823/2009:

- **Ativos contingentes:** são reconhecidos contabilmente somente quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não caibam mais recursos, tornando o ganho praticamente certo, e pela capacidade de sua recuperação por recebimento ou compensação com outro passível exigível. Os ativos contingentes, cuja possibilidade de êxito é provável, são divulgados em notas explicativas;

Notas Explicativas da Administração às demonstrações contábeis consolidadas

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

- **Passivos contingentes:** conforme preceitua o CPC 25, os passivos contingentes não são provisionados, as causas administrativas ou judiciais classificadas como perdas possíveis não são reconhecidas contabilmente, sendo apenas divulgadas nas notas explicativas quando individualmente relevantes, e aquelas classificadas como perdas remotas não requerem nem provisão, nem divulgação. A análise e classificação das perdas é realizada com base na opinião de assessores jurídicos e da Administração;
- **Provisões:** são constituídas levando em consideração a opinião de assessores jurídicos e da Administração, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento de tribunais, sempre que a perda for avaliada como provável, o que ocasionará uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações, e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança;
- **Obrigações legais – fiscais e previdenciárias:** envolvem processos judiciais em andamento, cujo objeto de contestação é a legalidade e constitucionalidade da obrigação, e que, independente da probabilidade de sucesso, têm seus montantes reconhecidos integralmente nas demonstrações contábeis consolidadas.

O detalhamento dos ativos e passivos contingentes e das provisões, além de suas movimentações, é apresentado na Nota 30.

(q) Provisão para garantias financeiras prestadas

A Provisão para Garantias Financeiras Prestadas é constituída com base no modelo de perda esperada, a qual é suficiente para cobertura das perdas prováveis durante todo o prazo da garantia prestada e reconhecida no passivo em contrapartida ao resultado do período, conforme Resolução CMN nº 4.512/2016.

(r) Benefícios a empregados

Os benefícios a empregados, relacionados a benefícios de curto prazo para os empregados atuais, são reconhecidos pelo regime de competência de acordo com os serviços prestados. Os benefícios pós-emprego de responsabilidade da CAIXA e relacionados a complemento de aposentadoria e assistência médica são reconhecidos de acordo com os critérios do Pronunciamento Técnico CPC 33 (R1), recepcionado pelo Banco Central por meio da Resolução nº 4.424/2015.

No plano de aposentadoria do tipo benefício definido (BD), no qual são feitas contribuições a um fundo administrado de forma independente, o risco atuarial e o risco dos investimentos recaem parcial ou integralmente sobre a entidade patrocinadora.

O reconhecimento dos custos requer a mensuração das obrigações e despesas do plano, diante da possibilidade de ocorrer ganhos ou perdas atuariais, e podendo gerar um registro de passivo quando o montante das obrigações atuariais supera o valor dos ativos do plano de benefícios.

O valor presente das obrigações deste benefício bem como o custo do serviço corrente e, quando aplicável, o custo do serviço passado é determinado utilizando-se o Método de Crédito Unitário Projetado, atribuindo-se benefício aos períodos em que surge a obrigação de proporcionar benefícios pós-emprego.

Caso o serviço do empregado em anos posteriores conduza a um nível materialmente mais elevado de benefício do que o verificado anteriormente, atribui-se o benefício de maneira linear até a data em que o serviço adicional do empregado conduza a uma quantia imaterial de benefícios adicionais.

No plano de aposentadoria do tipo contribuição definida, o risco atuarial e o risco dos investimentos são assumidos pelos participantes. O reconhecimento dos custos é determinado pelos valores das contribuições de cada período que representam a obrigação da CAIXA e não há necessidade de nenhum cálculo atuarial para a mensuração da obrigação ou despesa, uma vez que não existe ganho ou perda atuarial.

No plano de aposentadoria do tipo contribuição variável, durante a fase de contribuição não há garantia em relação ao valor do benefício a ser recebido no momento da aposentadoria, sendo, portanto, considerado como plano do tipo contribuição definida.

Porém, a partir do momento da concessão da aposentadoria, o valor do benefício passa a ser fixo e há o enquadramento em plano do tipo benefício definido, devendo ser aplicados os procedimentos relacionados aos cálculos atuariais.

Notas Explicativas da Administração às demonstrações contábeis consolidadas

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Outro benefício concedido é o programa de assistência à saúde – Saúde CAIXA, destinado aos empregados, aposentados e respectivos dependentes. Na apuração dos passivos e custos deste plano de saúde, foram adotadas hipóteses e premissas atuariais homologadas pela CAIXA, bem como o método atuarial Crédito Unitário Projetado.

A CAIXA fornece também aos empregados e dirigentes o auxílio-alimentação e a cesta-alimentação, na forma da legislação vigente e do Acordo Coletivo de Trabalho, com caráter indenizatório, não sendo considerados como verba salarial e nem incidindo encargos para a CAIXA ou seus empregados e dirigentes.

A participação dos empregados no resultado (PLR) é apropriada mensalmente com o cálculo sobre o resultado anual realizado. Após o fechamento do Acordo Coletivo de Trabalho, esse valor é ajustado considerando as regras aprovadas.

O Pronunciamento Técnico CPC 33 (R1) – Benefícios a Empregados estabeleceu para os planos de benefício definido alterações na contabilização e divulgação dos benefícios pós-emprego, como a remoção do mecanismo do corredor no registro da obrigação dos planos, bem como alterações no critério de reconhecimento dos juros remuneratórios dos ativos dos planos. A adoção do Pronunciamento ocorreu a partir de 1º de janeiro de 2013 e implicou o reconhecimento integral em conta de passivo quando perdas atuariais não reconhecidas venham a ocorrer, em contrapartida da conta “outros ajustes de avaliação patrimonial” no patrimônio líquido.

Destaca-se que o Pronunciamento CPC 33 (R1) estipula para a empresa patrocinadora os parâmetros específicos para mensuração dos ativos, obrigações e, por consequência, do superávit e déficit de planos de aposentadoria. Todavia, devido às disposições legais presentes no Brasil, as demonstrações contábeis dos respectivos planos devem ser elaboradas com a observância das disposições instituídas pelo órgão competente nacional, o que conduz a apurações de superávit e déficit distintas.

Tendo-se em vista que a CAIXA já constitui provisão atuarial, atendendo às disposições do Pronunciamento CPC 33 (R1), apenas existe prerrogativa de complemento dessa provisão na hipótese de o déficit, objeto de plano de equacionamento, apurado em conformidade à legislação local apresentar montante superior ao provisionado pelo Pronunciamento CPC 33 (R1).

Nessa hipótese, a complementação dá-se em contrapartida ao Patrimônio Líquido, conforme consta da Interpretação Técnica ICPC 20 – Limite de Ativo de Benefício Definido, Requisitos de Custeio (*Funding*) Mínimo e sua Interação.

O detalhamento dos benefícios a empregados e sua movimentação são apresentados na Nota 32.

(s) Outros ativos e passivos

Os demais ativos estão demonstrados pelos valores de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias e cambiais auferidos em base pro rata die e provisão para perda, quando julgada necessária. Os demais passivos demonstrados incluem os valores conhecidos e mensuráveis, acrescidos, quando aplicável, dos encargos e das variações monetárias e cambiais incorridos em base *pro rata die*.

(t) Reapresentação de Saldos Comparativos**(i) Depósitos em contas de poupança simplificada**

Em 31 de dezembro de 2016, para adequação aos requisitos da Circular BACEN nº 3.763/2015 e Carta Circular BACEN nº 3.725/2015, a CAIXA reclassificou os saldos de depósitos em contas de poupança que estavam registrados em “Credores diversos – no país”, sob o título “Outros credores - poupança simplificada” para o grupo de “Depósitos”, juntamente com o respectivo impacto relativo aos efeitos da atualização monetária do período 2006 até 2016.

Os efeitos da atualização dos saldos das contas de poupança simplificada do período de 2006 até 2015 impactaram a rubrica de “Lucros e prejuízos acumulados” perfazendo os saldos reapresentados de 31/12/2015, em atendimento aos requisitos do pronunciamento contábil “CPC 23 – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro.

As posições comparativas das demonstrações contábeis consolidadas estão sendo reapresentadas com a referida reclassificação dos valores patrimoniais apurados.

Notas Explicativas da Administração às demonstrações contábeis consolidadas

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(ii) Segregação dos Instrumentos Financeiros Derivativos no passivo em circulante e não circulante

Até 31/12/2016, a CAIXA alocou estes valores como passivo circulante. A partir de 01/01/2017, devido a aplicação do critério de relevância, estes passivos estão sendo segregados em passivos circulantes e não circulantes.

(iii) Detalhamento dos ajustes de reapresentação nas demonstrações contábeis

Conforme estabelece o Pronunciamento Técnico CPC 23 – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro, as retificações de erro mencionadas nos itens acima foram aplicadas de forma retrospectiva, produzindo efeitos nas demonstrações contábeis consolidadas comparativas, conforme apresentado a seguir:

▪ **Balço Patrimonial Consolidado**

A posição patrimonial consolidada comparativa relativa a 30/06/2016 está sendo reapresentada em função da retificação de erro descrita no item (i), conforme demonstrado a seguir:

Descrição	30/06/2016		
	Conforme apresentado anteriormente	Ajustes	Valor ajustado
Ativo			
Circulante	584.754.810	104.666	584.859.476
Outros Créditos	33.085.558	104.666	33.190.224
Diversos (1)	24.139.445	104.666	24.244.111
Não Circulante	628.706.705	-	628.706.705
Total do Ativo	1.213.461.515	104.666	1.213.566.181
Passivo e Patrimônio Líquido			
Circulante	685.390.729	(215.984)	685.174.745
Depósitos	362.802.878	1.037.221	363.840.099
Depósitos de poupança (2)	238.702.276	1.037.221	239.739.497
Instrumentos Financeiros Derivativos (3)	892.238	(753.087)	139.151
Outras Obrigações	53.191.357	(500.118)	52.691.239
Diversas (4)	34.642.019	(500.118)	34.141.901
Não Circulante	465.721.848	753.087	466.474.935
Instrumentos Financeiros Derivativos (3)	-	753.087	753.087
Patrimônio Líquido	62.348.938	(432.437)	61.916.501
Lucros/Prejuízos Acumulados (5)	505.050	(432.437)	72.613
Total do Passivo e Patrimônio Líquido	1.213.461.515	104.666	1.213.566.181

- (1) O montante de R\$ 104.666 ajustado reflete o impacto no crédito tributário decorrente do reconhecimento da despesa com juros e atualização monetária relativa a reclassificação do saldo de poupança simplificada (item i).
- (2) O montante de R\$ 1.037.221 ajustado refere-se à reclassificação do valor de R\$ 500.118 relativa ao saldo de contas de poupança simplificada (item i) acrescido do valor de R\$ 537.103 relativo a sua respectiva correção de juros e atualização monetária.
- (3) O valor de R\$ 753.087, refere-se segregação dos Instrumentos Financeiros Derivativos (item ii) em passivo circulante e não circulante.
- (4) O valor de (R\$ 500.118), refere-se à reclassificação do saldo de contas de poupança simplificada (item i).
- (5) O montante de (R\$ 432.437) ajustado se refere ao reconhecimento da despesa de (R\$ 537.103) com juros e atualização monetária do saldo de poupança simplificada (item i) deduzido do respectivo impacto tributário decorrente R\$ 104.666.

Notas Explicativas da Administração às demonstrações contábeis consolidadas

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Descrição	31/12/2016		
	Conforme apresentado anteriormente	Ajustes	Valor ajustado
Ativo			
Total do Ativo	1.255.451.751	-	1.255.451.751
Passivo e Patrimônio Líquido			
Circulante	671.211.059	(822.422)	670.388.637
Instrumentos Financeiros Derivativos (1)	1.072.811	(822.422)	250.389
Não Circulante	520.607.103	822.422	521.429.525
Instrumentos Financeiros Derivativos (1)	-	822.422	822.422
Patrimônio Líquido	63.633.589	-	63.633.589
Total do Passivo e Patrimônio Líquido	1.255.451.751	-	1.255.451.751

(1) O valor de R\$ 822.422, refere-se segregação dos Instrumentos Financeiros Derivativos (item ii) em passivo circulante e não circulante.

▪ **Demonstração Consolidada do Resultado**

O resultado consolidado comparativo relativo ao 2º trimestre de 2016 e 1º semestre de 2016 estão sendo reapresentados em função da retificação de erro descrita no item (ii), conforme demonstrado a seguir:

Descrição	2º trimestre de 2016		
	Conforme apresentado anteriormente	Ajustes	Valor ajustado
RESULTADO			
Receitas da intermediação financeira	37.036.939	-	37.036.939
Despesas da intermediação financeira	(31.777.897)	(20.374)	(31.798.271)
Operações de captação no mercado (1)	(21.064.839)	(20.374)	(21.085.213)
Resultado bruto da intermediação financeira	5.259.042	(20.374)	5.238.668
Outras receitas/despesas operacionais	(4.869.202)	-	(4.869.202)
Resultado operacional	389.840	(20.374)	369.466
Resultado não operacional	(51.185)	-	(51.185)
Resultado antes da tributação sobre o lucro	338.655	(20.374)	318.281
Imposto de renda e contribuição social	1.520.690	-	1.520.690
Participações dos empregados no lucro	(249.622)	-	(249.622)
Lucro líquido do período	1.609.723	(20.374)	1.589.349

(1) O montante de (R\$ 20.374) se refere ao reconhecimento da despesa com juros e atualização monetária relativa a reclassificação do saldo de poupança simplificada (item i).

Notas Explicativas da Administração às demonstrações contábeis consolidadas

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Descrição	1º semestre de 2016		
	Conforme apresentado anteriormente	Ajustes	Valor ajustado
RESULTADO			
Receitas da intermediação financeira	72.914.724	-	72.914.724
Despesas da intermediação financeira	(61.952.099)	(39.915)	(61.992.014)
Operações de captação no mercado (1)	(41.782.820)	(39.915)	(41.822.735)
Resultado bruto da intermediação financeira	10.962.625	(39.915)	10.922.710
Outras receitas/despesas operacionais	(10.187.524)	-	(10.187.524)
Resultado operacional	775.101	(39.915)	735.186
Resultado não operacional	(114.148)	-	(114.148)
Resultado antes da tributação sobre o lucro	660.953	(39.915)	621.038
Imposto de renda e contribuição social	2.175.406	-	2.175.406
Participações dos empregados no lucro	(388.849)	-	(388.849)
Lucro líquido do período	2.447.510	(39.915)	2.407.595

(1) O montante de (R\$ 39.915) se refere ao reconhecimento da despesa com juros e atualização monetária relativa a reclassificação do saldo de poupança simplificada (item i).

▪ **Demonstração Consolidada das Mutações do Patrimônio Líquido**

As posições patrimoniais de abertura da Demonstração Consolidada das Mutações do Patrimônio Líquido - DMPL relativas a 31/12/2015 (Patrimônio Líquido Consolidado R\$ 62.703.443) estão sendo reapresentadas nas Demonstrações Contábeis Consolidadas divulgadas a partir de 31/03/2016 (Patrimônio Líquido Consolidado Ajustado R\$ 62.310.921).

O montante de R\$ 392.522 ajustado refere-se ao reconhecimento da despesa R\$ 497.188 com juros e atualização monetária do saldo de depósitos em contas de poupança simplificada (reclassificadas conforme item "i"), deduzido do respectivo impacto tributário decorrente, no valor de R\$ 104.666.

Notas Explicativas da Administração às demonstrações contábeis consolidadas

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

▪ Demonstração Consolidada dos Fluxos de Caixa

A Demonstração Consolidada dos Fluxos de Caixa relativa ao 2º trimestre de 2016 e 1º semestre de 2016 estão sendo rerepresentadas em função da retificação de erro descrita no item (i), conforme demonstrado a seguir:

Descrição	2º trimestre de 2016		
	Conforme apresentado anteriormente	Ajustes	Valor ajustado
FLUXOS DE CAIXA NAS ATIVIDADES OPERACIONAIS			
LUCRO LÍQUIDO AJUSTADO	8.237.962	(20.374)	8.217.588
Lucro Líquido (1)	1.609.723	(20.374)	1.589.349
VARIAÇÃO PATRIMONIAL	(55.346.851)	(566.039)	(55.912.890)
(Redução) Aumento em Depósitos	12.078.546	20.371	12.098.917
(Redução) Aumento em Outras obrigações	6.941.528	(586.410)	6.355.118
CAIXA LÍQUIDO PROVENIENTE NAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	(47.108.889)	(586.413)	(47.695.302)
FLUXOS DE CAIXA NAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS			
Dividendos/Juros sobre o capital próprio (2)	(586.413)	586.413	-
CAIXA LÍQUIDO PROVENIENTE NAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS	(1.620.878)	586.413	(1.034.465)

(1) O montante de (R\$ 20.374) se refere ao reconhecimento da despesa com juros e atualização monetária relativa a reclassificação do saldo de poupança simplificada (item i).

(2) O montante de R\$ 586.413 refere-se à reclassificação do destaque de Dividendos/Juros sobre o capital próprio para Outras obrigações.

Descrição	1º semestre de 2016		
	Conforme apresentado anteriormente	Ajustes	Valor ajustado
FLUXOS DE CAIXA NAS ATIVIDADES OPERACIONAIS			
LUCRO LÍQUIDO AJUSTADO	15.844.614	(39.915)	15.804.699
Lucro Líquido (1)	2.447.510	(39.915)	2.407.595
VARIAÇÃO PATRIMONIAL	(30.540.152)	(1.133.835)	(31.673.987)
(Redução) Aumento em Depósitos	7.716.743	39.912	7.756.655
(Redução) Aumento em Outras obrigações	2.503.670	(1.173.747)	1.329.923
CAIXA LÍQUIDO PROVENIENTE NAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	(14.695.538)	(1.173.750)	(15.869.288)
FLUXOS DE CAIXA NAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS			
Dividendos/Juros sobre o capital próprio (2)	(1.173.750)	1.173.750	-
CAIXA LÍQUIDO PROVENIENTE NAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS	(2.263.511)	1.173.750	(1.089.761)

(1) O montante de (R\$ 39.915) se refere ao reconhecimento da despesa com juros e atualização monetária relativa a reclassificação do saldo de poupança simplificada (item i).

(2) O montante de R\$ 1.173.750 refere-se à reclassificação do saldo de Dividendos/Juros sobre o capital próprio para Outras obrigações.

Notas Explicativas da Administração às demonstrações contábeis consolidadas

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

▪ Demonstração Consolidada do Valor Adicionado

A Demonstração Consolidada do Valor Adicionado – DVA relativa ao 2º trimestre de 2016 e 1º semestre de 2016 estão sendo reapresentadas em função da retificação de erro descrita no item (ii), conforme demonstrado a seguir:

Descrição	2º trimestre de 2016		
	Conforme apresentado anteriormente	Ajustes	Valor ajustado
1. Receitas	37.679.674	-	37.679.674
2. Despesas da intermediação financeira	24.840.482	20.374	24.860.856
3. Insumos adquiridos de terceiros	5.569.935	-	5.569.935
4. Valor adicionado bruto (1-2-3)	7.269.257	(20.374)	7.248.883
5. Retenções	439.381	-	439.381
6. Valor adicionado líquido (4-5)	6.829.876	(20.374)	6.809.502
7. Valor adicionado recebido em transferência	122.312	-	122.312
8. Valor adicionado a distribuir (6+7)	6.952.188	(20.374)	6.931.814
9. Distribuição do valor adicionado	6.952.188	(20.374)	6.931.814
Lucros/Prejuízos retidos	850.641	(20.374)	830.267

Descrição	1º semestre de 2016		
	Conforme apresentado anteriormente	Ajustes	Valor ajustado
1. Receitas	76.249.165	-	76.249.165
2. Despesas da intermediação financeira	50.470.125	39.915	50.510.040
3. Insumos adquiridos de terceiros	11.847.286	-	11.847.286
4. Valor adicionado bruto (1-2-3)	13.931.754	(39.915)	13.891.839
5. Retenções	882.980	-	882.980
6. Valor adicionado líquido (4-5)	13.048.774	(39.915)	13.008.859
7. Valor adicionado recebido em transferência	275.285	-	275.285
8. Valor adicionado a distribuir (6+7)	13.324.059	(39.915)	13.284.144
9. Distribuição do valor adicionado	13.324.059	(39.915)	13.284.144
Lucros/Prejuízos retidos	818.096	(39.915)	778.181

(u) Eventos subsequentes

Os eventos subsequentes correspondem aos eventos ocorridos entre a data-base das demonstrações contábeis e a data de autorização para a sua emissão. São compostos por eventos que evidenciam condições que já existiam na data-base das demonstrações contábeis e originam ajustes e por eventos que evidenciam condições que não existiam na data-base das demonstrações contábeis, mas não originam ajustes.

Notas Explicativas da Administração às demonstrações contábeis consolidadas

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Nota 4 – Caixa e equivalentes de caixa

Descrição	30/06/2017	31/12/2016	30/06/2016
Total de disponibilidades (caixa)	9.237.137	10.763.601	9.650.474
Disponibilidade em moeda nacional	7.702.416	8.926.964	7.291.034
Disponibilidade em moeda estrangeira	1.534.721	1.836.637	2.359.440
Aplicações interfinanceiras de liquidez (1)	139.251.929	140.073.534	136.570.035
Total	148.489.066	150.837.135	146.220.509

(1) Operações com vencimento igual ou inferior a 90 dias na data da aquisição e com risco insignificante de mudança no valor justo.

Nota 5 – Aplicações interfinanceiras de liquidez

Descrição	01 a 90 dias	91 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias	30/06/2017	31/12/2016	30/06/2016
Aplicações no mercado aberto - posição bancada	82.381.769	-	-	-	82.381.769	58.751.759	28.830.155
Letras financeiras do tesouro (1)	2.000.084	-	-	-	2.000.084	5.700.954	8.297
Letras do tesouro nacional	16.139.221	-	-	-	16.139.221	29.340.584	10.054.989
Notas do tesouro nacional	64.242.464	-	-	-	64.242.464	23.710.221	18.766.869
Aplicações no mercado aberto - posição financiada	59.742.169	-	-	-	59.742.169	85.894.137	109.294.869
Letras do tesouro nacional	35.459.701	-	-	-	35.459.701	15.189.270	2.671.529
Notas do tesouro nacional	24.282.468	-	-	-	24.282.468	70.704.867	106.623.340
Aplicações em depósitos interfinanceiros	11.653.452	130.543	92.864	172.283	12.049.142	12.429.265	11.494.011
Depósitos interfinanceiros	10.942.172	130.543	-	-	11.072.715	11.414.497	11.251.514
Depósitos interfinanceiros - crédito rural	711.280	-	92.873	172.283	976.436	1.014.806	242.563
Provisão para perdas em depósitos interfinanceiros	-	-	(9)	-	(9)	(38)	(66)
Total - ativo circulante	153.777.390	130.543	92.864	172.283	154.173.080	157.075.161	149.619.035

(1) Inclui acordo de Compensação e Liquidação de Obrigações, firmado entre a CAIXA e o BANCOOB no montante de R\$ 240.934 e entre a CAIXA e o SICREDI no montante de R\$ 104.325, em 30/06/2017, conforme Resolução CMN nº 3.263/2005.

(a) Resultado com aplicações interfinanceiras de liquidez

Compõe “Resultado de operações com títulos e valores mobiliários” na Demonstração do Resultado.

Descrição	2017		2016	
	2º trimestre	1º semestre	2º trimestre	1º semestre
Rendas de aplicações no mercado aberto	4.001.058	9.182.271	6.849.929	13.073.246
Posição bancada	1.627.205	3.550.977	1.638.913	2.988.631
Posição financiada	2.373.853	5.631.294	5.211.016	10.084.615
Rendas de aplicações em depósitos interfinanceiros	344.578	725.538	377.743	721.951
Total	4.345.636	9.907.809	7.227.672	13.795.197

Notas Explicativas da Administração às demonstrações contábeis consolidadas

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Nota 6 – Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos
(a) Composição

Descrição	Carteira Própria – Livre	Vinculados				Instrumentos Financeiros Derivativos	30/06/2017	31/12/2016	30/06/2016
		Compromisso de Recompra	Prestação de Garantias	Operações Compromissadas com Livre Movimentação	Banco Central				
Títulos públicos	79.358.849	75.580.131	6.244.101	4.988.000	1.132.470	-	167.303.551	160.189.270	164.394.427
Letras financeiras do tesouro	19.443.259	16.488.276	889.492	-	1.131.724	-	37.952.751	18.344.527	12.559.477
Letras do tesouro nacional	54.594.730	35.973.188	5.351.713	4.988.000	746	-	100.908.377	94.074.195	107.503.422
Notas do tesouro nacional	5.025.458	23.118.667	2.896	-	-	-	28.147.021	47.476.660	44.039.497
Tesouro nacional/securitização	295.402	-	-	-	-	-	295.402	293.888	292.031
Títulos – empresas	10.441.702	6.928.571	-	-	-	-	17.370.273	20.276.024	15.721.053
Debêntures (1)	3.609.529	4.264.298	-	-	-	-	7.873.827	8.770.564	6.792.551
Nota promissória	-	-	-	-	-	-	-	5.140	519.911
Letras de crédito imobiliário	-	-	-	-	-	-	-	-	88.518
Letras financeiras	-	-	-	-	-	-	-	55.572	152.431
Cotas de fundos	193.567	-	-	-	-	-	193.567	240.449	241.207
Certificado de recebíveis imobiliários	837.565	2.664.273	-	-	-	-	3.501.838	3.428.557	1.343.443
Ações	5.801.041	-	-	-	-	-	5.801.041	7.775.742	6.582.992
Outros	-	-	-	-	-	805.829	805.829	878.815	1.106.738
Total	89.800.551	82.508.702	6.244.101	4.988.000	1.132.470	805.829	185.479.653	181.344.109	181.222.218

Notas Explicativas da Administração às demonstrações contábeis consolidadas

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(b) Classificação da carteira por prazo

Posição em 30/06/2017	Custo	Ajuste Resultado (1)	Ajuste Patr. Líquido (2)	Valor Contábil	Valor de Mercado	Sem Vencimento	01 a 90 dias	91 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias
Descrição										
Títulos públicos	164.985.551	2.312.756	5.244	167.303.551	169.221.306	-	10.991.194	3.900.320	14.205.144	138.206.893
Letras financeiras do tesouro	37.910.396	24.421	17.934	37.952.751	37.956.064	-	-	-	97.765	37.854.986
Letras do tesouro nacional	98.618.445	2.269.610	20.322	100.908.377	101.041.446	-	10.991.194	3.900.320	14.107.379	71.909.484
Notas do tesouro nacional	28.125.237	18.725	3.059	28.147.021	29.928.394	-	-	-	-	28.147.021
Tesouro nacional/ securitização	331.473	-	(36.071)	295.402	295.402	-	-	-	-	295.402
Títulos – empresas	19.741.447	(39.865)	(2.331.309)	17.370.273	17.605.021	5.994.608	-	426.698	137.453	10.811.514
Debêntures	8.380.893	(39.883)	(467.183)	7.873.827	7.733.472	-	-	426.698	127.316	7.319.813
Cotas de fundos	193.603	-	(36)	193.567	193.567	193.567	-	-	-	-
Certificado de recebíveis imobiliários	3.429.501	18	72.319	3.501.838	3.876.941	-	-	-	10.137	3.491.701
Ações	7.737.450	-	(1.936.409)	5.801.041	5.801.041	5.801.041	-	-	-	-
Total – TVM	184.726.998	2.272.891	(2.326.065)	184.673.824	186.826.327	5.994.608	10.991.194	4.327.018	14.342.597	149.018.407
Para negociação (3)	115.371.948	2.272.891	-	117.644.839	117.644.839	-	10.991.194	3.900.320	11.977.364	90.775.961
Disponíveis para venda	29.135.456	-	(2.326.065)	26.809.391	26.809.391	5.994.608	-	426.698	137.453	20.250.632
Mantidos até o vencimento (4)	40.219.594	-	-	40.219.594	42.372.097	-	-	-	2.227.780	37.991.814
Instrumentos financeiros derivativos	805.829	-	-	805.829	805.829	-	105	313.752	11.529	480.443
Total – TVM e Derivativos	185.532.827	2.272.891	(2.326.065)	185.479.653	187.632.156	5.994.608	10.991.299	4.640.770	14.354.126	149.498.850

(1) Ajuste a valor de mercado no resultado;

(2) Ajuste a Valor de Mercado no Patrimônio Líquido. Inclui o ajuste a valor de mercado de TVM da controlada. O efeito da marcação a mercado registrada no Patrimônio Líquido é de R\$ 888.455 em 30/06/2017 (31/12/2016 - R\$ 181.614; 30/06/2016 – R\$ 635.874), líquido dos efeitos tributários.

(3) Os títulos da categoria Para negociação são classificados no ativo circulante, conforme Circular BACEN nº 3.068/2001.

(4) Os títulos da categoria Mantidos até o vencimento foram marcados a mercado exclusivamente para fins de divulgação e análise, não produzindo efeitos no resultado ou no patrimônio líquido.

Notas Explicativas da Administração às demonstrações contábeis consolidadas

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(c) Resumo da classificação dos títulos e valores mobiliários por prazo

O valor de mercado dos títulos e valores mobiliários baseia-se em cotação de preços na data do balanço. Se não houver cotação de preço de mercado, os valores são estimados a partir de modelo de marcação a mercado baseado na construção dos fluxos de caixa dos ativos e das curvas de juros de mercado.

Os fluxos de caixa são construídos a partir das características dos títulos e valores mobiliários e as curvas a partir das informações/dados dos preços/taxas de mercado dos instrumentos financeiros disponíveis, tais como: contratos futuros, títulos públicos ou operações de *swap*.

Os papéis que compõem a carteira de TVM da CAIXA não foram reclassificados entre as categorias I, II e III, nos períodos apresentados.

(c.1) Categoria I - Títulos para negociação

Descrição	30/06/2017								31/12/2016			30/06/2016		
	Sem Vencimento	01 a 90 dias	91 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias	Custo	Ajuste Resultado	Valor de Mercado	Custo	Ajuste Resultado	Valor de Mercado	Custo	Ajuste Resultado	Valor de Mercado
Títulos públicos	-	10.991.194	3.900.320	11.977.364	90.321.554	114.877.676	2.312.756	117.190.432	106.060.869	1.625.222	107.686.091	111.874.624	473.525	112.348.149
Letras financeiras do tesouro	-	-	-	97.765	23.774.264	23.847.608	24.421	23.872.029	7.589.399	(15.669)	7.573.730	7.123.067	(6.906)	7.116.161
Letras do tesouro nacional	-	10.991.194	3.900.320	11.879.599	65.326.149	89.827.652	2.269.610	92.097.262	87.425.613	1.634.174	89.059.787	96.601.784	503.062	97.104.846
Notas do tesouro nacional	-	-	-	-	1.221.141	1.202.416	18.725	1.221.141	11.045.857	6.717	11.052.574	8.149.773	(22.631)	8.127.142
Títulos - empresas	-	-	-	-	454.407	494.272	(39.865)	454.407	640.628	19.684	660.312	827.769	23.609	851.378
Debêntures	-	-	-	-	454.137	494.020	(39.883)	454.137	640.191	19.664	659.855	815.032	23.597	838.629
Cotas de fundos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	12.022	-	12.022
Certif. recebíveis imobiliários	-	-	-	-	270	252	18	270	437	20	457	715	12	727
Total	-	10.991.194	3.900.320	11.977.364	90.775.961	115.371.948	2.272.891	117.644.839	106.701.497	1.644.906	108.346.403	112.702.393	497.134	113.199.527

Notas Explicativas da Administração às demonstrações contábeis consolidadas

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(c.2) Categoria II - Títulos disponíveis para venda

Descrição	30/06/2017								31/12/2016			30/06/2016		
	Sem Vencimento	01 a 90 dias	91 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias	Custo	Ajuste Patrimônio (1)	Valor de Mercado	Custo	Ajuste Patrimônio (1)	Valor de Mercado	Custo	Ajuste Patrimônio (1)	Valor de Mercado
Títulos públicos	-	-	-	-	12.155.994	12.150.750	5.244	12.155.994	5.336.555	(49.798)	5.286.757	470.497	(54.704)	415.793
Letras financeiras do tesouro	-	-	-	-	7.934.115	7.916.181	17.934	7.934.115	4.955.167	(447)	4.954.720	-	-	-
Letras do tesouro Nacional	-	-	-	-	3.762.410	3.742.088	20.322	3.762.410	-	-	-	-	-	-
Notas do tesouro nacional	-	-	-	-	164.067	161.008	3.059	164.067	35.473	2.676	38.149	121.739	2.023	123.762
Tesouro nacional/securitização	-	-	-	-	295.402	331.473	(36.071)	295.402	345.915	(52.027)	293.888	348.758	(56.727)	292.031
Títulos – empresas	5.994.608	-	426.698	137.453	8.094.638	16.984.706	(2.331.309)	14.653.397	18.230.813	(890.273)	17.340.540	16.692.783	(1.891.446)	14.801.337
Debêntures	-	-	426.698	127.316	6.719.162	7.740.359	(467.183)	7.273.176	8.578.654	(609.079)	7.969.575	5.901.638	52.284	5.953.922
Nota promissória	-	-	-	-	-	-	-	-	5.097	43	5.140	519.288	623	519.911
Letras de crédito imobiliário	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	88.460	58	88.518
Letras financeiras	-	-	-	-	-	-	-	-	55.773	(201)	55.572	152.342	89	152.431
Cotas de fundos	193.567	-	-	-	-	193.603	(36)	193.567	240.449	-	240.449	229.185	-	229.185
Certif. recebíveis imobiliários	-	-	-	10.137	1.375.476	1.313.294	72.319	1.385.613	1.318.561	(24.499)	1.294.062	1.326.304	(51.926)	1.274.378
Ações (2)	5.801.041	-	-	-	-	7.737.450	(1.936.409)	5.801.041	8.032.279	(256.537)	7.775.742	8.475.566	(1.892.574)	6.582.992
Total	5.994.608	-	426.698	137.453	20.250.632	29.135.456	(2.326.065)	26.809.391	23.567.368	(940.071)	22.627.297	17.163.280	(1.946.150)	15.217.130

(1) Ajuste a valor de mercado. Inclui o ajuste a valor de mercado de TVM da controlada. O efeito da marcação a mercado registrada no patrimônio líquido é de R\$ 888.455 em 30/06/2017 (31/12/2016 - R\$ 181.614; 30/06/2016 - R\$ 635.874), líquido dos efeitos tributários.

(2) As participações acionárias, classificadas na categoria II, são passíveis de aplicação de testes de *impairment* periódicos, conforme estabelece a Circular BACEN nº 3.068/2001, no 1º semestre de 2017, foi apurada e reconhecida uma perda no valor recuperável em ações no montante de R\$ 57.526.

Notas Explicativas da Administração às demonstrações contábeis consolidadas

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(c.3) Categoria III - Títulos mantidos até o vencimento

A CAIXA apresenta capacidade financeira para manter estes títulos até seus respectivos vencimentos em convergência com a intenção da Administração.

Descrição	30/06/2017						31/12/2016		30/06/2016	
	01 a 90 dias	91 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias	Custo	Valor de Mercado	Custo	Valor de Mercado	Custo	Valor de Mercado
Títulos públicos	-	-	2.227.780	35.729.345	37.957.125	39.874.880	47.216.422	48.530.232	51.630.485	51.810.296
Letras financeiras do tesouro	-	-	-	6.146.607	6.146.607	6.149.920	5.816.077	5.807.304	5.443.316	5.443.499
Letras do tesouro nacional	-	-	2.227.780	2.820.925	5.048.705	5.181.774	5.014.408	5.079.456	10.398.576	10.384.049
Notas do tesouro nacional	-	-	-	26.761.813	26.761.813	28.543.186	36.385.937	37.643.472	35.788.593	35.982.748
Títulos – empresas	-	-	-	2.262.469	2.262.469	2.497.217	2.275.172	2.355.985	68.338	59.452
Debêntures (1)	-	-	-	146.514	146.514	6.159	141.134	4.749	-	-
Certificado de recebíveis imobiliários	-	-	-	2.115.955	2.115.955	2.491.058	2.134.038	2.351.236	68.338	59.452
Total	-	-	2.227.780	37.991.814	40.219.594	42.372.097	49.491.594	50.886.217	51.698.823	51.869.748

(1) As debêntures, classificadas na categoria III, são passíveis de aplicação de testes de *impairment* periódicos, conforme estabelece a Circular BACEN nº 3.068/2001, o valor de 30/06/2017 inclui uma perda no valor recuperável em debêntures no montante de R\$ 220.767.

(d) Resultado com títulos e valores mobiliários

Descrição	2017		2016	
	2º trimestre	1º semestre	2º trimestre	1º semestre
Ativos financeiros mantidos para negociação	2.847.813	7.089.077	3.996.943	9.961.850
Ativos financeiros disponíveis para venda	456.940	1.067.515	436.676	761.797
Ativos financeiros mantidos até o vencimento	1.015.068	2.305.767	1.544.178	3.774.125
Outros	9.378	11.222	777	(2.795)
Total	4.329.199	10.473.581	5.978.574	14.494.977

Notas Explicativas da Administração às demonstrações contábeis consolidadas

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(e) Instrumentos financeiros derivativos

A CAIXA se utiliza de instrumentos financeiros derivativos (IFD), registrados em contas patrimoniais e contas de compensação, que se destinam a atender necessidades próprias para administrar a sua exposição a risco (hedge). Essas operações envolvem contratos futuros de DI, dólar, cupom cambial e contratos de *swaps*.

Os instrumentos financeiros derivativos, quando utilizados como instrumentos de hedge, destinam-se à proteção contra variações cambiais e variações nas taxas de juros de ativos e passivos.

Os derivativos geralmente representam compromissos futuros para trocar moedas ou indexadores ou comprar ou vender outros instrumentos financeiros nos termos e datas especificadas nos contratos. Os contratos de *swap* são registrados com ou sem garantia na BM&FBovespa ou na Cetip.

No caso do registro com garantia, há uma *clearing* que fica responsável pelo cálculo dos ajustes diários e da margem de garantia a ser depositada para o pagamento em caso de default de alguma das partes. Assim, é a *clearing* que se torna contraparte dos contratos. Neste tipo de registro, portanto, não há risco de crédito.

No caso de registro sem garantia, não há uma *clearing* que calcula os ajustes diários e garante os pagamentos e os valores são calculados entre as partes. Nestes casos, porém, há a possibilidade de assinatura de contratos (Contrato Global de Derivativos – CGD e Cessão Fiduciária) onde são estabelecidas cláusulas que garantem o pagamento entre as partes. Inclusive, nesta modalidade, há um limite de crédito definido que, quando ultrapassado, requer a necessidade de depósito de ativos em conta de garantia, que é administrado pelas partes. Neste caso há risco de crédito até o limite estabelecido em contrato.

As posições dos contratos futuros têm os seus valores referenciais registrados em contas de compensação e os ajustes em contas patrimoniais.

(f) Hedge Contábil

A CAIXA estabeleceu estruturas de hedge de valor justo para proteger a exposição à variação no risco de mercado no pagamento de juros e principal das emissões externas e das emissões em letras financeiras indexadas ao IPCA.

O hedge contábil das emissões externas tem como objetivo a proteção da variação do dólar e do cupom de dólar no pagamento do principal, dos juros e do imposto de 15% sobre o pagamento dos juros, objeto do hedge.

A estrutura é construída para os saldos internalizados e a proteção ocorre por meio de contratos de *swap*, conforme descrito:

- Ponta Ativa *Swap*: variação do Dólar + cupom;
- Ponta Passiva *Swap*: % da variação do DI.

O hedge contábil estruturado para as letras financeiras indexadas ao IPCA tem como objetivo a proteção da variação do IPCA e do cupom de IPCA, objeto do hedge, e a proteção ocorre por meio de contratos de *swap*, conforme descrito:

- Ponta Ativa *Swap*: variação do IPCA + cupom;
- Ponta Passiva *Swap*: % da variação do DI.

Pelo fato de haver o casamento dos fluxos futuros do objeto do hedge e da ponta ativa do *swap*, a efetividade das operações se mantém próxima de 100%, dentro do intervalo de 80% e 125% estabelecido na Circular BACEN n° 3.082/2002.

Notas Explicativas da Administração às demonstrações contábeis consolidadas

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

HEDGE CONTÁBIL												
Estruturas	30/06/2017				31/12/2016				30/06/2016			
	Instrumentos de Hedge			Objeto de Hedge	Instrumentos de Hedge			Objeto de Hedge	Instrumentos de Hedge			Objeto de Hedge
	Valor Principal	Juros	Ajuste a Valor de Mercado (1)	Valor Contábil	Valor Principal (2)	Juros (2)	Ajuste a Valor de Mercado (1)	Valor Contábil	Valor Principal (3)	Juros (3)	Ajuste a Valor de Mercado (1)	Valor Contábil
Emissões externas	9.959.645	1.555.223	(181.123)	11.423.984	10.043.524	1.350.299	(27.922)	11.295.759	7.076.294	4.314.421	271.313	11.236.729
Empréstimos 4.131	582.055	56.324	(68.160)	334.129	1.583.710	72.116	(197.651)	1.643.963	2.205.417	139.465	(76.637)	2.263.343
Letras financeiras	925.660	509.095	48.698	1.436.830	1.020.660	479.802	31.578	1.504.461	1.010.660	407.713	19.824	1.420.366
Total	11.467.360	2.120.642	(200.585)	13.194.943	12.647.894	1.902.217	(193.995)	14.444.183	10.292.371	4.861.599	214.500	14.920.438

(1) Ajuste acumulado dos contratos de swap.

(2) O Valor principal de R\$ 17.478.815 e dos Juros de R\$ 615.172 apresentados em 31/12/2016 foram ajustados em decorrência de revisão da rotina de apuração destes valores, adotada a partir de 2017.

(3) O Valor nominal de R\$ 15.153.971 apresentado em 30/06/2016, foi segregado em "Valor principal" e "Juros", que estão apurados com os mesmos critérios da nova rotina adotada a partir de 2017.

ESTRUTURA TEMPORAL									
Vencimento	30/06/2017			31/12/2016			30/06/2016		
	Emissões Externas	Empréstimos 4.131	Letras Financeiras	Emissões Externas	Empréstimos 4.131	Letras Financeiras	Emissões Externas	Empréstimos 4.131	Letras Financeiras
2016	-	-	-	-	-	-	180.195	645.664	-
2017	3.100.966	582.055	80.000	3.286.641	1.583.710	175.000	908.369	1.559.753	175.000
2018	912.610	-	21.500	899.065	-	21.500	859.240	-	16.500
2019	4.677.200	-	10.150	4.607.782	-	10.150	4.512.853	-	10.150
2020	50.091	-	16.360	49.348	-	16.360	24.303	-	11.360
2021	48.323	-	25.000	47.606	-	25.000	23.445	-	25.000
2022	1.170.455	-	-	1.153.082	-	-	567.889	-	-
2023	-	-	562.000	-	-	562.000	-	-	562.000
2024	-	-	203.450	-	-	203.450	-	-	203.450
2025	-	-	7.200	-	-	7.200	-	-	7.200
Total	9.959.645	582.055	925.660	10.043.524	1.583.710	1.020.660	7.076.294	2.205.417	1.010.660

Notas Explicativas da Administração às demonstrações contábeis consolidadas

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(g) Composição da carteira de instrumentos financeiros derivativos por indexador, demonstrada pelo seu valor referencial e patrimonial

Descrição	Conta de Compensação / Valor Referencial			Valor Patrimonial a Receber (Recebido)/ A Pagar (Pago)	Ajustes ao Valor de Mercado (Res.)	Valor Patrimonial				
	30/06/2017	31/12/2016	30/06/2016			30/06/2017	30/06/2017	30/06/2017	31/12/2016	30/06/2016
	Contratos de futuros									
Compromissos de venda	92.328.537	98.199.829	102.438.687	-	-	-	-	-		
Mercado interfinanceiro	93.622.717	99.475.047	102.438.687	-	-	-	-	-		
Moeda estrangeira	(1.294.180)	(1.275.218)	-	-	-	-	-	-		
Contratos de Swaps										
Posição ativa	9.091.271	10.540.683	11.238.020	780.640	25.189	805.829	878.815	1.106.738		
Índices	925.660	1.020.660	1.010.660	30.274	18.960	49.234	34.094	25.626		
Moeda estrangeira	8.165.611	9.520.023	10.227.360	750.366	6.229	756.595	844.721	1.081.112		
Posição passiva	9.091.271	10.540.683	11.238.020	1.068.492	(62.078)	1.006.414	1.072.811	892.238		
Índices	925.660	1.020.660	1.010.660	316	220	536	2.516	5.802		
Moeda estrangeira	8.165.611	9.520.023	10.227.360	1.068.176	(62.298)	1.005.878	1.070.295	886.436		

(h) Composição da carteira de instrumentos financeiros derivativos por contra parte e prazo de vencimento, demonstrada pelo seu valor patrimonial

Descrição	30/06/2017						31/12/2016	30/06/2016
	Valor Patrimonial a Receber (Recebido)/ A Pagar (Pago)	Ajuste ao Valor de Mercado (Res./ Patrim. Líquido)	01 a 90 dias	91 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias	Valor Patrimonial	Valor Patrimonial
Posição Ativa								
Contratos de Swaps - Ajuste a Receber	780.640	25.189	105	313.752	11.529	480.443	805.829	878.815
BM&FBOVESPA	30.275	18.960	-	-	326	48.909	49.235	34.094
Inst. financeiras	750.365	6.229	105	313.752	11.203	431.534	756.594	844.721
Posição Passiva								
Contratos de Swaps - Ajuste a Pagar	1.068.492	(62.078)	81.689	16.478	27.684	880.563	1.006.414	1.072.811
BM&FBOVESPA	316	220	472	-	-	64	536	2.516
Inst. financeiras	1.068.176	(62.298)	81.217	16.478	27.684	880.499	1.005.878	1.070.295

Notas Explicativas da Administração às demonstrações contábeis consolidadas

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(i) Composição da carteira de instrumentos financeiros derivativos por tipo de instrumento, prazo de vencimento, demonstrada pelo seu valor referencial

Descrição	30/06/2017				Valor de Mercado	31/12/2016	30/06/2016
	01 a 90 dias	91 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias		Valor de Mercado	Valor de Mercado
Contas de Compensação/ Valor Referencial							
Contratos futuros	9.696.307	3.714.551	12.572.540	66.345.139	92.328.537	98.199.829	102.438.687
Contratos de swaps	451.987	1.906.991	175.771	6.556.522	9.091.271	10.540.683	11.238.020

(j) Resultado realizado e não realizado na carteira de instrumentos financeiros derivativos

Descrição	2017		2016	
	2º trimestre	1º semestre	2º trimestre	1º semestre
Swap	363.606	(248.107)	(1.877.475)	(3.836.080)
Futuro	62.224	(1.426.919)	(961.569)	(3.926.871)
Total realizado	425.830	(1.675.026)	(2.839.044)	(7.762.951)

(k) Títulos e valores mobiliários vinculados ao BACEN e à prestação de garantias

A margem de garantia é o depósito requerido de todos que detenham posições de risco, visando assegurar o cumprimento dos contratos em aberto. A margem de garantia de operações com instrumentos financeiros é a seguinte:

Descrição	30/06/2017	31/12/2016	30/06/2016
Títulos públicos	7.376.571	6.708.603	4.626.424
Letra financeira do tesouro	2.021.216	1.910.805	-
Letras do tesouro nacional	5.352.459	4.794.905	4.623.406
Notas do tesouro nacional	2.896	2.893	3.018

Notas Explicativas da Administração às demonstrações contábeis consolidadas

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Nota 7 – Relações interfinanceiras

(a) Os depósitos no BACEN são compostos, substancialmente, de recolhimentos compulsórios que rendem atualização monetária com base em índices oficiais e juros, exceto aqueles decorrentes de depósitos à vista, e não estão disponíveis para financiar as operações de rotina da CAIXA, portanto, não são considerados equivalentes de caixa.

Descrição	Remuneração	30/06/2017	31/12/2016	30/06/2016
Compulsório sobre depósito à vista	Não remunerado	11.584.830	8.730.689	4.557.655
Compulsório sobre depósito de poupança (1)	TR + 6,17% a.a.	54.045.401	50.736.247	49.271.143
Compulsório sobre depósitos a prazo	Taxa SELIC	47.721.424	31.473.690	27.166.427
Compulsório adicional	Taxa SELIC	14.398.695	28.718.150	26.290.840
Total		127.750.350	119.658.776	107.286.065

(1) Para os depósitos realizados a partir de 04/05/2012, quando a taxa SELIC for menor ou igual a 8,5% a.a., a remuneração do compulsório sobre depósito de poupança será a TR + 70% da taxa SELIC anual.

(b) A rubrica "SFH - Sistema Financeiro da Habitação" inclui valores a ressarcir junto ao FGTS e os valores residuais de contratos encerrados a serem ressarcidos pelo FCVS que estão em processo de novação com aquele fundo.

Descrição	30/06/2017	31/12/2016	30/06/2016
FGTS a ressarcir	106.878	110.273	96.567
FCVS a receber	32.320.341	31.260.514	30.157.637
Não habilitados (1)	1.352.200	1.379.046	1.563.583
Habilitados e não homologados (2)	11.200.568	10.787.748	10.158.131
Habilitados e homologados (3)	19.767.573	19.093.720	18.435.923
Provisão FCVS a receber	(3.373.031)	(3.258.997)	(2.939.588)
Total (líquido de provisão)	29.054.188	28.111.790	27.314.616

(1) Representam contratos ainda não submetidos à homologação do FCVS porque estão em processo de habilitação na CAIXA.

(2) Representam contratos já habilitados pela CAIXA em fase de análise por parte do FCVS para homologação final.

(3) Os créditos habilitados e homologados representam contratos já avaliados e aceitos pelo FCVS e dependem de processo de securitização para a sua realização, conforme previsto na Lei nº 10.150/2000.

Os contratos a serem ressarcidos pelo FCVS rendem juros de até 6,17% ao ano e são atualizados monetariamente de acordo com a variação da Taxa Referencial de Juros (TR). A efetiva realização desses créditos depende da aderência a um conjunto de normas e procedimentos definidos em regulamentação emitida pelo FCVS.

A administração da CAIXA implementou processo de análise e conferência das condições e dos dados desses contratos para enquadramento a tais normas e procedimentos, o que fundamentou o estabelecimento de critérios para estimar as provisões para prováveis perdas decorrentes de contratos que não venham a atender às normas e aos procedimentos definidos pelo FCVS. A provisão para créditos do FCVS é efetuada com base em estudos estatísticos semestrais, levando-se em conta o histórico de perda por negativa de cobertura atribuída pelo referido fundo.

(c) Resultado das aplicações compulsórias

Descrição	2017		2016	
	2º trimestre	1º semestre	2º trimestre	1º semestre
Créditos vinculados ao BACEN	2.469.166	5.221.069	2.739.835	5.344.611
Créditos vinculados ao SFH	493.477	1.072.519	579.038	1.181.697
Total	2.962.643	6.293.588	3.318.873	6.526.308

Notas Explicativas da Administração às demonstrações contábeis consolidadas

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Nota 8 – Carteira de crédito
(a) Composição da carteira de crédito por modalidades e níveis de risco

Operações de crédito	AA	A	B	C	D	E	F	G	H	30/06/2017	31/12/2016	30/06/2016
Operações de crédito	364.980.358	90.432.422	108.003.277	66.876.325	39.100.046	8.244.567	3.863.292	3.943.702	18.266.362	703.710.351	696.727.940	679.642.687
Empréstimos e títulos descontados	21.397.786	33.664.734	52.273.798	20.743.510	11.356.321	3.404.368	1.913.753	2.113.337	10.969.199	157.836.806	160.465.361	161.623.455
Financiamentos	8.306.274	7.187.662	3.078.314	2.411.171	2.405.810	393.558	231.586	196.007	1.358.325	25.568.707	31.302.519	34.575.735
Financiamentos rurais e agroindustriais	889.616	2.081.017	2.011.877	1.162.393	159.317	38.534	28.864	49.942	225.917	6.647.477	7.216.913	6.154.740
Financiamentos imobiliários	286.064.288	23.859.559	43.811.615	38.175.352	19.521.161	2.733.908	1.581.619	988.515	4.148.577	420.884.594	405.495.272	393.252.208
Financiamentos de infraestrutura	47.402.681	12.291.392	6.489.455	4.172.919	5.584.550	1.641.514	85.266	583.564	1.538.846	79.790.187	78.379.486	75.702.304
Cessão de créditos	919.713	11.348.058	338.218	210.980	72.887	32.685	22.204	12.337	25.498	12.982.580	13.868.389	8.334.245
Outros créditos c/ característica de concessão de crédito	1.606.568	5.669.852	1.540.123	715.233	2.158.163	223.245	31.499	19.136	211.398	12.175.217	12.560.795	11.935.439
Cartão de crédito	1.106.395	4.579.439	388.244	255.716	126.222	30.146	18.889	15.069	149.787	6.669.907	6.948.154	6.310.724
Adiantamento de contratos de câmbio (1)	489.982	660.815	1.149.764	383.562	1.997.495	114.538	4.384	2.454	28.439	4.831.433	4.779.723	4.559.301
Créditos adquiridos (2)	-	426.607	-	70.176	16.117	71.224	-	-	-	584.124	735.567	988.856
Diversos	10.191	2.991	2.115	5.779	18.329	7.337	8.226	1.613	33.172	89.753	97.351	76.558
Total	366.586.926	96.102.274	109.543.400	67.591.558	41.258.209	8.467.812	3.894.791	3.962.838	18.477.760	715.885.568	709.288.735	691.578.126
Provisão p/ crédito de liquidação duvidosa (3)	(330.144)	(525.924)	(1.586.718)	(2.882.608)	(4.545.610)	(2.707.106)	(1.948.477)	(2.773.987)	(18.477.760)	(35.778.334)	(35.775.487)	(36.768.715)
Total líq. de provisões	366.256.782	95.576.350	107.956.682	64.708.950	36.712.599	5.760.706	1.946.314	1.188.851	-	680.107.234	673.513.248	654.809.411

(1) Os adiantamentos sobre contratos de câmbio estão registrados como redutores de "Outras Obrigações" (Nota 9 (c)).

(2) Créditos adquiridos com coobrigação dos Bancos PAN, Cruzeiro do Sul, BMG, Bonsucesso, BMB e Daycoval.

(3) Inclui a provisão para outros créditos com características de crédito (Nota 9 (a)).

Notas Explicativas da Administração às demonstrações contábeis consolidadas

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(b) Composição da provisão para créditos de liquidação duvidosa

Operações de crédito	AA	A	B	C	D	E	F	G	H	30/06/2017	31/12/2016	30/06/2016
Provisão regulamentar	-	(480.514)	(1.095.434)	(2.027.746)	(4.125.822)	(2.540.343)	(1.947.396)	(2.773.987)	(18.477.760)	(33.469.002)	(33.668.521)	(35.368.243)
Operações de crédito	-	(452.165)	(1.080.033)	(2.006.290)	(3.910.005)	(2.473.370)	(1.931.646)	(2.760.592)	(18.266.359)	(32.880.460)	(33.229.119)	(34.924.930)
Empréstimos e títulos descontados	-	(168.327)	(522.738)	(622.305)	(1.135.632)	(1.021.310)	(956.877)	(1.479.336)	(10.969.203)	(16.875.728)	(18.616.105)	(18.649.328)
Financiamentos	-	(35.938)	(30.783)	(72.335)	(240.581)	(118.067)	(115.793)	(137.205)	(1.358.325)	(2.109.027)	(2.283.553)	(2.516.799)
Financiamentos rurais e agroindustriais	-	(10.405)	(20.119)	(34.872)	(15.932)	(11.560)	(14.432)	(34.959)	(225.917)	(368.196)	(384.077)	(357.720)
Financiamentos imobiliários	-	(119.298)	(438.116)	(1.145.261)	(1.952.116)	(820.173)	(790.809)	(691.961)	(4.148.577)	(10.106.311)	(9.467.263)	(10.332.341)
Financiamentos de infraestrutura	-	(61.457)	(64.895)	(125.188)	(558.455)	(492.454)	(42.633)	(408.495)	(1.538.846)	(3.292.423)	(2.360.075)	(2.989.476)
Cessão de créditos	-	(56.740)	(3.382)	(6.329)	(7.289)	(9.806)	(11.102)	(8.636)	(25.491)	(128.775)	(118.046)	(79.266)
Outros créditos c/ característica de concessão de crédito	-	(28.349)	(15.401)	(21.456)	(215.817)	(66.973)	(15.750)	(13.395)	(211.401)	(588.542)	(439.402)	(443.313)
Cartão de crédito	-	(22.897)	(3.882)	(7.671)	(12.622)	(9.044)	(9.445)	(10.548)	(149.787)	(225.896)	(246.410)	(213.814)
Adiantamento de contratos de câmbio	-	(3.304)	(11.498)	(11.507)	(199.750)	(34.361)	(2.192)	(1.718)	(28.439)	(292.769)	(112.131)	(174.632)
Créditos adquiridos	-	(2.133)	-	(2.105)	(1.612)	(21.367)	-	-	-	(27.217)	(29.829)	(39.298)
Diversos	-	(15)	(21)	(173)	(1.833)	(2.201)	(4.113)	(1.129)	(33.175)	(42.660)	(51.032)	(15.569)
Provisão complementar (1)	(330.144)	(45.410)	(491.284)	(854.862)	(419.788)	(166.763)	(1.081)	-	-	(2.309.332)	(2.106.966)	(1.400.472)
Operações de crédito	(324.700)	(43.380)	(477.792)	(843.483)	(409.718)	(164.533)	(47)	-	-	(2.263.653)	(2.061.802)	(1.361.491)
Empréstimos e títulos descontados	(36.398)	(14.248)	(262.466)	(232.308)	(227.326)	(103.968)	(18)	-	-	(876.732)	(822.539)	(883.297)
Financiamentos	(9.706)	(3.262)	(31.378)	(61.206)	(91.484)	(60.382)	(19)	-	-	(257.437)	(288.607)	(265.912)
Financiamentos rurais e agroindustriais	(1.909)	(1.493)	(9.476)	(8.505)	(15.699)	(145)	-	-	-	(37.227)	(49.264)	(51.407)
Financiamentos imobiliários	(273.227)	(22.494)	(166.573)	(523.261)	(75.209)	(38)	(10)	-	-	(1.060.812)	(888.292)	(153.775)
Financiamentos de infraestrutura	(3.460)	(1.883)	(7.899)	(18.203)	-	-	-	-	-	(31.445)	(13.100)	(7.100)
Outros créditos c/ característica de concessão de crédito	(5.444)	(2.030)	(13.492)	(11.379)	(10.070)	(2.230)	(1.034)	-	-	(45.679)	(45.164)	(38.981)
Cartão de crédito	(360)	(115)	(881)	(2.532)	(1.726)	(1.538)	-	-	-	(7.152)	(8.810)	(8.716)
Adiantamento de contratos de câmbio	(1.019)	(689)	(9.253)	(3.720)	(411)	(11)	-	-	-	(15.103)	(10.246)	(8.658)
Créditos adquiridos	-	-	-	(991)	-	-	-	-	-	(991)	(1.333)	-
Diversos	(4.065)	(1.226)	(3.358)	(4.136)	(7.933)	(681)	(1.034)	-	-	(22.433)	(24.775)	(21.607)
Total Provisão	(330.144)	(525.924)	(1.586.718)	(2.882.608)	(4.545.610)	(2.707.106)	(1.948.477)	(2.773.987)	(18.477.760)	(35.778.334)	(35.775.487)	(36.768.715)

(1) Refere-se à provisão complementar aos percentuais mínimos requeridos pela Resolução CMN nº 2.682/1999 utilizando-se da metodologia de perda esperada, adotada na gestão de risco de crédito da instituição.

Notas Explicativas da Administração às demonstrações contábeis consolidadas

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(c) Composição por faixas de vencimento e níveis de risco
(c.1) Operações de crédito em Curso normal

Descrição	AA	A	B	C	D	E	F	G	H	30/06/2017	31/12/2016	30/06/2016
Parcelas vincendas	366.490.447	95.839.414	97.887.673	46.806.831	25.882.234	4.185.073	1.183.659	1.728.538	7.534.270	647.538.139	646.681.091	629.083.832
01 a 30 dias	11.500.237	7.794.052	4.319.630	2.273.169	1.087.521	738.966	71.720	43.891	932.496	28.761.682	26.671.021	24.477.032
31 a 60 dias	4.680.865	3.861.969	2.659.729	1.402.500	696.262	116.849	57.530	218.514	269.708	13.963.926	13.709.059	13.071.358
61 a 90 dias	4.290.638	3.255.560	2.457.844	1.205.206	636.062	109.991	54.328	38.358	248.026	12.296.013	12.623.311	12.506.121
91 a 180 dias	12.541.925	8.336.189	7.984.066	3.664.651	2.630.073	277.523	148.209	137.044	671.345	36.391.025	38.588.638	38.203.405
181 a 360 dias	21.878.575	10.734.522	12.837.007	5.497.713	3.535.250	486.551	191.099	156.599	903.515	56.220.831	57.332.734	56.213.636
Acima de 360 dias	311.598.207	61.857.122	67.629.397	32.763.592	17.297.066	2.455.193	660.773	1.134.132	4.509.180	499.904.662	497.756.328	484.612.280
Parcelas vencidas	96.479	262.860	166.365	150.271	3.176.988	12.636	2.939	2.034	38.865	3.909.437	859.895	1.643.842
01 a 14 dias	53.454	238.056	104.943	98.443	3.158.548	10.745	1.995	1.536	34.405	3.702.125	618.367	1.338.271
15 a 30 dias	43.025	24.804	61.422	51.828	18.440	1.891	944	498	4.460	207.312	241.528	305.571
Total	366.586.926	96.102.274	98.054.038	46.957.102	29.059.222	4.197.709	1.186.598	1.730.572	7.573.135	651.447.576	647.540.986	630.727.674

Notas Explicativas da Administração às demonstrações contábeis consolidadas

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(c.2) Operações de crédito em Curso Anormal

Descrição	AA	A	B	C	D	E	F	G	H	30/06/2017	31/12/2016	30/06/2016
Parcelas vincendas	-	-	10.914.155	19.042.310	10.177.826	2.865.227	1.391.337	1.000.396	3.497.425	48.888.676	44.479.319	39.055.003
01 a 30 dias	-	-	152.730	365.124	270.542	62.287	37.491	24.792	171.568	1.084.534	1.049.082	844.411
31 a 60 dias	-	-	147.028	267.768	233.935	59.374	36.591	23.810	124.071	892.577	847.150	693.606
61 a 90 dias	-	-	144.047	258.629	230.362	56.987	35.802	22.121	117.645	865.593	844.230	675.950
91 a 180 dias	-	-	412.093	751.973	577.802	165.480	101.369	63.769	286.869	2.359.355	2.252.152	1.924.608
181 a 360 dias	-	-	755.406	1.370.068	905.754	305.096	148.465	122.536	519.133	4.126.458	3.796.884	3.384.097
Acima de 360 dias	-	-	9.302.851	16.028.748	7.959.431	2.216.003	1.031.619	743.368	2.278.139	39.560.159	35.689.821	31.532.331
Parcelas vencidas	-	-	575.207	1.592.146	2.021.161	1.404.876	1.316.856	1.231.870	7.407.200	15.549.316	17.268.430	21.795.449
01 a 30 dias	-	-	464.921	335.024	200.533	64.440	29.077	22.980	100.001	1.216.976	1.100.864	1.472.695
31 a 60 dias	-	-	110.278	849.784	249.087	148.733	62.699	26.939	163.198	1.610.718	1.633.646	3.153.859
61 a 90 dias	-	-	4	307.545	1.246.591	328.460	156.357	107.275	566.438	2.712.670	2.036.277	2.550.940
91 a 180 dias	-	-	2	99.784	324.906	698.114	903.383	897.767	1.335.637	4.259.593	4.606.386	5.481.815
181 a 360 dias	-	-	2	9	44	165.129	165.340	176.909	4.812.252	5.319.685	6.830.346	7.936.872
Acima de 360 dias	-	-	-	-	-	-	-	-	429.674	429.674	1.060.911	1.199.268
Total	-	-	11.489.362	20.634.456	12.198.987	4.270.103	2.708.193	2.232.266	10.904.625	64.437.992	61.747.749	60.850.452

Notas Explicativas da Administração às demonstrações contábeis consolidadas

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(d) Composição da carteira de crédito por setor de atividade

Descrição	30/06/2017	31/12/2016	30/06/2016
SETOR PÚBLICO	58.301.239	59.737.687	56.587.309
Administração direta	34.473.305	34.138.953	29.879.522
Administração indireta – petroquímico	9.395.194	11.442.912	11.310.632
Administração indireta – saneamento e infraestrutura	4.685.960	4.612.824	4.259.558
Administração indireta – outros	9.746.780	9.542.998	11.137.597
SETOR PRIVADO	657.584.329	649.551.048	634.990.817
PESSOA JURÍDICA	129.181.699	133.474.909	136.500.420
Comércio varejista	19.787.989	21.188.753	21.995.443
Construção civil	17.428.032	16.650.759	16.599.037
Siderurgia e metalurgia	9.546.067	9.607.243	9.643.382
Energia elétrica	20.202.523	16.043.669	15.677.240
Serviços financeiros	1.707.581	5.629.158	7.462.523
Outras indústrias	6.710.215	6.270.445	7.383.270
Transporte	9.885.200	10.172.335	10.248.628
Agronegócio e extrativismo	4.320.006	4.330.213	4.172.352
Comércio atacadista	6.620.565	7.289.830	7.013.417
Saúde	4.802.681	4.522.301	3.997.954
Saneamento e infraestrutura	6.648.838	6.653.075	6.144.954
Petroquímico	2.204.781	1.775.383	1.846.210
Têxtil	1.703.281	1.872.246	2.092.811
Comunicação	1.247.445	1.304.053	1.483.904
Alimentação	2.809.373	2.291.769	2.204.703
Serviços pessoais	277.436	297.038	318.969
Outros serviços	13.279.686	17.576.639	18.215.623
PESSOA FÍSICA	528.402.630	516.076.139	498.490.397
Total	715.885.568	709.288.735	691.578.126

(e) Receitas de operação de crédito

Descrição	2017		2016	
	2º trimestre	1º semestre	2º trimestre	1º semestre
Empréstimos, títulos descontados e financiamentos	11.949.095	24.150.186	12.137.713	23.829.952
Financiamentos rurais e agroindustriais	126.323	262.001	109.506	227.955
Financiamentos imobiliários	8.497.509	17.651.206	9.373.996	18.424.694
Financiamentos de infraestrutura e desenvolvimento	1.731.886	3.625.277	1.706.887	3.337.957
Outros créditos	269	2.940	3.022	5.948
Total	22.305.082	45.691.610	23.331.124	45.826.506

Notas Explicativas da Administração às demonstrações contábeis consolidadas

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(f) Operações de Venda ou Transferência de Ativos Financeiros

Em vigor a partir de 1º de janeiro de 2012, a Resolução CMN nº 3.533/2008 estabelece procedimentos para a classificação, registro contábil e divulgação das operações de venda ou de transferência de ativos financeiros.

A classificação como retenção substancial dos riscos e benefícios, nas operações de cessões de crédito, configura-se pela coobrigação nas cessões de crédito. Na referida classificação, as operações cedidas permanecem registradas no ativo da instituição cedente e os recursos recebidos são registrados no ativo com a contrapartida no passivo, em função da obrigação assumida. As receitas e despesas referentes às cessões de crédito realizadas são reconhecidas no resultado, conforme prazo remanescente das operações.

(f.1) Rendas vinculadas a aquisição de carteiras de crédito

Descrição	2017		2016	
	2º trimestre	1º semestre	2º trimestre	1º semestre
CARTEIRAS ADQUIRIDAS COM COBRIGAÇÃO				
Banco Cruzeiro do Sul	3.491	5.721	2.809	5.288
BMG	1.859	3.931	2.811	5.862
BMB	250	707	1.784	4.188
Bonsucesso	595	1.367	1.572	3.462
Daycoval	13.919	30.655	10.764	15.887
Total	20.114	42.381	19.740	34.687

(f.2) Despesas vinculadas a cessão de carteiras de crédito

Descrição	2017		2016	
	2º trimestre	1º semestre	2º trimestre	1º semestre
CARTEIRAS CEDIDAS COM COBRIGAÇÃO				
Despesas vinculadas à cessão	(301.027)	(647.922)	(215.639)	(349.382)
CIBRASEC	(197.580)	(428.514)	(73.976)	(73.976)
Gaia	(31.377)	(66.638)	(40.285)	(81.236)
RB Capital Securitizadora	(72.070)	(152.770)	(101.378)	(194.170)
CARTEIRAS CEDIDAS SEM COBRIGAÇÃO				
Despesas vinculadas à cessão	-	-	-	(1.914.428)
Ativos S.A	-	-	-	-
EMGEA	-	-	-	-
Omni S/A	-	-	-	(933.775)
RCB Planejamento Financeiro LTDA	-	-	-	(980.653)
Renova Companhia Securitizadora S.A	-	-	-	-
Total	(301.027)	(647.922)	(215.639)	(2.263.810)

Notas Explicativas da Administração às demonstrações contábeis consolidadas

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(f.3) Recuperação de Prejuízo e Reversão de Provisão com carteira de crédito cedidas

No primeiro semestre de 2016 foram realizadas cessões de crédito, sem coobrigação, entre a CAIXA, a Omni S.A e a RCB Planejamento Financeiro LTDA. Tais operações resultaram em uma recuperação de prejuízo de R\$ 34.372 e em uma reversão de provisão de R\$ 2.014.038.

(g) Créditos Recuperados

Descrição	2017 (1)		2016	
	2º trimestre	1º semestre	2º trimestre	1º semestre
Operações de crédito	971.529	1.639.856	149.972	184.552
Empréstimos e títulos descontados	435.573	749.057	969	35.546
Financiamentos	210.915	362.459	7.782	7.782
Financiamentos rurais e agroindustriais	-	-	-	-
Financiamentos imobiliários	325.041	528.340	141.221	141.224
Financiamentos de infraestrutura	-	-	-	-
Cessão de crédito	-	-	-	-
Outros créditos c/ característica de concessão de crédito	-	1.450	-	-
Cartão de crédito	-	-	-	-
Adiantamento de contratos de câmbio (1)	-	-	-	-
Créditos adquiridos (2)	-	-	-	-
Diversos	-	1.450	-	-
Total	971.529	1.641.306	149.972	184.552

(1) O volume de créditos recuperados em 2017, decorre da realização de campanhas de recuperação de crédito com destaque para a ação #Quitafácil que oferece descontos a clientes na liquidação de dívidas com atrasos acima de 360 dias.

(h) Créditos Renegociados

Descrição	2017		2016	
	2º trimestre	1º semestre	2º trimestre (1)	1º semestre (2)
Operações comerciais	1.383.508	2.604.399	2.541.664	4.372.613
Operações habitacionais	7.966.852	12.728.010	8.270.372	13.789.797
Total	9.350.360	15.332.409	10.812.036	18.162.410

(1) O valor de R\$ 10.812.036 do 2º trimestre de 2016 foi ajustado (anteriormente – R\$ 3.820.720) e está apurado com os novos critérios de apuração das operações renegociadas, adotados a partir de 2017.

(2) O valor de R\$ 18.162.410 do 1º semestre de 2016 foi ajustado (anteriormente – R\$ 7.876.937) e está apurado com os mesmos critérios da nova rotina adotada a partir de 2017.

Notas Explicativas da Administração às demonstrações contábeis consolidadas

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(i) Movimentação da provisão para crédito de liquidação duvidosa

Descrição	2017		2016	
	2º trimestre	1º semestre	2º trimestre	1º semestre
Saldo inicial	(35.097.191)	(35.775.487)	(34.703.598)	(33.880.851)
Constituição de provisão no período	(8.372.415)	(13.575.269)	(9.752.720)	(15.594.983)
Reversão de provisão no período	3.812.058	3.841.955	3.493.954	5.527.625
Transferência para prejuízo	3.879.214	9.730.467	4.193.649	7.179.494
Saldo final	(35.778.334)	(35.778.334)	(36.768.715)	(36.768.715)

(j) Concentração dos principais devedores

Descrição	30/06/2017	%	31/12/2016	%	30/06/2016	%
Principal devedor	9.395.194	1,31	11.442.912	1,61	11.310.632	1,64
10 maiores devedores	48.449.615	6,77	48.532.191	6,84	48.483.126	7,01
20 maiores devedores	67.378.222	9,41	68.613.692	9,67	68.182.526	9,86
50 maiores devedores	91.611.701	12,8	92.962.442	13,11	93.585.800	13,53
100 maiores devedores	107.258.474	14,98	108.755.508	15,33	108.720.796	15,72

Nota 9 – Outros créditos

(a) Composição

Descrição	30/06/2017	31/12/2016	30/06/2016 (Nota 3t)
Créditos por avais e fianças honrados	31.450	30.567	35.029
Carteira de câmbio (Nota 9 (c))	5.018.285	5.412.747	5.518.696
Rendas a receber	2.192.024	2.138.956	2.954.648
Dividendos e JCP a receber	20.123	235.103	41.907
Convênios setor privado	110.541	85.734	86.242
Convênios setor público	426.258	363.628	501.582
Administração de fundos de investimento	98.061	82.378	73.859
Administração de fundos e programas sociais	1.469.806	1.315.650	2.210.568
Outras rendas a receber	67.235	56.463	40.490
Negociação e intermediação de valores	58.816	15.800	37.210
Créditos específicos	954.207	937.833	855.599
Diversos (Nota 9 (b))	74.432.142	70.906.531	68.254.136
Provisão para outros créditos (1)	(634.221)	(484.566)	(482.294)
Total	82.052.703	78.957.868	77.173.024
Ativo circulante	37.900.404	36.524.340	33.190.224
Ativo não circulante	44.152.299	42.433.528	43.982.800

(1) Refere-se à provisão para as carteiras de cartão de crédito e de adiantamento de contratos de câmbio, que possuem característica de concessão de crédito (Nota 8 (b)).

Notas Explicativas da Administração às demonstrações contábeis consolidadas

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(b) Outros créditos – diversos

Descrição	30/06/2017	31/12/2016	30/06/2016 (Nota (3t))
Créditos tributários (Nota 20 (d))	41.899.779	38.580.898	37.931.087
Devedores por depósitos em garantia (Nota 30 (c))	16.090.207	15.417.738	14.495.993
Adiantamentos e antecipações salariais	574.700	224.402	563.473
Antecipação de dividendos e de juros sobre capital próprio	-	681.562	-
Impostos e contribuições a compensar	407.295	721.485	1.197.243
Cartão de crédito (1)	7.032.616	7.240.943	6.500.136
Prêmio em aquisição de carteiras	3.308.521	2.506.533	1.639.642
Seguros a receber	440.246	359.916	350.762
Créditos adquiridos	584.124	735.567	988.856
Valores a receber – adm. de fundos e programas sociais	83.408	99.795	95.118
Valores a receber – royalties	591.247	578.362	601.458
Valores a receber – FND	510.697	500.466	489.528
Valores a receber - correspondentes bancários	93.007	109.212	101.024
Valores a receber - resgate de bônus	118.756	114.701	110.145
Valores a receber - planos de saúde autogestão	-	148.098	96.686
Valores a receber – avais e fianças honrados	-	199.578	187.304
Valores a apropriar (2)	3.288.339	2.978.657	1.803.956
Outros devedores	820.287	1.119.705	2.512.812
Desconto em outros ativos financeiros	(1.411.087)	(1.411.087)	(1.411.087)
Total	74.432.142	70.906.531	68.254.136
Ativo circulante	30.253.061	28.445.066	24.244.111
Ativo não circulante	44.179.081	42.461.465	44.010.025

(1) Inclui R\$ 6.669.907 (31/12/2016 – R\$ 6.948.154; 30/06/2016 – R\$ 6.310.724) de créditos com característica de concessão de crédito (Nota 8 (a)) e anuidades de cartões de crédito, que não possuem característica de concessão de crédito.

(2) Ativos classificados em contas transitórias, principalmente liberações de crédito imobiliário e resgates de aplicações financeiras.

(c) Carteira de câmbio

Descrição	30/06/2017	31/12/2016	30/06/2016
Ativo - outros créditos			
Câmbio comprado a liquidar – moeda estrangeira	4.859.053	4.877.853	4.617.349
Direitos sobre vendas de câmbio – moeda nacional	55.392	455.814	847.490
Rendas a receber de adiantamentos concedidos - ACC/ACE	108.591	85.150	59.047
(-) Adiantamentos recebidos – moeda nacional	(4.465)	(5.920)	(4.858)
(-) Adiantamentos recebidos – moeda estrangeira	(286)	(150)	(332)
Ativo circulante	5.018.285	5.412.747	5.518.696
Passivo - outras obrigações			
Câmbio vendido a liquidar – moeda estrangeira	55.424	455.487	848.160
Obrigações por compras de câmbio – moeda nacional	4.775.073	5.130.709	5.122.923
(-) Adiantamentos sobre contratos de câmbio - ACC/ACE	(4.722.842)	(4.687.898)	(4.500.254)
Passivo circulante (Nota 18 (a))	107.655	898.298	1.470.829

Notas Explicativas da Administração às demonstrações contábeis consolidadas

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(c.1) Resultado de operações de câmbio

Descrição	2017		2016	
	2º trimestre	1º semestre	2º trimestre	1º semestre
Receitas	345.909	480.504	220.894	203.100
Variações cambiais - disponibilidade em moeda estrangeira	56.168	28.656	(79.811)	(228.389)
Variações cambiais – outras	228.311	339.581	258.270	351.168
Operações de câmbio	61.430	112.267	42.435	80.321
Despesas	(3.608)	(248.298)	(899.543)	(1.617.716)
Variações cambiais - disponibilidade em moeda estrangeira	(1.423)	(2.699)	(899.188)	(1.616.956)
Variações cambiais – outras	(2.027)	(245.225)	(186)	(485)
Operações de câmbio	(158)	(374)	(169)	(275)
Resultado de câmbio	342.301	232.206	(678.649)	(1.414.616)

Nota 10 – Outros valores e bens

Compostos por:

- Bens não de uso próprio (imóveis adjudicados, imóveis recebidos em dação de pagamento de empréstimos e imóveis que não são mais usados nas operações da CAIXA), submetidos a teste de redução ao valor recuperável;
- Despesas antecipadas relativas, essencialmente, à antecipação do décimo terceiro salário dos empregados e do prêmio de performance das carteiras comerciais adquiridas do Banco PAN (30/06/2017 e 30/06/2016);
- Estoque de material de consumo.

Descrição	30/06/2017	31/12/2016	30/06/2016
Bens não de uso próprio	6.594.612	5.254.320	3.864.270
Imóveis patrimoniais não de uso	1.379.019	992.886	634.336
Imóveis adjudicados/arrematados	5.215.593	4.261.434	3.229.934
Despesas antecipadas	161.106	70.467	91.312
Material de consumo	37.479	35.436	37.599
Provisões p/ perdas com desvalorização de imóveis (Nota 10 (a))	(238.918)	(177.004)	(163.896)
Total	6.554.279	5.183.219	3.829.285

(a) Provisão para perdas com desvalorização de imóveis

Descrição	2017		2016	
	2º trimestre	1º semestre	2º trimestre	1º semestre
Saldo inicial	(189.504)	(177.004)	(137.858)	(133.958)
Constituição	(69.062)	(101.040)	(40.437)	(61.405)
Baixas	19.648	39.126	14.399	31.467
Saldo final	(238.918)	(238.918)	(163.896)	(163.896)

Notas Explicativas da Administração às demonstrações contábeis consolidadas

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Nota 11 – Participações em controladas e coligadas

a) Participações societárias incluídas nas demonstrações contábeis consolidadas:

A carteira de investimento consolidada é composta por empresas coligadas e com controle conjunto, sobre as quais a CAIXAPAR e a CAIXA Seguridade exercem influência significativa ou possuem controle compartilhado, sendo avaliadas pelo método da equivalência patrimonial.

Carteira de participações societárias da CAIXAPAR	Quantidade de ações		Participação %	
	O.N.	P.N.	Cap. votante	Cap. social
Banco PAN	262.164.546	112.732.358	49,00	40,35
Branes	2.200.010	-	2,00	2,00
FIP Veneza	170.873,3	-	-	75,00
Habitar	25	-	5,00	5,00
FIP Amsterdam	1.200	-	-	47,35
Capgemini	63.764.544	-	20,70	19,11
Cia. Brasileira de Securitização (CIBRASEC)	4.000	20	9,65	9,65
Crescer	43.740.732	22.268.740	49,00	59,18
Elo Serviços	62.779	837.031.603	0,01	33,33
TECBAN	375.508.013	-	10,00	10,00

Carteira de participações societárias da CAIXA Seguridade	Quantidade de ações		Participação %	
	O.N.	P.N.	Cap. votante	Cap. social
CAIXA Securitária (1)	100.000	-	100,00	100,00
PAN Seguros	166.210.711	51.313	48,99	48,99
PAN Corretora	149.940	-	49,00	49,00
CAIXA Seguros Holding S.A.	2.278.822	-	48,21	48,21

- (1) A participação de 100% da CAIXA Seguridade na CAIXA Securitária é eliminada quando da elaboração das demonstrações contábeis consolidadas da CAIXA Seguridade que são utilizadas para a consolidação do Conglomerado CAIXA.

Notas Explicativas da Administração às demonstrações contábeis consolidadas

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Descrição	Investimento			Resultado de Equivalência Patrimonial			
	30/06/2017	31/12/2016	30/06/2016	2017		2016	
				2º trimestre	1º semestre	2º trimestre	1º semestre
CAIXA Seguros Holding	3.118.228	3.046.972	2.727.983	249.362	471.822	186.718	390.103
Banco PAN	727.825	878.142	1.077.538	(48.803)	(150.957)	(56.297)	(104.018)
Capgemini	80.910	117.889	143.167	(16.366)	(34.681)	(19.557)	(34.787)
Elo Serviços	29.882	23.111	22.597	4.488	6.771	2.116	4.056
Cia. Bras. de Securitização - CIBRASEC	6.876	6.994	6.861	78	182	79	126
Crescer	12.125	-	-	(3.125)	(5.722)	(1.904)	(3.076)
Branes	1.890	1.874	1.853	8	16	11	12
Galgo Sistemas de Informações S.A	1.402	1.752	280	(99)	(351)	-	-
BIAPE	-	-	109	-	-	(133)	(140)
FGO – Fundo Garantia de Operações (1)	369.311	287.712	157.142	-	-	-	-
FGHAB – Fundo Garantidor Habitação Popular	265.210	265.210	265.208	-	-	-	-
Fundo de Investimento em Participações	32.802	32.685	32.127	(266)	(530)	(324)	(505)
TECBAN	109.731	106.537	106.755	1.100	3.194	(21)	(249)
PAN Corretora (2)	36.518	33.130	32.109	1.486	3.388	1.467	2.727
PAN Seguros	370.752	363.179	374.808	8.570	18.455	10.157	21.036
Outros Investimentos (3) (4)	8.535	8.827	6.825	-	-	-	-
Total	5.171.997	5.174.014	4.955.362	196.433	311.587	122.312	275.285

(1) Valor do investimento líquido de provisão de R\$ 126.537 (31/12/2016 - R\$ 208.136; 30/06/2016 – R\$ 263.707);

(2) Valor do investimento líquido de provisão de R\$ 33 (31/12/2016 - R\$ 33; 30/06/2016 – R\$ 33);

(3) Valor do investimento líquido de provisão de R\$ 45.564 (31/12/2016 - R\$ 43.266; 30/06/2016 – R\$ 11.088);

(4) Investimentos avaliados pelo custo de aquisição.

(b) Movimentação dos ágios na aquisição de investimentos em empresas controladas

Descrição	2017		2016	
	2º trimestre	1º semestre	2º trimestre	1º semestre
Saldo anterior	136.626	145.351	171.685	180.531
Amortizações	(8.724)	(17.449)	(8.844)	(17.690)
Saldo atual	127.902	127.902	162.841	162.841

Notas Explicativas da Administração às demonstrações contábeis consolidadas

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Nota 12 – Imobilizado de uso

Com o índice de imobilização apurado de 11,62% (31/12/2016 – 14,45%, 30/06/2016 – 15,39%), a CAIXA está enquadrada na forma definida pela Resolução CMN nº 2.669/1999, a qual estabelece o limite de 50% do Patrimônio de Referência a partir de 31/12/2002.

(a) Composição

Descrição	30/06/2017			31/12/2016			30/06/2016
	Custo	Depreciação	Líquido	Custo	Depreciação	Líquido	Líquido
Imóveis de uso	1.982.334	(1.112.778)	869.556	1.934.129	(951.218)	982.911	1.060.123
Edificações	1.916.510	(1.112.778)	803.732	1.872.597	(951.218)	921.379	999.119
Terrenos	65.824	-	65.824	61.532	-	61.532	61.004
Reavaliações de imóveis de uso	706.183	(221.430)	484.753	710.140	(211.910)	498.230	509.005
Edificações	516.309	(221.430)	294.879	519.239	(211.910)	307.329	318.104
Terrenos	189.874	-	189.874	190.901	-	190.901	190.901
Outras imobilizações de uso	7.659.134	(5.933.792)	1.725.342	7.582.219	(5.643.726)	1.938.493	2.128.422
Imobilizações em curso	-	-	-	3.417	-	3.417	23.840
Inst., móveis e equip. de uso	1.696.153	(980.702)	715.451	1.688.698	(937.174)	751.524	761.869
Sistema de comunicação	95.307	(81.144)	14.163	95.304	(79.839)	15.465	12.955
Sistema de proc.de dados	5.385.905	(4.503.555)	882.350	5.335.906	(4.280.182)	1.055.724	1.216.990
Sistema de transporte e segurança	481.769	(368.391)	113.378	458.894	(346.531)	112.363	112.768
Total	10.347.651	(7.268.000)	3.079.651	10.226.488	(6.806.854)	3.419.634	3.697.550

(b) Movimentação

Descrição	31/12/2016	Transfe-rências	Adições	Baixas	Depreciação	30/06/2017	30/06/2016
Imóveis de uso	982.911	10	48.887	(426)	(161.826)	869.556	1.060.123
Edificações	921.379	10	44.426	(257)	(161.826)	803.732	999.119
Terrenos	61.532	-	4.461	(169)	-	65.824	61.004
Reavaliação de imóveis de uso	498.230	-	-	(2.778)	(10.699)	484.753	509.005
Edificações	307.329	-	-	(1.751)	(10.699)	294.879	318.104
Terrenos	190.901	-	-	(1.027)	-	189.874	190.901
Outras imobilizações de uso	1.938.493	-	95.453	(349)	(308.255)	1.725.342	2.128.422
Imobilizações em curso	3.417	-	(3.417)	-	-	-	23.840
Inst., móveis e equipam. de uso	751.524	(3.909)	11.568	(34)	(43.698)	715.451	761.869
Sistema de comunicação	15.465	166	2	(24)	(1.446)	14.163	12.955
Sistema de proc.de dados	1.055.724	2.734	63.041	(257)	(238.892)	882.350	1.216.990
Sist. de transp./segurança	112.363	1.009	24.259	(34)	(24.219)	113.378	112.768
Total	3.419.634	10	144.340	(3.553)	(480.780)	3.079.651	3.697.550

Notas Explicativas da Administração às demonstrações contábeis consolidadas

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Nota 13 – Intangível

(a) Composição

Descrição	30/06/2017				31/12/2016				30/06/2016
	Custo	Amort. Acumulada	Redução ao valor recuperável	Líquido	Custo	Amort. Acumulada	Redução ao valor recuperável	Líquido	Líquido
Aquisição de folha de pagamento	3.160.668	(1.412.473)	(1.383)	1.746.812	3.191.039	(1.162.601)	(1.109)	2.027.329	1.836.842
Outros ativos intangíveis	-	-	-	-	366.655	(73.130)	-	293.525	301.283
Projetos logiciais - Software	1.713.900	(482.475)	-	1.231.425	1.612.502	(448.497)	-	1.164.005	1.069.335
Total	4.874.568	(1.894.948)	(1.383)	2.978.237	5.170.196	(1.684.228)	(1.109)	3.484.859	3.207.460

(b) Movimentação

Descrição	31/12/2016	30/06/2017			30/06/2016	
	Líquido	Movimentação			Líquido	
		Adições	Baixas	Amortizações		
Aquisição de folha de pagamento	2.027.329	61.719	(4.418)	(337.818)	1.746.812	1.836.842
Outros ativos intangíveis	293.525	-	(292.232)	(1.293)	-	301.283
Projetos logiciais - Software	1.164.005	156.543	-	(89.123)	1.231.425	1.069.335
Total	3.484.859	218.262	(296.650)	(428.234)	2.978.237	3.207.460

Notas Explicativas da Administração às demonstrações contábeis consolidadas

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Nota 14 – Depósitos

(a) Composição

Descrição	30/06/2017	31/12/2016	30/06/2016 (Nota 3 (t))
Depósitos à vista – sem remuneração	30.263.838	31.882.854	26.577.289
Pessoas físicas	14.019.102	15.149.797	12.058.886
Pessoas jurídicas	12.082.832	12.608.920	10.635.641
Vinculados	2.252.890	1.976.511	2.190.669
Governo	1.163.977	1.569.328	931.256
Moedas estrangeiras	37.600	-	73.798
Instituições do sistema financeiro	30.752	22.272	19.838
Entidades públicas	419.021	326.537	445.904
Contas encerradas	26.616	24.889	21.545
Outros	231.048	204.600	199.752
Depósitos de poupança – remuneração pós fixada	261.251.049	252.403.109	239.739.497
Pessoas físicas	257.297.041	248.301.920	235.393.816
Pessoas jurídicas	1.839.652	2.062.215	2.390.235
Vinculados	2.101	2.149	2.241
Contas encerradas	2.112.255	2.036.825	1.953.205
Depósitos interfinanceiros	1.022.927	608.279	834.221
Depósitos a prazo	221.314.502	210.689.327	185.386.089
Remuneração prefixada	97.842.974	97.181.904	88.414.732
Depósitos a prazo em moeda nacional	97.842.974	97.181.904	88.414.732
Remuneração pós-fixada	123.471.528	113.507.423	96.971.357
Depósitos a prazo em moeda nacional	40.226.755	39.344.026	30.381.807
Depósitos judiciais com remuneração	83.244.773	74.163.397	66.589.550
Depósitos especiais e de fundos e programas	14.179.918	16.606.897	10.878.942
Sem remuneração	106.928	141.746	255.538
Remuneração prefixada	663.431	624.067	590.071
Remuneração pós-fixada	13.409.559	15.841.084	10.033.333
Outros	47	45	59
Total	528.032.281	512.190.511	463.416.097
Passivo circulante	416.987.282	403.115.342	363.840.099
Passivo não circulante	111.044.999	109.075.169	99.575.998

Notas Explicativas da Administração às demonstrações contábeis consolidadas

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(b) Depósitos por prazo de exigibilidade

Depósitos	Sem vencimento	01 a 90 dias	91 a 360 dias	Acima de 360 dias	30/06/2017	31/12/2016	30/06/2016 (Nota 3 (t))
Depósitos à vista	30.263.838	-	-	-	30.263.838	31.882.854	26.577.289
Depósitos de poupança	261.251.049	-	-	-	261.251.049	252.403.109	239.739.497
Depósitos interfinanceiros	-	568.736	177.246	276.945	1.022.927	608.279	834.221
Depósitos a prazo	83.258.308	11.419.838	15.868.302	110.768.054	221.314.502	210.689.327	185.386.089
CDB	13.535	11.419.838	15.868.302	110.768.054	138.069.729	136.525.930	118.796.539
Depósitos judiciais	83.244.773	-	-	-	83.244.773	74.163.397	66.589.550
Depósitos especiais e de fundos e programas	14.179.918	-	-	-	14.179.918	16.606.897	10.878.942
Outros	47	-	-	-	47	45	59
Total	388.953.160	11.988.574	16.045.548	111.044.999	528.032.281	512.190.511	463.416.097

(c) Despesas de captações com depósitos

Descrição	2017		2016 (Nota 3 (t))	
	2º trimestre	1º semestre	2º trimestre	1º semestre
Depósitos de poupança	(4.085.923)	(8.508.614)	(4.565.766)	(9.082.481)
Depósitos interfinanceiros	(26.926)	(52.785)	(27.954)	(82.264)
Depósitos a prazo CDB/RDB	(3.566.656)	(7.742.415)	(3.808.164)	(7.400.120)
Depósitos judiciais	(1.219.295)	(2.366.425)	(1.085.433)	(2.118.481)
Depósitos especiais e de fundos e programas (d.1)	(408.840)	(951.593)	(440.571)	(895.809)
Outras captações	(197.339)	(393.101)	(183.987)	(369.062)
Total	(9.504.979)	(20.014.933)	(10.111.875)	(19.948.217)

(d) Obrigações por depósitos especiais e de fundos e programas

Descrição	30/06/2017	31/12/2016	30/06/2016
Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS	6.164.709	7.488.435	4.780.630
Depósitos - Especiais com remuneração	2.369.395	2.246.651	2.149.877
Fundo de Amparo ao Trabalhador - FAT (d.2)	1.042.923	1.277.657	1.412.588
Depósitos – FISANE	-	-	10.103
Depósitos – PRODEC	62.824	60.667	58.319
Programa de Integração Social – PIS	257.486	40.848	22.031
Fundo Garantia Safra – FGS	188.789	365.364	220.020
Fundo de Arrendamento Residencial – FAR	1.901.758	2.534.465	60.026
Fundo de Desenvolvimento Social – FDS	700.224	896.922	476.565
Depósitos - Pró-frota Pesqueira	-	-	8.515
Fundo de Apoio ao Desenvolvimento Social – FAS	-	-	6.544
Depósitos – PREVHAB	836.273	793.951	745.625
Saúde CAIXA	106.928	141.746	255.538
Outros	548.609	760.191	672.561
Total	14.179.918	16.606.897	10.878.942

Notas Explicativas da Administração às demonstrações contábeis consolidadas

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(d.1) Despesas com depósitos especiais e de fundos e programas

Descrição	Taxa de Remuneração	2017		2016	
		2º trimestre	1º semestre	2º trimestre	1º semestre
Depósitos - FGTS	Selic	(198.658)	(454.531)	(226.115)	(468.283)
Depósitos - FAT	Selic e TJLP	(21.686)	(47.105)	(27.761)	(57.322)
Depósitos - FISANE	TR	-	-	(195)	(381)
Depósitos - PRODEC	TR + Juros 0,4868% a.m.	(1.034)	(2.157)	(1.141)	(2.231)
Depósitos - PIS	Extra mercado	(16.522)	(41.420)	(44.167)	(85.873)
Depósitos - FGS	Selic fator dia/ Extra mercado	(3.621)	(11.975)	(5.166)	(5.869)
Depósitos - FAR	Selic	(66.735)	(162.863)	(9.299)	(31.391)
Depósitos - FDS	Selic fator dia	(19.229)	(45.184)	(16.512)	(30.838)
Depósitos - Tesouro Nacional	Selic	(11.248)	(24.308)	(13.002)	(25.172)
Depósitos - FAS	TR	-	-	(36)	(71)
Depósitos - PREVHAB	Selic	(20.761)	(44.825)	(24.285)	(47.091)
Depósitos - Caução	TR	(2.841)	(6.092)	(3.999)	(7.576)
Depósitos - FCA	Extra - mercado	(5.624)	(19.894)	(16.085)	(30.308)
Depósitos – Fundo Paulista de Habitação	CDI	(10.398)	(26.235)	(10.880)	(22.890)
Outros		(30.483)	(65.004)	(41.928)	(80.513)
Total		(408.840)	(951.593)	(440.571)	(895.809)

Notas Explicativas da Administração às demonstrações contábeis consolidadas

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(d.2) Obrigações por depósitos especiais e de fundos e programas – FAT

O FAT é um fundo especial de natureza contábil e financeira, instituído pela Lei nº 7.998/1990, vinculado ao Ministério do Trabalho e Emprego e gerido pelo Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador – CODEFAT.

As principais ações financiadas com recursos do FAT para a promoção do emprego estão estruturadas em torno dos programas de geração de emprego e renda, cujos recursos são alocados por meio dos depósitos especiais, criados pela Lei nº 8.352/1991, nas instituições financeiras oficiais federais conforme programas e linhas de créditos identificados no quadro anterior.

Os depósitos especiais do FAT enquanto disponíveis são remunerados, “pro-rata” dia, pela Taxa Média Selic (TMS) e, à medida que são aplicados nos financiamentos, passam a ser remunerados pela Taxa de Juros de Longo Prazo – TJLP durante o período de vigência do financiamento.

As remunerações sobre os depósitos são recolhidas ao FAT mensalmente, conforme estipulado pelas Resoluções CODEFAT nº 439/2005 e nº 489/2006.

Descrição	Res/ TADE	Devolução de Recursos do FAT		30/06/2017			31/12/2016			30/06/2016		
		Forma	Data	Disponível	Aplicado	Total	Disponível	Aplicado	Total	Disponível	Aplicado	Total
Programas				324.577	643.652	968.229	214.871	988.036	1.202.907	135.390	1.202.447	1.337.837
Proger urbano				263.719	494.996	758.715	153.052	785.400	938.452	72.888	950.101	1.022.989
Investimento	ago/05	RA	10/10/2005	263.719	494.996	758.715	153.052	785.400	938.452	72.888	950.101	1.022.989
FAT infraestrutura				60.380	145.269	205.649	61.436	198.742	260.178	62.194	247.988	310.182
Infraestrutura econômica	13/2006	RA	08/08/2008	60.380	145.269	205.649	61.436	198.742	260.178	62.194	247.988	310.182
FAT – PNMP				478	3.387	3.865	383	3.894	4.277	308	4.358	4.666
FAT – microcrédito	15/2006	RA	10/05/2007	478	3.387	3.865	383	3.894	4.277	308	4.358	4.666
Linhas de crédito especiais				430	74.264	74.694	444	74.306	74.750	460	74.291	74.751
FAT - vila panamericana	jan/05	SD	09/12/2005	430	74.264	74.694	444	74.306	74.750	460	74.291	74.751
Total				325.007	717.916	1.042.923	215.315	1.062.342	1.277.657	135.850	1.276.738	1.412.588

Notas Explicativas da Administração às demonstrações contábeis consolidadas

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Nota 15 – Captações no mercado aberto
(a) Composição

Descrição	30/06/2017	31/12/2016	30/06/2016
Carteira própria (1)	81.892.716	69.325.980	76.452.461
Letras financeiras do tesouro	16.436.007	10.267.869	10.012.195
Letras do tesouro nacional	34.887.940	18.925.512	28.003.071
Notas do tesouro nacional	23.478.291	34.291.865	31.749.118
Debêntures	4.362.111	5.070.596	6.233.244
Certificados de recebíveis imobiliários	2.728.367	770.138	454.833
Carteira de terceiros	59.830.338	86.046.055	108.773.801
Letras do tesouro nacional	35.563.912	15.319.851	2.671.529
Notas do tesouro nacional	24.266.426	70.726.204	106.102.272
Livre movimentação	4.304.390	4.055.962	3.813.055
Letras do tesouro nacional	4.304.390	4.055.962	3.813.055
Total	146.027.444	159.427.997	189.039.317
Passivo circulante	144.244.136	150.680.825	171.306.429
Passivo não circulante	1.783.308	8.747.172	17.732.888

(1) Valores calculados considerando o PU de lastro (PU de Garantia) do papel vinculado.

(b) Despesas de captações no mercado aberto

Descrição	2017		2016	
	2º trimestre	1º semestre	2º trimestre	1º semestre
Carteira própria	(1.661.648)	(3.565.464)	(2.646.302)	(5.512.009)
Carteira de terceiros	(2.246.170)	(5.345.629)	(5.113.013)	(9.711.615)
Carteira de livre movimentação	(126.746)	(248.428)	(114.768)	(115.388)
Total	(4.034.564)	(9.159.521)	(7.874.083)	(15.339.012)

Notas Explicativas da Administração às demonstrações contábeis consolidadas

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Nota 16 – Recursos de aceites e emissões de títulos

(a) Recursos de letras

Depósitos	Indexador	Vencimento				30/06/2017	31/12/2016	30/06/2016
		01 a 90 dias	91 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias			
Letra hipotecária	IGP-M	-	-	-	686.071	686.071	737.113	690.835
Letra hipotecária	INPC	-	-	-	15.453	15.453	16.107	14.989
Letra de crédito imobiliária	IGP-M	-	-	-	-	-	10.676	-
Letra de crédito imobiliária	CDI	7.856.449	5.459.629	15.333.017	65.219.952	93.869.047	100.830.134	10.541
Letra de crédito imobiliária	TR	-	-	-	59.776	59.776	61.643	108.982.847
Letra financeira	CDI	2.054.993	2.042.086	10.237.375	21.507.878	35.842.332	37.538.141	39.569.578
Letra financeira	IPCA	102.297	-	18.579	1.004.466	1.125.342	1.208.175	1.139.241
Letra de crédito do agronegócio	CDI	53.659	24.834	169.131	-	247.624	511.294	670.562
Total		10.067.398	7.526.549	25.758.102	88.493.596	131.845.645	140.913.283	151.078.593
Passivo circulante						43.352.049	49.626.975	87.222.086
Passivo não circulante						88.493.596	91.286.308	63.856.507

Notas Explicativas da Administração às demonstrações contábeis consolidadas

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(b) Despesas com recursos de letras

Descrição	2017		2016	
	2º trimestre	1º semestre	2º trimestre	1º semestre
Letras imobiliárias	(2.043.433)	(4.567.065)	(3.227.950)	(6.449.368)
Letras hipotecárias	144	(24.665)	(37.477)	(76.113)
Letras financeiras	(961.739)	(2.198.298)	(1.384.500)	(2.767.761)
Letras de crédito do agronegócio	(7.398)	(20.440)	(26.200)	(56.153)
Total	(3.012.426)	(6.810.468)	(4.676.127)	(9.349.395)

(c) Obrigações por títulos e valores mobiliários no exterior

A CAIXA realiza emissão de títulos no exterior com o objetivo de construir uma fonte alternativa de captar recursos de longo prazo para financiamento de suas operações ativas. Foram realizadas cinco emissões internacionais, sendo 4 tranches seniores, cujas características são apresentadas a seguir e 1 subordinada, apresenta na Nota 18 (d1).

Título	Moeda	Valor emitido (1)	Remuner. a.a.	Data Captação	Vencim.	30/06/2017	31/12/2016	30/06/2016
1ª série	US\$	1.000.000.000	2,38%	nov/12	nov/17	3.320.924	3.249.000	3.191.415
2ª série	US\$	500.000.000	3,50%	nov/12	nov/22	1.607.757	1.548.581	1.489.682
3ª série	US\$	1.250.000.000	4,50%	out/13	out/18	4.177.371	4.122.982	4.079.078
4ª série	US\$	1.300.000.000	4,25%	mai/14	mai/19	4.367.450	4.260.583	4.143.977
Total						13.473.502	13.181.146	12.904.152

(1) Valores em milhares de US\$.

(d) Resultado com obrigações por títulos e valores mobiliários no exterior

Descrição	2017		2016 (Nota 3 (t))	
	2º trimestre	1º semestre	2º trimestre	1º semestre
Despesa de TVM no exterior - sem subordinação	(840.521)	(569.507)	1.392.820	2.485.935
Despesa de TVM no exterior - com subordinação	(122.534)	(130.800)	184.052	327.954
Total	(963.055)	(700.307)	1.576.872	2.813.889

Notas Explicativas da Administração às demonstrações contábeis consolidadas

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Nota 17 – Obrigações por empréstimos e repasses

Descrição	30/06/2017	31/12/2016	30/06/2016
Repasses no país	252.738.030	238.966.421	224.247.278
FGTS	217.906.727	204.156.953	189.359.062
BNDES	31.604.184	31.349.361	31.586.149
Tesouro Nacional – PIS	624.459	928.282	866.644
Fundo Marinha Mercante	2.302.650	2.256.745	2.178.131
Outras instituições	300.010	275.080	257.292
Repasses no exterior	56.610	54.668	53.420
Empréstimos no exterior	4.195.959	5.425.078	5.797.235
Tomados junto a instituições financeiras no exterior	3.861.759	3.798.282	3.616.509
Demais linhas de crédito	334.200	1.626.796	2.180.726
Total de obrigações por empréstimos e repasses	256.990.599	244.446.167	230.097.933
Passivo circulante	1.834.082	5.235.639	7.008.388
Passivo não circulante	255.156.517	239.210.528	223.089.545

(a) Repasses no país

Compostos por recursos repassados pelo FGTS para aplicação em operações de infraestrutura, desenvolvimento urbano e crédito imobiliário. Tais repasses estão sujeitos à atualização monetária de acordo com a variação da Taxa Referencial (TR), taxa média de juros de 5,14 % a.a. (habitação 5,05 % a.a., infraestrutura 5,70 % a.a. e saneamento 5,89 % a.a.) e prazo médio de retorno de 230 meses (habitação 237 meses, infraestrutura 204 meses e saneamento 156 meses).

(b) Repasses no exterior

O saldo de repasses no exterior, referente a contrato firmado entre a CAIXA e o Banco Mundial – BIRD, para aplicação no Programa de Financiamento para Gestão de Resíduos Sólidos Urbanos e Mecanismo de Desenvolvimento Limpo está sujeito à variação cambial do dólar americano (US\$), taxa de juros de 0,8% a.a., acrescido de LIBOR. O prazo de vencimento da operação varia entre 12 e 15 anos.

(c) Empréstimos no exterior

O saldo dos empréstimos no exterior é composto substancialmente por linhas de crédito captadas no exterior para financiamento de exportações de clientes, sujeitas a taxa de juros de até 3,44% ao ano, substancialmente atreladas ao dólar dos Estados Unidos, com vencimentos até 2018. Os demais recursos tomados no exterior referem-se a empréstimos tomados junto a instituições financeiras no exterior sujeitos a juros de até 2,38% ao ano e à variação cambial do dólar dos Estados Unidos, com vencimentos até 2017.

(d) Despesas com obrigações por empréstimos/repasses

Descrição	2017		2016	
	2º trimestre	1º semestre	2º trimestre	1º semestre
Repasses no país	(4.056.267)	(8.577.045)	(4.176.357)	(8.240.139)
FGTS	(3.387.010)	(7.271.347)	(3.643.136)	(7.121.995)
BNDES	(581.718)	(1.166.197)	(544.153)	(1.107.733)
Tesouro Nacional – PIS	(11.138)	(25.673)	(12.092)	(24.453)
Fundo Marinha Mercante	(56.837)	(70.323)	46.119	57.780
Outras instituições	(19.564)	(43.505)	(23.095)	(43.738)
Repasses no exterior	(3.697)	(2.502)	5.665	12.432
Empréstimos no exterior	(190.047)	(111.074)	610.688	1.804.212
Total	(4.250.011)	(8.690.621)	(3.560.004)	(6.423.495)

Notas Explicativas da Administração às demonstrações contábeis consolidadas

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Nota 18 – Outras obrigações

(a) Composição

Descrição	30/06/2017	31/12/2016 (Nota 3 (t))	30/06/2016 (Nota 3 (t))
Cobrança e arrecadações de tributos e assemelhados	1.082.899	352.815	1.080.750
Carteira de câmbio (Nota 9 (c))	107.655	898.298	1.470.829
Sociais e estatutárias	1.640.984	1.065.283	1.546.995
Fiscais e previdenciárias (Nota 18 (b))	2.841.307	2.381.441	1.873.062
Negociação e intermediação de valores	96.890	17.968	10.443
Recursos para destinação específica (Nota 18 (c))	17.359.443	12.771.534	11.322.694
Instrumentos híbridos de capital e dívida (Notas 18 (d.2))	751.318	980.762	923.041
Dívida Subordinada (Nota 18 (d.1))	10.935.720	11.098.029	11.138.061
Instrumentos de dívida elegíveis a capital (Nota 18 (d))	22.010.528	17.443.376	12.854.959
Diversas (Nota 18 (e))	73.459.534	71.824.665	59.196.310
Total	130.286.278	118.834.171	101.417.144
Passivo circulante	62.410.996	59.561.446	52.691.239
Passivo não circulante	67.875.282	59.272.725	48.725.905

(b) Fiscais e previdenciárias

Descrição	30/06/2017	31/12/2016	30/06/2016
Tributos sobre salários a recolher	477.373	476.261	440.315
Tributos sobre serviços a recolher	405.387	348.113	316.417
Tributos sobre lucros a recolher	475.920	239.049	286.399
Imposto de renda	106.170	22.743	15.777
Contribuição social	116.127	2.886	6.358
COFINS	218.242	184.044	227.569
PASEP	35.381	29.376	36.695
Tributos diferidos	1.482.627	1.167.080	683.086
Reavaliação – edificações	121.815	121.815	121.815
Ajustes ao valor mercado - títulos para negociação	1.080.930	782.275	236.420
Ajustes ao valor mercado - títulos disponíveis p/ venda	279.882	262.990	324.851
Provisão riscos fiscais (Nota 30 (a)) (1)	-	150.938	146.845
Total	2.841.307	2.381.441	1.873.062
Passivo circulante	2.719.492	2.259.626	1.751.247
Passivo não circulante	121.815	121.815	121.815

(1) A partir de 2017, em atendimento a reclassificação do plano contábil do COSIF instituída pela Carta Circular BACEN nº 3.782/2016, as provisões para riscos fiscais serão apresentadas em "Outras obrigações – Diversas", Nota 18 (e).

Notas Explicativas da Administração às demonstrações contábeis consolidadas

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(c) Recursos para destinação específica

Referem-se às obrigações decorrentes de recursos de operações relacionadas com loterias, obrigações decorrentes de recursos de fundos e programas sociais geridos pela CAIXA e recursos de fundos ou programas especiais alimentados com recursos do Governo ou entidades públicas, administrados pela CAIXA.

Descrição	30/06/2017	31/12/2016	30/06/2016
Fundos e programas sociais	15.439.967	10.109.583	8.297.918
FGTS	10.509.154	4.508.345	3.419.139
Minha Casa Minha Vida	3.720.372	4.711.315	4.265.322
Programa de Subsídio à Habitação (PSH)	306.146	295.412	298.207
Programas de transferência de renda	721.740	419.494	199.022
Outros fundos e programas	182.555	175.017	116.228
Fundos financeiros e de desenvolvimento	1.162.165	1.783.353	2.372.149
PIS	568.198	1.222.949	1.373.541
FAT	592.487	558.934	997.151
FINSOCIAL	1.480	1.470	1.457
Operações com loterias	757.311	878.598	652.627
Total	17.359.443	12.771.534	11.322.694

(d) Instrumentos de Dívida elegíveis a capital**(d.1) Instrumentos Financeiros Subordinados – Nível II**

A CAIXA possui 21 Instrumentos Financeiros Subordinados – IFS autorizados a compor o Nível II do Patrimônio de Referência – PR, sendo 08 Instrumentos de Dívida Subordinada – IDS, 12 Letras Financeiras Subordinadas – LFS e 01 Nota Subordinada – NS no Exterior, conforme detalhamento nos itens subsequentes.

O valor total captado por meio destes IFS compõe o capital da instituição, refletindo positivamente no Patrimônio de Referência – PR, na Margem Operacional, no Índice de Basileia, além de outros indicadores como, por exemplo, o de imobilização e endividamento do setor público.

Instrumento de Dívida Subordinada – IDS

A CAIXA possui 08 instrumentos de dívida subordinada autorizados pelo Banco Central do Brasil na composição do Nível II do PR, em acordo com o disposto na Resolução CMN nº 4.192/2013, contratados com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS nos anos de 2005, 2011, 2012, 2014, 2015, 2016 e 2017.

O Conselho Curador do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço aprovou, por meio da Resolução CCFGTS nº 816/2016, proposta de contratação de instrumentos de dívida subordinada entre a CAIXA e o FGTS no valor de até R\$ 10.000.000, em tranches, de acordo com a expectativa de contratação de novas operações com recursos do FGTS.

Em 2016, a CAIXA e o FGTS assinaram contrato referente à primeira tranche, no valor de R\$ 4.000.000. O contrato referente à segunda tranche da Resolução CCFGTS nº 816/2016 foi assinado em maio/2017, no valor de R\$ 4.000.000.

Sobre o valor total das dívidas incide atualização monetária, mediante a aplicação de coeficiente de atualização idêntico ao utilizado para a remuneração das contas vinculadas do FGTS e juros capitalizados mensalmente.

Notas Explicativas da Administração às demonstrações contábeis consolidadas

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Letras Financeiras Subordinadas – LFS

A CAIXA possui 12 Letras Financeiras Subordinadas captadas no mercado local, no valor de face total de R\$ 234.900, todas consideradas elegíveis ao Nível II do PR pelo BACEN.

Nota Subordinada – NS

A CAIXA captou com sucesso US\$ 500.000 (quinhentos milhões de dólares) no mercado internacional, no dia 23/07/2014, por meio da emissão de bônus subordinados elegíveis a compor o capital de Nível II sob as regras de Basileia III. Os títulos emitidos possuem prazo de 10 anos, com possibilidade de resgate (*call*) no 5º ano e uma taxa de retorno de 7,25% ao ano.

Esta transação foi a primeira emissão de capital Nível II de acordo com as regras de Basileia III realizada por um banco brasileiro e a quinta transação da CAIXA no mercado de capitais internacional. As Notas possuem *reset* de cupom após o 5º ano e cláusula de “absorção de perdas” com eventual *write off* de principal e juros. Ou seja, as notas podem ser baixadas permanentemente em um montante pelo menos igual ao montante contabilizado como capital Nível II nas seguintes hipóteses: (i) Capital Principal inferior a 4,5%, (ii) Execução de um compromisso de fazer um aporte de capital emergencial na Emissora, (iii) Determinação pelo Banco Central do Brasil de não viabilidade do banco. Em outubro de 2014 o BACEN considerou a NS elegível. Assim, a partir de outubro de 2014 o instrumento passou a compor o Nível II do Patrimônio de Referência da CAIXA.

Informações adicionais sobre os Instrumentos Financeiros Subordinados estão disponíveis no Relatório de Gerenciamento de Riscos e Capital – Pilar 3, em: www.caixa.gov.br, menu “Sobre a Caixa”.

Vencim.	Rem. a.a. (%)	Data captação	Valor emitido	Atualização monetária e juros	Amort.	Impacto Hedge Contábil Risco de Mercado	Saldo devedor 30/06/2017	Saldo devedor 31/12/2016	Saldo devedor 30/06/2016
Obrigações de Empréstimos - Recursos do FGTS									
fev/20	6,30%	out/05	3.439.717	2.657.473	(3.723.642)	-	2.373.548	2.805.229	3.207.722
abr/26	6,00%	ago/11	3.000.000	1.493.103	-	-	4.493.103	4.342.775	4.152.351
jul/32	5,08%	jun/12	3.000.000	1.069.069	-	-	4.069.069	3.950.025	3.795.359
dez/33	5,15%	out/14	3.000.000	603.876	-	-	3.603.876	3.497.310	3.360.218
fev/38	4,80%	dez/14	4.000.000	710.870	-	-	4.710.870	4.579.214	4.413.720
dez/40	4,75%	set/15	3.000.000	365.015	-	-	3.365.015	3.271.725	3.157.950
mai/44	4,75%	set/16	4.000.000	197.280	-	-	4.197.280	4.082.991	-
ago/44	4,86%	mai/17	4.000.000	32.008	-	-	4.032.008	-	-
Letra Financeira elegível – Nível II									
jun/20	110%CDI	jun/14	10.000	5.052	-	-	15.052	14.168	13.176
jul/19	110%CDI	jul/14	17.400	8.557	-	-	25.957	24.432	22.721
dez/21	110%CDI	dez/14	1.500	629	-	-	2.129	2.003	1.863
jun/24	100%IPCA + 6,95%	jun/14	200.000	103.254	-	7.520	310.774	287.223	262.672
fev/25	100%IPCA + 6,74%	fev/15	1.200	447	-	84	1.731	1.609	1.480
fev/25	100%IPCA + 6,65%	fev/15	1.200	443	-	68	1.711	1.588	1.459
fev/25	100%IPCA + 6,58%	fev/15	2.400	906	-	91	3.397	3.146	2.887
mar/25	100%IPCA + 6,45%	mar/15	1.200	437	-	35	1.672	1.550	1.422
TVM no exterior elegível – Nível II									
jul/24	7,25%	jul/14	1.106.450	603.867	-	28.739	1.739.056	1.676.417	1.598.020
Total			28.781.067	7.852.286	(3.723.642)	36.537	32.946.248	28.541.405	23.993.020

Notas Explicativas da Administração às demonstrações contábeis consolidadas

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(d.2) Instrumentos híbridos de capital e dívida

O Nível I do Patrimônio de Referência é dividido em Capital Principal e Capital Complementar. A CAIXA possui 06 Instrumentos Híbridos de Capital e Dívida – IHCD autorizados a compor o seu Capital Principal e não tem instrumentos subordinados contratados com características de Capital Complementar.

A Resolução CMN nº 4.192/2013 determina, para fins de divulgação das demonstrações financeiras, a reclassificação para o patrimônio líquido dos instrumentos que atendam às características de Capital Principal.

Assim, informações adicionais sobre os instrumentos financeiros subordinados elegíveis a capital principal podem ser verificadas na Nota 19 (b).

Os contratos possuem cláusulas de remuneração integralmente variáveis, a atualização monetária é incorporada anualmente, após o pagamento dos juros atinentes ao exercício anterior.

Os juros remuneratórios a pagar e a atualização monetária não incorporada compõem os Instrumentos Híbridos de Capital e Dívida, classificados em Outras Obrigações – Instrumentos híbridos de capital e dívida, perfazendo um montante de R\$ 751.318 em 30/06/2017 (31/12/2016 – R\$ 980.762; 30/06/2016 – R\$ 923.041).

(e) Diversas

Descrição	30/06/2017	31/12/2016	30/06/2016 (Nota 3 (t))
Passivos atuariais - Benefícios pós-emprego (Nota 32 (a))	24.713.572	22.816.082	20.062.102
Saúde CAIXA	14.496.623	13.541.692	14.696.873
Auxílio e cesta alimentação	1.376.451	1.331.503	1.236.705
Planos de benefícios - Previdência privada	8.840.498	7.942.887	4.128.524
Provisões para pagamentos a efetuar (1)	3.389.728	3.196.141	3.548.499
Credores diversos - País (Nota 18 (f))	14.532.105	14.348.666	12.221.266
Provisões para causas judiciais - demandas trabalhistas (Nota 30)	4.553.691	4.267.274	4.309.962
Provisões para causas judiciais - demandas cíveis (Nota 30)	3.418.760	3.298.765	3.045.299
Provisões para causas judiciais - demandas fiscais (Nota 30 (a)) (2)	181.380	-	-
Provisões para outras contingências (1)	1.631.991	1.559.809	1.470.368
Financiamentos imobiliários a liberar	4.547.560	5.287.471	3.402.778
Recursos vinculados a operações de crédito (3)	253.304	190.153	862
Recursos vinculados a cessão de crédito (4)	13.054.290	13.935.592	8.380.352
Obrigações por convênios	680.797	856.953	639.573
Obrigações por contribuições ao SFH	24.860	29.397	28.680
Recursos do FGTS para amortizações	1.146.754	959.467	876.293
Valores a pagar a sociedades ligadas	1.330.429	1.078.523	1.208.416
Credores diversos exterior	313	372	1.860
Total	73.459.534	71.824.665	59.196.310

(1) A partir de 2017 os pagamentos a efetuar vinculados a operações de crédito imobiliário subsidiados com recursos do FGTS foram reclassificados para “Provisões para outras contingências” em atendimento às disposições da Carta Circular nº 3.782/2016.

(2) Até 31/12/2016, as provisões para riscos fiscais foram apresentadas em “Outras obrigações – Fiscais e previdenciárias”, Nota 18 (b), a partir de 2017, em atendimento a reclassificação do plano contábil do COSIF instituída pela Carta Circular nº 3.782/2016, estas provisões estão sendo apresentadas em “Provisões para causas judiciais – demandas fiscais”.

(3) Recursos apropriados nas contas vinculadas a operações de crédito em nome de clientes, não movimentadas por estes e remunerados com os mesmos encargos incidentes nas respectivas operações.

(4) Operações de Crédito de Habitação securitizadas com retenção de riscos – Resolução CMN nº 3533/2008

Notas Explicativas da Administração às demonstrações contábeis consolidadas

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(f) Credores diversos – País

Descrição	30/06/2017	31/12/2016	30/06/2016 (Nota 3 (t))
Cartões de crédito	6.771.258	7.081.176	6.283.228
Empresa Gestora de Ativos (EMGEA) (1)	31.091	59.179	45.529
Fornecedores	907.780	1.114.535	878.558
Aquisição de folhas de pagamento - valores a liberar	266.606	490.437	472.595
Crédito comercial – repasses	79.395	70.062	110.212
Crédito imobiliário – repasses	1.479.810	1.167.649	666.708
Obrigações com a União – repasses	52.724	50.484	48.031
Contas a pagar	315.233	296.308	121.473
Fundo Garantidor de Créditos – FGC	65.364	63.439	61.156
Valores a restituir – penhor	77.578	81.648	90.927
Valores a apropriar	4.195.756	3.562.379	2.905.190
Outros credores diversos	289.510	311.370	537.659
Total	14.532.105	14.348.666	12.221.266

(1) EMGEA: referem-se aos valores financeiros de prestação de contas das arrecadações e contratos recebidos.

Nota 19 – Patrimônio líquido**(a) Capital social**

O Decreto nº 7.973/2013 da Presidência da República, aprovou o Estatuto da CAIXA. O artigo 7º deste Decreto foi alterado pelo Decreto nº 8.830/2016, que aprovou o Capital Social da CAIXA, exclusivamente integralizado pela União Federal, no montante de R\$ 24.837.171.

(b) Instrumentos de dívidas elegíveis a capital principal

O artigo 16 da Resolução CMN nº 4.192/2013 autoriza instituições financeiras públicas federais a comporem seu Nível I – Capital Principal com elementos patrimoniais, instrumentos financeiros subordinados e instrumentos híbridos de capital e dívida, desde que atendam requisitos elencados na norma como, por exemplo, possuir remuneração integralmente variável, características de perpetuidade e de absorção de perdas durante o funcionamento das atividades (*going-concern*).

Essa norma determina, ainda, que os instrumentos que atendam às características de Capital Principal devem ser reclassificados como patrimônio líquido para fins de divulgação das demonstrações contábeis consolidadas.

Dessa forma, nas demonstrações contábeis individuais, os Instrumentos Híbridos de Capital e Dívida elegíveis a compor o Capital Principal são registrados no passivo e seus encargos financeiros reconhecidos como despesas operacionais, enquanto nas demonstrações contábeis consolidadas são reclassificados para o patrimônio líquido, com base no entendimento e nas orientações do Banco Central do Brasil, com o objetivo de melhorar a qualidade dessas demonstrações contábeis consolidadas.

Notas Explicativas da Administração às demonstrações contábeis consolidadas

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Assim, todos os Instrumentos Híbridos de Capital e Dívida da CAIXA são classificados como Capital Principal e, portanto, compõem o Patrimônio Líquido da CAIXA para fins de evidenciação. A tabela a seguir apresenta a posição dos contratos:

Discriminação	30/06/2017	31/12/2016	30/06/2016
Contrato 348/2007	7.851.945	7.593.569	7.593.569
Contrato 504/2009	8.013.159	7.749.478	7.749.478
Contrato 752/2012	6.800.000	6.800.000	6.800.000
Contrato 754/2012	6.310.598	6.310.598	6.310.598
Contratos 868 e 869/2013	8.000.000	8.000.000	8.000.000
Total	36.975.702	36.453.645	36.453.645

Para fins de composição do Patrimônio de Referência, considera-se apenas o valor de face dos contratos somado à atualização monetária incorporada de exercícios anteriores. Tendo em vista que os contratos possuem cláusulas de remuneração integralmente variáveis, a atualização monetária é incorporada anualmente, após o pagamento dos juros atinentes ao exercício anterior.

(c) Enquadramento nos níveis exigidos pela Resolução CMN nº 2.099/1994 (Acordo de Basileia)

Conforme determinações da Resolução CMN nº 2.099/1994 e regulamentações posteriores, que estabelecem os níveis mínimos de patrimônio de referência para as instituições financeiras, com base nos volumes de suas operações, a CAIXA apresenta em 30 de junho de 2017 índice de 14,41% (31/12/2016 – 13,54%; 30/06//2016 – 12,78%) (Nota 33), acima do mínimo regulamentar exigido no Brasil.

(d) Reservas de reavaliação e de lucros

As reservas de lucros são constituídas por reserva legal, calculada à base de 5% sobre o lucro líquido, reserva de loterias e reserva de margem operacional.

As reservas de loterias são constituídas por 100% do resultado da administração das loterias federais que couberem à CAIXA como executora destes serviços públicos para incorporação ao seu patrimônio líquido, depois de deduzida a parcela apropriada ao Fundo para Desenvolvimento de Loterias. O Fundo para Desenvolvimento de Loterias tem por objeto fazer face a investimentos necessários à modernização das loterias e a dispêndios com sua divulgação e publicidade, nos termos da legislação específica, vedada sua aplicação no custeio de despesas correntes.

A reserva de margem operacional destinada à manutenção de margem operacional compatível com o desenvolvimento das operações ativas da CAIXA é constituída mediante justificativa do percentual considerado de até 100% do saldo do lucro líquido deduzido da destinação para reserva legal, para reservas de lucros a realizar, para reservas para contingências, para reserva de incentivos fiscais e para pagamento mínimo (25% do lucro líquido ajustado) de dividendos e juros sobre capital próprio, até o limite de oitenta por cento do capital social.

Descrição	30/06/2017	31/12/2016	30/06/2016
Reservas de reavaliação	364.105	379.098	389.873
Reservas de lucros	9.527.076	9.074.710	9.535.917
Reserva legal	3.006.217	2.802.527	2.717.002
Reserva estatutária – loterias	759.862	511.185	3.004.699
Reservas margem operacional	5.760.997	5.760.998	3.814.216

Notas Explicativas da Administração às demonstrações contábeis consolidadas

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(e) Dividendos e juros sobre o capital próprio

Em 2015, a CAIXA formalizou seus princípios e diretrizes para distribuição de resultado e aprovou a Política de Gerenciamento de Capital e de Distribuição de Resultado, que apresenta limites prudenciais de capital para o Capital Principal, Nível I e Basileia de 1,5% acima do mínimo regulatório estabelecido pelo Conselho Monetário Nacional (CMN).

De acordo com a Política de Gerenciamento de Capital e de Distribuição de Resultado, a distribuição de resultado do exercício é de 50% (cinquenta por cento) do Lucro Líquido Ajustado (LLA). Pode, excepcionalmente, a) ultrapassar 50% (cinquenta por cento) do LLA, desde que sejam respeitados os limites prudenciais e suas respectivas projeções para os próximos 24 meses; ou b) ser inferior a 50% (cinquenta por cento) do LLA, observada a distribuição mínima legal de 25%, quando a projeção para os próximos 12 meses indicar desenquadramento dos limites prudenciais estabelecidos.

Assim, são assegurados dividendos sobre o LLA de no mínimo 25%, após apuração de resultado do período.

Para efeito do cálculo da obrigação com dividendos são computados os juros sobre o capital próprio, calculado pela remuneração da TJLP do período sobre o patrimônio líquido ajustado, limitado a 50% do lucro líquido do período. O total dos juros sobre o capital próprio perfaz um montante de R\$ 1.018.869 (30/06/2016 – R\$ 1.173.751) e proporcionou uma redução na despesa com encargos tributários de IR e CSLL no montante de R\$ 458.491 no 1º semestre de 2017 (R\$ 528.188 no 1º semestre de 2016).

Nota 20 – Imposto de renda pessoa jurídica (IRPJ) e Contribuição social sobre o lucro líquido (CSLL)**(a) Demonstração da despesa de IRPJ e CSLL**

Descrição	2017		2016	
	2º trimestre	1º semestre	2º trimestre	1º semestre
Tributos Correntes	(271.658)	(1.240.834)	349.612	(125.734)
Tributos Diferidos	1.281.482	1.915.070	1.171.078	2.301.140
Passivo Fiscal Diferido	178.660	(269.454)	(124.284)	1.262.067
Ativo Fiscal Diferido	1.102.822	2.184.524	1.295.362	1.039.073
Diferenças Temporárias - constituição / realização	1.149.667	2.418.354	1.131.921	1.069.403
Prejuízo Fiscal / Base Negativa	(46.845)	(233.830)	86.963	(16.876)
CSLL - MP 2.158-35/01	-	-	76.478	(13.454)
Imposto de Renda e Contribuição Social do Período	1.009.824	674.236	1.520.690	2.175.406

(b) Demonstração do cálculo dos encargos com IRPJ e CSLL

Descrição	2017		2016 (Nota 3 (t))	
	2º trimestre	1º semestre	2º trimestre	1º semestre
Resultado antes dos tributos e participações	1.971.627	3.815.804	318.281	621.038
Encargo IRPJ e CSLL	(887.227)	(1.717.100)	(152.390)	(297.417)
Efeitos tributários adições e exclusões	363.618	74.374	312.160	(554.286)
Juros sobre o capital próprio	291.062	458.491	263.886	528.188
Participação em coligadas e controladas	126.984	227.022	87.315	140.680
Outros	(166.095)	(283.621)	(161.359)	57.101
Imposto de Renda e Contribuição Social Correntes	(271.658)	(1.240.834)	349.612	(125.734)

Notas Explicativas da Administração às demonstrações contábeis consolidadas

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(c) Passivo fiscal diferido

Obrigações Fiscais Diferidas - IRPJ/CSLL			
Descrição	30/06/2017	31/12/2016	30/06/2016
Despesa diferida/marcação a mercado	1.190.569	908.121	463.230
Outros	121.815	121.815	121.815
Imposto de Renda e Contribuição Social do Período	1.312.384	1.029.936	585.045

Obrigações Fiscais Diferidas - PASEP/COFINS			
Descrição	30/06/2017	31/12/2016	30/06/2016
Despesa diferida/marcação a mercado	170.242	137.146	98.041
Outros	-	1.011	1.011
PASEP e COFINS do Período	170.242	138.157	99.052

(d) Ativo fiscal diferido

Composição dos Créditos Tributários - IRPJ/CSLL					
Descrição	31/12/2016	Constituição	Reversão	30/06/2017	30/06/2016 (Nota 3 (t))
Diferenças temporárias:	31.919.610	12.968.385	(10.550.031)	34.337.964	31.206.556
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	21.501.351	6.282.247	(5.380.887)	22.402.711	20.085.659
Passivos atuariais	3.441.610	414.104	(107.511)	3.748.203	4.166.273
Provisões trabalhistas	1.849.152	88.457	(2.290)	1.935.319	1.871.242
Provisões cíveis	1.368.649	2.293.860	(2.077.085)	1.585.424	1.371.161
Provisões fiscais	49.632	67.319	(43.765)	73.186	46.654
Ajuste a valor de mercado de tít. p/ negociação	558.248	110.320	(5.228)	663.340	312.564
Provisão para desvalorização - bens não de uso	53.477	62.516	(34.981)	81.012	47.579
Outros	3.097.491	3.649.562	(2.898.284)	3.848.769	3.305.424
Prejuízo fiscal e base negativa de CSLL:	1.382.756	-	(233.831)	1.148.925	1.614.965
Prejuízo fiscal a realizar	1.382.756	-	(233.831)	1.148.925	1.514.286
Base Negativa	-	-	-	-	6.796
CSLL - MP 2.158-35/01	-	-	-	-	93.883
Total dos créditos com impacto no resultado	33.302.366	12.968.385	(10.783.862)	35.486.889	32.821.521
Ajuste a valor de mercado - títulos disp. p/ venda	684.298	612.748	-	1.297.046	1.182.162
Perdas atuariais CPC 33	4.460.142	408.313	-	4.868.455	3.723.843
Total dos créditos com impacto no PL	5.144.440	1.021.061	-	6.165.501	4.906.005
Total dos créditos tributários	38.446.806	13.989.446	(10.783.862)	41.652.390	37.727.526
Total dos créditos não constituídos	1.992.142	-	(141.797)	1.850.345	1.146.253

Notas Explicativas da Administração às demonstrações contábeis consolidadas

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Composição dos Créditos Tributários - PASEP/COFINS					
Descrição	31/12/2016	Constituição	Reversão	30/06/2017	30/06/2016
Total dos créditos com impacto no resultado	59.933	46.892	-	106.825	75.447
Ajuste a mercado	59.933	11.955	-	71.888	32.526
Despesas de Captação não Incorridas - IHCD	-	34.937	-	34.937	42.921
Total dos créditos com impacto no patrim. líq.	74.159	66.405	-	140.564	128.114
Ajuste a valor de mercado – tít. disp. para venda	74.159	66.405	-	140.564	128.114
Total	134.092	113.297	-	247.389	203.561

(e) Expectativa de realização

A CAIXA realiza semestralmente estudo técnico quanto à expectativa de realização de créditos tributários em 10 anos. Os valores apurados no estudo de 30/06/2017 estão representados a seguir:

VALOR CONTÁBIL			
Ano de Realização	Prejuízo Fiscal / CSLL 18%	Diferença Temporal	TOTAL
2017	271.330	9.158.813	9.430.143
2018	606.265	12.122.425	12.728.690
2019	271.330	9.063.749	9.335.079
2020	-	1.170.781	1.170.781
2021	-	690.675	690.675
2022	-	667.914	667.914
2023 a 2027	-	7.876.497	7.876.497
Total	1.148.925	40.750.854	41.899.779
Valor Presente	1.136.661	34.417.705	35.554.366

Nota 21 – Receitas da intermediação financeira

Descrição	2017		2016	
	2º trimestre	1º semestre	2º trimestre	1º semestre
Resultado de operação de crédito	22.305.082	45.691.610	23.331.124	45.826.506
Operações compromissadas	4.001.058	9.182.271	6.849.929	13.073.246
Ativos financeiros mantidos para negociação	2.847.813	7.089.077	3.996.943	9.961.850
Ativos financeiros disponíveis para venda	456.940	1.067.515	436.676	761.797
Ativos financeiros mantidos até o vencimento	1.015.068	2.305.767	1.544.178	3.774.125
Resultado de instrumentos financeiros derivativos	425.830	(1.675.026)	(2.839.044)	(7.762.951)
Depósitos compulsórios junto ao Banco Central	2.469.166	5.221.069	2.739.835	5.344.611
Créditos vinculados ao SFH	493.477	1.072.519	579.038	1.181.697
Resultado de operações de câmbio	342.301	232.206	-	-
Outras	374.070	779.141	398.260	753.843
Total	34.730.805	70.966.149	37.036.939	72.914.724

Notas Explicativas da Administração às demonstrações contábeis consolidadas

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Nota 22 – Despesas da intermediação financeira

Descrição	2017		2016 (Nota 3 (t))	
	2º trimestre	1º semestre	2º trimestre	1º semestre
Operações com clientes	(12.081.640)	(25.821.023)	(14.319.477)	(28.319.539)
Operações com instituições financeiras	(26.926)	(52.785)	(27.954)	(82.264)
Operações compromissadas	(4.034.564)	(9.159.521)	(7.874.083)	(15.339.012)
TVM no exterior	(963.055)	(700.307)	1.576.872	2.813.889
Empréstimos, cessões e repasses	(4.250.011)	(8.690.621)	(3.560.004)	(6.423.495)
Resultado de operações de câmbio	-	-	(678.649)	(1.414.616)
Depósitos especiais e fundos e programas	(408.839)	(951.593)	(440.571)	(895.809)
Provisões p/ créditos de liquidação duvidosa	(4.560.357)	(9.733.314)	(6.258.766)	(10.067.358)
Operações de venda ou de transferência de ativos financeiros	(301.027)	(647.922)	(215.639)	(2.263.810)
Total	(26.626.419)	(55.757.086)	(31.798.271)	(61.992.014)

Nota 23 – Receitas de prestação de serviços e rendas de tarifas bancárias

a) Receitas de prestação de serviços

Descrição	2017		2016	
	2º trimestre	1º semestre	2º trimestre	1º semestre
Tesouro Nacional e administração de fundos sociais	1.824.614	3.697.763	1.741.363	3.423.217
Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS)	1.223.133	2.516.759	1.205.389	2.385.025
Fundo de Compensação de Variações Salariais (FCVS)	34.411	71.029	35.156	71.979
Programa de Integração Social (PIS)	19.088	71.463	18.380	65.467
Loterias Federais	337.923	606.061	310.051	573.567
Financiamento Estudantil - (FIES)	150.770	296.257	126.483	242.484
Fundo de Arrendamento Residencial (FAR)	18.798	38.356	15.351	31.225
Repasses Secretaria do Tesouro Nacional (STN)	27.494	71.983	17.372	27.747
Seguro-desemprego	12.409	25.267	11.645	23.822
Outros	588	588	1.536	1.901
Rendas de cartões	348.140	702.179	372.687	788.820
Operações de crédito e garantias prestadas	541.320	1.095.888	497.193	944.276
Cobrança	248.037	501.733	233.960	417.548
Arrecadações	859.300	1.570.273	699.777	1.327.543
Fundos de investimentos e carteiras administradas	452.200	901.134	393.800	770.885
Conta corrente	109.896	222.281	102.256	210.695
Programa de Transferência de Renda	110.688	213.608	100.805	204.663
Prestados a ligadas - Fundos de Investimentos	10.799	22.042	9.881	19.249
Prestados a ligadas	180.699	354.553	122.248	205.196
Outros serviços	98.592	195.142	90.728	187.497
Total	4.784.285	9.476.596	4.364.698	8.499.589

Notas Explicativas da Administração às demonstrações contábeis consolidadas

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

b) Rendas de Tarifas Bancárias

Descrição	2017		2016	
	2º trimestre	1º semestre	2º trimestre	1º semestre
Rendas de cartões	174.315	338.531	154.634	307.429
Operações de crédito e cadastro	296.129	578.649	287.044	557.999
Pacote de serviços	614.329	1.184.866	516.594	1.030.382
Contas de depósito	178.968	350.120	147.881	283.661
Transferência de recursos	77.213	139.863	60.695	117.245
Outras	85.378	160.905	46.118	74.063
Total	1.426.332	2.752.934	1.212.966	2.370.779

Nota 24 – Despesas com pessoal

Descrição	2017		2016	
	2º trimestre	1º semestre	2º trimestre	1º semestre
Salários	(3.014.704)	(6.705.674)	(2.843.133)	(5.879.868)
Indenizações trabalhistas	(480.299)	(755.566)	(375.012)	(622.416)
Benefícios	(628.825)	(1.285.076)	(580.855)	(1.105.218)
Encargos sociais:	(1.224.245)	(2.456.047)	(1.202.349)	(2.379.245)
FGTS	(235.033)	(466.531)	(223.307)	(448.420)
Previdência social	(712.621)	(1.408.777)	(677.585)	(1.349.046)
Previdência complementar	(210.715)	(446.108)	(238.995)	(454.267)
Outros encargos	(65.876)	(134.631)	(62.462)	(127.512)
Outros	(32.345)	(62.180)	(39.081)	(73.852)
Total	(5.380.418)	(11.264.543)	(5.040.430)	(10.060.599)

Nota 25 – Outras despesas administrativas

Descrição	2017		2016	
	2º trimestre	1º semestre	2º trimestre	1º semestre
Comunicações	(127.638)	(265.537)	(145.012)	(295.170)
Manutenção e conservação de bens	(245.589)	(466.253)	(225.929)	(441.140)
Água e energia	(119.546)	(226.303)	(137.668)	(270.803)
Aluguéis e arrendamento de bens	(383.516)	(768.431)	(379.663)	(759.100)
Despesas de material	(35.777)	(74.858)	(32.941)	(68.190)
Processamento de dados	(365.336)	(748.533)	(383.424)	(801.013)
Promoções e relações públicas	(92.306)	(159.646)	(83.464)	(177.056)
Propaganda e publicidade	(44.670)	(66.678)	(110.214)	(163.719)
Serviços do sistema financeiro	(136.169)	(270.431)	(136.669)	(272.488)
Serviços de terceiros	(469.618)	(931.676)	(438.149)	(871.058)
Serviços especializados	(149.443)	(263.748)	(139.285)	(265.343)
Serviços de vigilância e segurança	(223.073)	(440.192)	(225.571)	(406.045)
Amortização (Nota 13 (b))	(214.074)	(428.234)	(210.791)	(416.527)
Depreciação (Nota 12 (b))	(238.489)	(480.780)	(228.589)	(466.454)
Outras administrativas	(104.538)	(186.955)	(108.182)	(190.465)
Total	(2.949.782)	(5.778.255)	(2.985.551)	(5.864.571)

Notas Explicativas da Administração às demonstrações contábeis consolidadas

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Nota 26 – Outras receitas operacionais

	2017		2016	
	2º trimestre	1º semestre	2º trimestre	1º semestre
Comissões e taxas s/ operações	149.622	290.120	75.150	165.705
Comissões e taxas s/ operações - agente financ. FGTS	945.738	1.764.332	929.306	1.653.782
Recuperação de despesas	392.067	832.533	394.906	747.453
Reversão de outras provisões operacionais	107.094	311.375	156.393	512.923
Atualização de depósitos em garantia	182.199	418.239	241.101	477.958
Rendas de créditos específicos	22.400	47.790	25.855	50.183
Receita de deságio na aquisição de royalties	27.475	48.966	24.817	33.027
Atualização monetária sobre operações diversas	23.658	52.027	72.401	123.317
Outras receitas operacionais	85.564	178.241	133.741	295.847
Total	1.935.817	3.943.623	2.053.670	4.060.195

Nota 27 – Outras despesas operacionais

Descrição	2017		2016	
	2º trimestre	1º semestre	2º trimestre	1º semestre
FCVS a receber - provisão/perdas	(118.543)	(242.817)	(115.320)	(265.839)
Obrigações com fundos e programas	(293.990)	(560.717)	(300.590)	(556.066)
Inst. híbrido de capital e dívida – AM	(393.282)	(769.355)	(284.116)	(436.734)
Despesas com cartão	(244.939)	(430.937)	(149.758)	(492.024)
Despesas com loterias	(57.520)	(111.205)	(59.757)	(110.669)
Despesas com lotéricos e parceiros comerciais	(630.302)	(1.221.964)	(534.107)	(1.039.278)
FGTS - arrecadação/pagamento	(237.262)	(334.650)	(122.555)	(239.441)
Serviços automatizados	(123.233)	(255.226)	(117.999)	(207.088)
Alavancagem de negócios	(159.426)	(401.046)	(192.770)	(340.559)
Operações de financiamentos imobiliários	(137.408)	(269.103)	(129.548)	(238.519)
Ágio na aquisição de carteiras comerciais	(170.797)	(323.327)	(106.845)	(211.503)
Descontos de operações de crédito	(730.235)	(828.918)	(65.619)	(122.858)
Disp. c/ operações de fomento – atualização monetária	(1.282)	(3.306)	(3.070)	(5.602)
Despesas provisões operacionais	(417.182)	(536.831)	(206.466)	(423.304)
Provisão para causas judiciais	(277.575)	(475.697)	(268.853)	(779.405)
Condenações judiciais	(33.742)	(57.833)	(25.218)	(59.845)
Benefícios sociais	(43.678)	(92.069)	(49.060)	(102.895)
Benefício pós-emprego	(558.510)	(1.117.021)	(545.510)	(1.091.021)
Ajustes operacionais em operações de crédito	(149.024)	(206.945)	(152.578)	(488.035)
Outras	(248.184)	(407.464)	(256.680)	(414.110)
Total	(5.026.114)	(8.646.431)	(3.686.419)	(7.624.795)

Notas Explicativas da Administração às demonstrações contábeis consolidadas

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Nota 28 – Resultado não operacional

Descrição	2017		2016	
	2º trimestre	1º semestre	2º trimestre	1º semestre
Receitas não operacionais	99.753	238.359	154.018	290.421
Lucro na alienação de valores e bens	33.392	46.462	23.769	45.111
Alienação de bens imóveis	26.923	52.806	13.474	28.679
Sobras de caixa não reclamadas	18.115	32.978	14.238	27.412
Multas e penalidades	4.630	12.723	10.387	16.117
Ganhos de capital c/ ajuste de valores pendentes	347	600	685	961
Recuperação de perdas com fraudes	1.262	2.809	4.401	6.820
Reversão de perda em investimentos permanentes	9.887	81.599	84.482	159.725
Outras rendas não operacionais	5.197	8.382	2.582	5.596
Despesas não operacionais	(249.264)	(445.514)	(205.203)	(404.569)
Desvalorização de outros valores e bens	(73.341)	(109.623)	(36.713)	(52.091)
Indenizações por perdas e danos	(64.801)	(128.797)	(83.071)	(143.962)
Perdas em imóveis	(20.685)	(38.538)	(16.195)	(29.835)
Prejuízo com saque eletrônico fraudulento	(24.083)	(44.965)	(29.633)	(59.431)
Prejuízos na alienação de valores e bens	(51.350)	(100.012)	(4.235)	(8.888)
Constituição de perdas em investimentos permanentes	-	(1)	(22.744)	(78.655)
Outras despesas não operacionais	(15.004)	(23.578)	(12.612)	(31.707)
Total	(149.511)	(207.155)	(51.185)	(114.148)

Nota 29 – Despesas tributárias

	2017		2016	
	2º trimestre	1º semestre	2º trimestre	1º semestre
Contribuição COFINS	(646.103)	(1.284.026)	(625.744)	(1.241.064)
PIS/PASEP	(105.579)	(209.862)	(103.579)	(206.721)
Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	(184.399)	(365.966)	(160.423)	(307.654)
Despesas com IPTU	(9.032)	(70.748)	(7.738)	(65.181)
Outras	(24.688)	(51.013)	(12.964)	(22.787)
Total	(969.801)	(1.981.615)	(910.448)	(1.843.407)

Notas Explicativas da Administração às demonstrações contábeis consolidadas

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Nota 30 – Ativos e passivos contingentes, obrigações legais – fiscais e previdenciárias**Ativos contingentes**

A CAIXA não possui ativos contingentes cuja entrada de benefícios econômicos seja classificada como provável.

Provisões e passivos contingentes

A CAIXA é parte em processos judiciais e administrativos de natureza tributária, cível e trabalhista, decorrentes do curso normal de seus negócios. Com base em pareceres dos assessores jurídicos e levando em consideração que os procedimentos adotados pela CAIXA guardam conformidade com as previsões legais e regulamentares, a Administração entende que as provisões constituídas são suficientes para contingenciar os riscos de eventuais decisões desfavoráveis nesses processos.

Considerando o elevado número de processos administrativos e judiciais, a CAIXA utiliza a seguinte metodologia para calcular o valor em risco:

a) para ações relevantes, a análise é feita individualmente, na qual se estima o valor provável da condenação (valor provisionado); este cálculo parte da repercussão econômica dos pedidos feitos pelo autor e é ponderado com a situação do processo e a jurisprudência predominante em causas similares; tais ações são classificadas como provável, possível ou remota;

b) para as demais ações (não relevantes), o valor provisionado corresponde ao valor médio histórico de condenação pago em processos similares nos últimos 36 meses e são classificadas como prováveis.

As ações são agrupadas em demandas fiscais, cíveis e trabalhistas considerando a matéria tratada e a relevância econômica do grupo.

Não verificamos nas provisões judiciais da CAIXA, expedientes classificados como de perdas possíveis ou prováveis, em que se espera que parte ou todo o desembolso necessário para liquidar a provisão seja reembolsado por outra parte.

(a) Risco Provável:

Descrição	31/12/2016	Movimentação em 2017					30/06/2017	30/06/2016
		Novas provisões	Atualização monetária	Adições de provisões existentes	Reversões de provisões existentes	Baixas por pagamento		
Fiscais (Nota 18 (b) e (e))	150.938	11.734	3.145	26.782	(3.154)	(8.065)	181.380	146.845
INSS	13.613	11	204	-	(4)	(13)	13.811	11.997
IPTU	25.370	587	704	982	-	(242)	27.401	23.291
ISSQN	94.213	6.555	1.658	25.725	(3.001)	(7.257)	117.893	87.820
Outros	17.742	4.581	579	75	(149)	(553)	22.275	23.737
Demandas Cíveis (Nota 18 (e))	3.298.765	236.767	23.872	120.557	(27.661)	(233.540)	3.418.760	3.045.299
Feitos Diversos	756.596	111.054	7.359	16.055	(9.238)	(98.705)	783.121	730.416
Poupança - Planos Econômicos	1.445.236	62.855	1.161	92.198	(4.603)	(63.231)	1.533.616	1.229.092
Habitacional	225.587	27.981	2.182	11.547	(45)	(26.518)	240.734	208.668
Contingenciamento do FGTS	871.346	34.877	13.170	757	(13.775)	(45.086)	861.289	877.123
Demandas Trabalhistas (Nota 18 (e))	4.267.274	358.759	33.761	320.167	(91.930)	(334.340)	4.553.691	4.309.962
Total	7.716.977	607.260	60.778	467.506	(122.745)	(575.945)	8.153.831	7.502.106

Notas Explicativas da Administração às demonstrações contábeis consolidadas

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(i) Ações fiscais

A CAIXA, como instituição cumpridora regular das obrigações fiscais e tributárias que repercutem sobre suas atividades, operações e serviços, discute em sede judicial a legitimidade dos parâmetros de cobrança levados a efeito por órgãos fazendários dos diversos entes da Federação, de acordo com a especificidade ínsita a cada caso.

As provisões constituídas sob avaliação de risco provável com base em pareceres dos assessores jurídicos se referem a ações sobre tributos e contribuições. A CAIXA acompanha regularmente o ciclo das ações judiciais em andamento, as quais, a médio e longo prazo, poderão apresentar desdobramentos favoráveis à instituição com a reversão das respectivas provisões.

Destacam-se, neste tomo, as autuações do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) para o recolhimento de contribuições previdenciárias sobre pagamentos a empregados da CAIXA, em que se discute o caráter indenizatório e não remuneratório de algumas verbas, tais como auxílio alimentação, APIP e licença prêmio, cujos valores, reposicionados para 30/06/2017, correspondem ao total de R\$ 1.566.107 (31/12/2016 – R\$ 1.546.733; 30/06/2016 – R\$ 1.518.335), para as quais a provisão constituída com base no histórico de êxito e do cenário jurisprudencial, considerados em recente análise técnica e jurídica acerca da matéria, é de R\$ 13.811 (31/12/2016 – R\$ 13.613; 30/06/2016 – R\$ 11.997).

Em relação ao ISSQN, a CAIXA aplica as diretrizes da Lei Complementar Federal nº 116/2003, em adequação de seus sistemas e procedimentos para apuração da base de cálculo e recolhimento do tributo sobre serviços prestados.

Não obstante, as fiscalizações tributárias de municípios diversos da federação autuaram a instituição sob a alegação de falta de recolhimento ou recolhimento a menor, instaurando discussão a partir de interpretação distinta de aspectos como materialidade, alíquotas aplicáveis e local de incidência do tributo, cujo valor total, em 30/06/2017, corresponde ao montante de R\$ 677.029 (31/12/2016 – R\$ 657.331; 30/06/2016 – R\$ 634.380).

Em face do histórico de êxito e do cenário jurisprudencial, avaliados em análise técnica e jurídica acerca da matéria, na posição de 30/06/2017, o valor da provisão constituída é de R\$ 117.893 (31/12/2016 – R\$ 94.213; 30/06/2016 – R\$ 87.820).

Ainda, como destaque, a CAIXA vem discutindo a materialidade de débitos de CSLL e de IRPJ decorrentes de não homologação de PER/DCOMP, que, em 30/06/2017, totalizam R\$ 6.604 (31/12/2016 – R\$ 2.735; 30/06/2016 – R\$ 8.120), em referência a questões procedimentais, no que, com base nos pronunciamentos jurisdicionais sobre cada matéria, a análise dos consultores foi pela constituição da provisão integral do valor.

(ii) Ações trabalhistas

A CAIXA é parte passiva em ações ajuizadas por empregados, ex-empregados próprios ou de prestadoras de serviços e sindicatos, relacionadas com a atividade laboral, planos de cargos, acordos coletivos, indenizações, benefícios, aposentadorias, subsidiariedade, entre outros.

Em 30/06/2017, constavam 62.267 processos trabalhistas provisionados, sendo 58.593 “não relevantes” e 3.674 “relevantes”.

Visando reduzir o litígio judicial e diminuir os valores despendidos nos processos, a CAIXA continua executando sua política de conciliação judicial e extrajudicial, realiza o cumprimento espontâneo de certas decisões judiciais e faz a análise das perdas incorridas a fim de mitigar novos litígios de causas semelhantes. Em virtude disto, as ações relevantes não são individualmente divulgadas para não inviabilizar a realização de acordos.

Notas Explicativas da Administração às demonstrações contábeis consolidadas

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(iii) Ações cíveis

A CAIXA é parte passiva em ações cíveis de natureza indenizatória/contratual relativas a seus produtos, serviços e atendimento. Em 30/06/2017, constavam 334.602 processos cíveis provisionados, sendo aproximadamente 332.570 “não relevantes” e 2.032 “relevantes”.

Destacam-se demandas que contestam o expurgo de indexadores de planos econômicos, como parte da política econômica do governo federal no combate aos índices inflacionários no passado, quando da correção de saldos em depósitos em cadernetas de poupança.

A CAIXA cumpriu a ordem legal vigente à época, entretanto, considerando as ações efetivamente notificadas e a análise da jurisprudência atual do Superior Tribunal de Justiça – STJ, em 30/06/2017, foi provisionado R\$ 1.533.616 para estes processos (31/12/2016 – R\$ 1.445.236; 30/06/2016 – R\$ 1.229.092).

Cabe ressaltar que o direito a novas postulações encontra-se prescrito, caracterizando a inexistência de passivo potencial representativo. O Supremo Tribunal Federal – STF suspendeu a análise de todos os recursos interpostos até que seja proferida, por essa Corte, decisão vinculativa a todos os casos relacionados que discutam esta matéria.

Também são significativos os processos que visam reparação de danos envolvendo o contingenciamento de repasses de recursos do FGTS. O valor provisionado, em 30/06/2017, para estes processos foi de R\$ 861.289 (31/12/2016 – R\$ 871.346; 30/06/2016 – R\$ 877.123).

As ações indenizatórias de perdas e danos se referem a eventuais problemas ocorridos no atendimento bancário, na prestação de serviços ou na aquisição/manutenção de algum produto.

Em 2017, até 30/06, a CAIXA realizou 15.390 acordos processuais (62% referentes a ações indenizatórias e 38% referentes a recuperações de Crédito) reduzindo o montante que seria despendido caso persistisse a condenação judicial e oportunizando ao cliente uma solução rápida para o problema. Além disto, continua executando sua política de conciliação judicial e extrajudicial, realizando o cumprimento espontâneo de decisões judiciais e analisando perdas incorridas a fim de mitigar novos litígios de causas semelhantes.

(b) Risco possível

Com base na Resolução CMN nº 3.823/2009, as contingências classificadas como de perdas possíveis são dispensadas de constituição de provisão:

Descrição	30/06/2017	31/12/2016	30/06/2016
Demandas fiscais	5.986.551	5.890.434	5.776.733
Demandas cíveis	2.044.001	1.996.985	1.989.820
Total	8.030.552	7.887.419	7.766.553

(i) Ações fiscais

A CAIXA mantém acompanhamento de processos fiscais administrativos e judiciais em que figura como polo passivo ou ativo e, sob o amparo dos pareceres de suas unidades jurídicas, classificou como risco de perda possível processos que totalizam o valor de R\$ 5.986.551 em 30/06/2017 (31/12/2016 – R\$ 5.890.434; 30/06/2016 – R\$ 5.776.733), dentre os quais se destacam as seguintes demandas em razão dos valores em discussão:

a) O montante de R\$ 92.604 em 30/06/2017 (31/12/2016 – R\$ 89.730; 30/06/2016 – R\$ 86.266), refere-se a uma execução fiscal na qual o FNDE – Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação alega o não recolhimento, na época própria, da contribuição de natureza tributária, conforme apurado em notificação fiscal de lançamento de débito;

b) Autuação de PIS/PASEP, no valor total de R\$ 4.838.591 em 30/06/2017 (31/12/2016 – R\$ 4.771.962; 30/06/2016 – R\$ 4.695.766), pautada em insuficiência no recolhimento relativo ao período de janeiro de 1991 a dezembro de 1995, ao tempo da vigência dos Decretos-Leis nº 2.445/1988 e nº 2.449/1988, que alteraram a sistemática de cálculo da contribuição, e suposta compensação indevida de recolhimentos efetuados a maior no período de janeiro de 1992 a maio de 1993;

Notas Explicativas da Administração às demonstrações contábeis consolidadas

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

c) Autuação de PIS/PASEP, no valor total de R\$ 218.863 em 30/06/2017 (31/12/2016 – R\$ 215.203; 30/06/2016 – R\$ 211.018), com base em apuração de diferenças de base de cálculo para recolhimento relativo ao período de janeiro de 1996 a dezembro de 1998, e janeiro a outubro de 1999, decorrente de exclusão ou não inclusão de receitas e cômputo de despesas consideradas indevidas e não dedutíveis sobre a base tributável, respectivamente;

d) CSLL, no valor de R\$ 170.112 em 30/06/2017 (31/12/2016 – R\$ 165.782; 30/06/2016 – R\$ 160.791), relativa a crédito oriundo de pagamento a maior declarado em DIPJ e compensado no exercício de 2003, havendo discussão quanto a questões procedimentais; e

e) Autuação de ICMS (Fazenda do Estado de São Paulo), no valor total de R\$ 257.427 em 30/06/2017 (31/12/2016 – R\$ 248.609; 30/06/2016 – R\$ 240.248), sobre a qual se discute a exigência do imposto diante da não retenção e recolhimento na fonte sobre serviços enquadrados pela fiscalização no conceito de “comunicação” para efeitos fiscais e tributários, e ainda, a determinação de sujeição passiva por responsabilidade tributária mediante convênio do Conselho Nacional de Política Fazendária (CONFAZ).

As matérias relacionadas aos processos contingentes em discussão são monitoradas sob a perspectiva de eventual sedimentação ou modificação do cenário jurisprudencial, possibilitando a manutenção como decorrência de avaliação contínua por parte da CAIXA das respectivas classificações de risco.

(ii) Ações cíveis

A CAIXA, com base na opinião de seus advogados, acompanha sistematicamente todos os processos com classificação de risco possível ou remoto.

No montante de R\$ 2.044.001 (31/12/2016 – R\$ 1.996.985; 30/06/2016 – R\$ 1.989.820) merece destaque como probabilidade de perda possível, uma ação popular na qual se alega a prática de ilegalidade por parte da CAIXA na gestão de recursos provenientes do PREVHAB, quando da sucessão do BNH. E uma Ação Civil Pública de Planos Econômicos de Poupança movida pela associação PROJUST na qual a CAIXA moveu ação rescisória questionando a legitimidade da associação. As execuções vinculadas a esta ACP encontram-se suspensas por decisão do STJ.

(c) Composição dos depósitos judiciais:

Os saldos dos depósitos em garantia constituídos para as causas judiciais passivas prováveis, possíveis e/ou remotas:

Descrição	30/06/2017	31/12/2016	30/06/2016
Demandas fiscais	11.340.186	10.999.076	10.391.292
Demandas cíveis	983.171	975.694	922.238
Demandas trabalhistas	3.766.850	3.442.968	3.182.463
Total (Nota 9 (b))	16.090.207	15.417.738	14.495.993

Nota 31 – Partes relacionadas**(a) Entidade Controladora**

A CAIXA é uma instituição financeira sob a forma de empresa pública, vinculada ao Ministério da Fazenda, cujo capital social foi exclusivamente integralizado pela União. Dessa forma, encontra-se sob controle direto da Secretaria do Tesouro Nacional - STN.

Notas Explicativas da Administração às demonstrações contábeis consolidadas

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(b) Partes Relacionadas

Considerando a existência de transações com partes relacionadas no período coberto pelas demonstrações contábeis, abaixo é apresentada a natureza do relacionamento da CAIXA com essas entidades:

Entidade	Relacionamento
Secretaria do Tesouro Nacional – STN	Controladora Direta
CAIXA Participações S.A. – CAIXAPAR (1)	Controlada Direta
CAIXA Seguridade (1)	
CAIXA Instantânea (1)	
Banco PAN S.A.	Controladas em Conjunto Indiretas (Joint Venture)
Capgemini S.A.	
ELO Serviços S.A.	
Tecnologia Bancária S.A. - TECBAN	
CAIXA Seguros Holding S.A. (2)	Coligada Indireta
Cia Brasileira de Securitização - CIBRASEC	
Fundação dos Economistas Federais - FUNCEF	Plano de Benefícios Pós-Emprego

- (1) As transações realizadas com estas entidades são eliminadas quando da elaboração das demonstrações contábeis consolidadas da CAIXA, visto que são integrantes do consolidado.
- (2) Entidade constituída com o objetivo de controlar as empresas do Grupo CAIXA Seguros que apresenta a seguinte composição: CAIXA Seguros Participações Societárias Ltda., CAIXA Seguradora S.A., CAIXA Vida e Previdência S.A., CAIXA Capitalização S.A., CAIXA Administradora de Consórcios S.A., CAIXA Seguros Especializada em Saúde S.A., CAIXA Seguros Assessoria e Consultoria Ltda., CAIXA Seguros Participações do Sul Ltda. e Companhia de Seguros Previdência do Sul S.A.

(c) Transações com partes relacionadas

As transações com partes relacionadas são realizadas no curso das atividades operacionais da CAIXA e de suas atribuições estabelecidas em regulamentação específica.

O Código de Conduta dos Empregados e Dirigentes da CAIXA veda aos seus empregados e dirigentes estabelecer relações comerciais ou profissionais, diretamente ou por terceiros, com seus controladores e empresas do mesmo grupo econômico.

A CAIXA mantém transações diversas com a CAIXA Seguros Holding, incluindo suas investidas, mencionadas no rodapé do quadro (b) – Partes Relacionadas. Destaca-se a disponibilização de sua rede de atendimento para comercialização, por partes das referidas investidas, de seguros, títulos de capitalização, planos de previdência e consórcios. Além disso, em contrapartida, a CAIXA presta serviços bancários diversos para essas partes relacionadas, tais como manutenção de contas de depósito, aplicações financeiras e convênios de arrecadação e pagamento.

Com relação às transações realizadas com o Banco PAN, destaca-se, dentre outras, a manutenção de acordo operacional que estabelece um limite reutilizável para aquisição de carteiras de crédito e para aplicações em depósitos interfinanceiros.

A CAIXA mantém com a Capgemini contratos de prestação de serviços em tecnologia da informação, voltados para o desenvolvimento de soluções corporativas para uso próprio. Com a TECBAN, a CAIXA mantém contratos de prestação de serviços voltados para a utilização de caixas eletrônicos. Em 30/06/2017, o montante dos numerários da CAIXA em poder da TECBAN era de R\$ 1.623.101 (31/12/2016 – R\$ 2.237.473; 31/06/2016 – R\$ 1.292.776). A ELO presta à CAIXA serviços relacionados a soluções e meios de pagamento. A CAIXA mantém contratos de prestação de serviços bancários e de locação de imóveis de propriedade da FUNCEF.

No curso de suas operações, a CAIXA gera valores a receber de seu Controlador, que, em 30/06/2017, totalizavam R\$ 2.397.863 (31/12/2016 – R\$ 2.146.935; 30/06/2016 – R\$ 3.181.949). Parte representativa desse montante é constituída por saldos relativos a operações antigas, para os quais a Administração da CAIXA está em tratativas com a Secretaria do Tesouro Nacional com a finalidade de quitação dos valores envolvidos.

Notas Explicativas da Administração às demonstrações contábeis consolidadas

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

O quadro a seguir apresenta os saldos patrimoniais decorrentes de transações com partes relacionadas, considerando a natureza do relacionamento com essas entidades. O grupo "Outras entidades" é composto pela FUNCEF e pela CIBRASEC:

Descrição	30/06/2017			31/12/2016			30/06/2016		
	Controladora	Controladas em conjunto	Outras entidades	Controladora	Controladas em conjunto	Outras entidades	Controladora	Controladas em conjunto	Outras entidades
ATIVO:	2.397.863	33.032.548	2.393.370	2.146.935	32.566.753	2.386.583	3.181.949	28.016.301	-
Aplicações em depósitos interfinanceiros	-	10.710.770	-	-	11.229.180	-	-	11.105.714	-
Títulos e Valores Mobiliários	-	-	2.393.370	-	-	2.386.583	-	-	-
Rendas a receber	1.245.392	14.322	-	1.017.098	18.565	-	2.081.141	19.090	-
Operações de crédito - Setor Público (1)	159.261	-	-	184.413	-	-	210.051	-	-
Operações de crédito - Setor Privado	-	18.929.114	-	-	18.746.764	-	-	16.873.923	-
Outros créditos	993.210	3.308.521	-	945.424	2.506.533	-	890.757	-	-
Outros valores e bens	-	69.821	-	-	65.711	-	-	17.574	-
PASSIVO:	36.816.283	1.424.744	8.474.698	37.024.943	1.360.099	9.040.659	37.655.504	1.661.881	3.354.443
Depósitos	447.449	39.411	1.406	347.121	24.699	703	475.125	44.294	1.805
Captações no mercado aberto	-	-	-	-	-	-	-	320.167	-
Repasses do país - instituições oficiais	34.533.145	-	-	34.536.310	-	-	34.632.904	-	-
Obrigações por fundos e programas sociais	611.781	-	-	305.014	-	-	127.651	-	-
Obrigações por fundos financeiros e de desenvolvimento	1.162.165	-	-	1.783.353	-	-	2.372.149	-	-
Obrigações diversas	61.743	1.385.333	8.473.292	53.145	1.335.400	9.039.956	47.675	1.297.420	3.352.638

(1) Valor do grupo Controladora alterado em decorrência de atualização de sua composição. O valor divulgado em 31/12/2016 foi R\$ 13.980 e em 30/06/2016 foi R\$ 25.107.

Notas Explicativas da Administração às demonstrações contábeis consolidadas

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

O quadro a seguir apresenta os saldos que compõem o resultado decorrentes de transações com partes relacionadas, demonstrados considerando a natureza do relacionamento com essas entidades. O grupo "Outras entidades" é composto pela FUNCEF e pela CIBRASEC:

Descrição	2º trimestre - 2017			1º semestre - 2017			2º trimestre - 2016			1º semestre - 2016		
	Controladora	Controladas em conjunto	Outras entidades	Controladora	Controladas em conjunto	Outras entidades	Controladora	Controladas em conjunto	Outras entidades	Controladora	Controladas em conjunto	Outras entidades
RECEITAS:	50.036	669.742	-	120.056	1.379.882	-	43.390	654.191	-	78.251	1.080.814	-
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários	-	342.572	-	-	722.105	-	-	377.131	-	-	721.063	-
Rendas prestação serviços	27.636	180.461	-	72.266	354.071	-	17.534	121.987	-	28.068	204.678	-
Outras receitas operacionais	22.400	146.709	-	47.790	303.706	-	25.856	155.073	-	50.183	155.073	-
DESPESAS:	(1.106)	(381.200)	(426.202)	(2.308)	(739.099)	(910.325)	(1.194)	(301.813)	(336.249)	(2.350)	(597.281)	(568.161)
Operações de captação no mercado	-	(101)	-	-	(204)	-	-	(933)	-	-	(1.192)	-
Pessoal	-	-	(210.715)	-	-	(446.108)	-	-	(238.995)	-	-	(454.267)
Administrativas	-	-	(17.907)	-	-	(35.704)	-	-	(16.838)	-	-	(33.478)
Operações de venda ou de transferência de ativos financeiros	-	-	(197.580)	-	-	(428.513)	-	-	(80.416)	-	-	(80.416)
Outras despesas operacionais	(1.106)	(381.099)	-	(2.308)	(738.895)	-	(1.194)	(300.880)	-	(2.350)	(596.089)	-

Notas Explicativas da Administração às demonstrações contábeis consolidadas

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(d) Remuneração do pessoal-chave da administração

Os custos com remunerações e outros benefícios atribuídos ao pessoal-chave da administração (Conselho de Administração, Conselho Fiscal, Conselho Diretor e Comitê de Auditoria) são apresentados como segue:

Descrição	2017		2016	
	2º trimestre	1º semestre	2º trimestre	1º semestre
Benefícios de curto prazo	7.633	16.700	12.927	20.216
Proventos	5.500	12.017	9.721	15.068
Encargos Sociais	2.133	4.683	3.206	5.148

Descrição	30/06/2017 (valores em R\$)		31/12/2016 (valores em R\$)		30/06/2016 (valores em R\$)	
	Administrador	Empregado	Administrador	Empregado	Administrador	Empregado
Maior salário	56.196	44.253	56.196	42.903	53.266	36.886
Salário médio	45.244	8.904	45.346	8.925	42.982	8.218
Menor salário	41.867	2.624	41.867	2.624	39.685	2.429
Benefícios	5.769	3.967	5.835	2.983	5.500	2.796

A CAIXA não possui remuneração variável baseada em ações e outros benefícios de longo prazo e não oferece benefícios pós-emprego aos seus administradores. Os benefícios pós-emprego estão restritos aos funcionários do quadro da CAIXA.

Nota 32 – Benefícios a empregados**(a) Composição da provisão para benefícios a empregados**

As provisões para benefícios a empregados contemplam as expectativas de despesas no curto prazo e no período pós-emprego. As provisões de curto prazo são direcionadas a liquidação de despesas de natureza salarial e de participação dos empregados nos lucros. Quanto às provisões para benefícios pós-emprego, referem-se às expectativas (cálculos atuariais) de despesas com os planos de aposentadoria, pensão, assistência à saúde e Auxílio e cesta-alimentação sob responsabilidade da CAIXA.

A tabela abaixo apresenta a composição dessas provisões:

Descrição	30/06/2017	31/12/2016	30/06/2016
Benefícios de curto prazo	3.704.120	3.025.456	3.440.420
Natureza salarial	3.082.005	2.641.734	3.067.175
Participação dos empregados no lucro	622.115	383.722	373.245
Benefícios pós-emprego (Nota 18 (e))	24.713.572	22.816.082	20.062.102
Saúde CAIXA (cálculo atuarial (g.1))	14.496.623	13.541.692	14.696.873
Auxílio e cesta-alimentação (cálculo atuarial (g.2))	1.376.451	1.331.503	1.236.705
Planos de benefícios – Previdência Privada	8.840.498	7.942.887	4.128.524
Total	28.417.692	25.841.538	23.502.522

(b) Benefícios de curto prazo:

As provisões relacionadas com benefícios de curto prazo são compostas predominantemente por salários a pagar, 13º salário, férias, licença prêmio, abono assiduidade e participação dos empregados nos lucros, vencíveis no curso de até doze meses após o período a que se referem as demonstrações contábeis.

Notas Explicativas da Administração às demonstrações contábeis consolidadas

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(c) Benefícios pós-emprego:

A CAIXA é patrocinadora de planos de aposentadoria, pensão, saúde complementar e auxílio/cesta alimentação. Esses benefícios são disponibilizados a seus empregados, dirigentes, aposentados e pensionistas em decorrência das relações de trabalho ou da sucessão, em direitos e obrigações, de outras entidades (situação do extinto Banco Nacional de Habitação – BNH).

(d) Gestão dos planos, estrutura organizacional e governança corporativa

Em relação aos planos de aposentadoria e pensão patrocinados pela CAIXA, sua administração é realizada pela Fundação dos Economistas Federais – FUNCEF, entidade fechada de previdência complementar, sem fins lucrativos e com autonomia administrativa e financeira, criada com base na Lei nº 6.435/1977 (revogada pela Lei Complementar nº 109/2001).

A fundação é regida pela legislação específica do setor (<http://www.previdencia.gov.br/a-previdencia/previc/legislacao-da-previdencia-complementar/>), por seu Estatuto, pelos regulamentos dos Planos de Benefícios e por atos de gestão, a exemplo do Código de Conduta Corporativa e do Código de Melhores Práticas de Governança Corporativa (www.funcef.com.br).

A FUNCEF apresenta na sua estrutura organizacional Conselho Deliberativo, Diretoria Executiva e Conselho Fiscal, em conformidade com a Lei Complementar nº 108/2001, sendo os dois primeiros órgãos de administração e o último de controle interno.

O Conselho Deliberativo é o órgão máximo da estrutura organizacional da FUNCEF. Tem como função principal deliberar sobre o Plano de Custeio da Fundação, sobre as alterações no Estatuto nos planos de benefícios. Também avalia os balancetes trimestrais, o balanço anual e a prestação de contas da empresa, analisando e aprovando seus conteúdos e pareceres. Formado por seis membros - três indicados pela Patrocinadora e três pelos participantes.

O Conselho Fiscal é responsável pelo exame de contas, livros e registros. Emite pareceres sobre balanços, contas, atos econômico-financeiros e demonstrativos. Examina o cumprimento, por parte da administração, de seus deveres legais e estatutários. É composto por quatro membros.

A Diretoria Executiva tem como missão executar os atos provenientes do Conselho Deliberativo e de seu Regimento Interno; autorizar serviços e decidir sobre bens; aprovar balancetes, prestar contas; decidir planos e critérios necessários à administração; deliberar acordos que envolvam responsabilidade econômico-financeira e aprovar convênios destinados aos associados.

Os três órgãos possuem regimento interno e têm suas obrigações, competências, composição e critérios relacionados aos mandatos definidos no Estatuto da FUNCEF.

No Estatuto também estão previstos Comitês de Assessoramento Técnico, vinculados ao Conselho Deliberativo, e com seus regimentos internos aprovados por este órgão. Com o objetivo de subsidiar os trabalhos dos três órgãos estatutários, os Comitês de Investimentos, de Benefícios, de Ética e de Qualidade das Informações Contábeis e de Auditoria são compostos por integrantes indicados pelo Conselho Deliberativo, pela Patrocinadora CAIXA e pela Diretoria Executiva.

Quanto aos planos de saúde complementar, auxílio/cesta alimentação e Assistidos PREVHAB, são diretamente administrados pela CAIXA.

(e) Riscos atuariais

Entre os demais riscos relevantes aos quais a CAIXA está exposta, há o risco atuarial, proveniente da condição de patrocinadora de Planos de Previdência geridos pela Fundação dos Economistas Federais – FUNCEF (REG/REPLAN, REB e Novo Plano), de Plano de Saúde (Saúde Caixa) e de auxílio alimentação, além do EX-PREVHAB administrado pela CAIXA.

O conceito de risco atuarial pode ser caracterizado pela impossibilidade de acumular e/ou manter recursos compatíveis com os compromissos assumidos com os participantes de um Fundo de Pensão, com os beneficiários de planos de saúde e de outros benefícios.

O risco atuarial surge, especialmente, da inadequação de hipóteses e premissas atuariais estabelecidas, que podem trazer volatilidade aos Planos de Benefícios.

Notas Explicativas da Administração às demonstrações contábeis consolidadas

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

A CAIXA considera o risco atuarial como um risco de pilar 2 relevante e, por esse motivo, revisou a metodologia do modelo de risco atuarial, dimensionando adequadamente a abrangência das premissas adotadas, a volatilidade dos ativos e a variação do passivo atuarial. O modelo foi validado pelas instâncias internas e encontra-se implementado.

(f) Estratégia de confrontação de ativos/passivos

Somente os Planos de Previdência geridos pela FUNCEF (REG/REPLAN, REB e Novo Plano), possuem ativos financeiros para cobertura dos riscos atuariais.

Conforme estabelece a Resolução CMN nº 3.792/2009, para a determinação da meta de alocação dos recursos garantidores dos planos de benefícios por segmento de investimento, a FUNCEF utiliza modelo próprio de gestão integrada de ativos e passivos, do inglês *Asset Liability Management (ALM)*, que utiliza cenários estocásticos para evolução de ativos e passivos, considerando desde cenários pessimistas até cenários otimistas construídos a partir dos cenários aprovados pela Diretoria Executiva com amplo debate em comitês de assessoramento técnico e de investimentos – que conta com representantes de entidades representativas dos participantes, patrocinadora e FUNCEF. Esse modelo busca minimizar o risco dos planos de benefícios com rentabilidade esperada para cinco anos superando a meta atuarial acumulada mais de 1% a.a., considerando as características individuais dos planos, tais como pagamentos de benefícios, recebimentos de contribuições, capital comprometido, fluxo de recebimento de ativos e liquidez necessária.

Com relação a gestão do passivo atuarial, e o gerenciamento de risco a ele associado para fins de projeções futuras destinadas ao ALM, é utilizada metodologia estocástica, em que são geradas diversas simulações do passivo atuarial com variações simultâneas em todas as premissas previamente estabelecidas, utilizando-se o sistema SAS. Os fluxos estocásticos consideram variações sobre as principais hipóteses atuariais, quais sejam:

- Variáveis econômicas de taxa real de juros e de crescimento real dos salários de participação;
- Variáveis biométricas e demográficas de sobrevivência ou morte do participante válido (ativo ou assistido), sobrevivência ou morte do participante inválido, sobrevivência ou morte do cônjuge, permanência do participante como válido ou entrada deste em invalidez, e rotatividade do participante.

(g) Planos de benefícios - detalhamento**(g.1) Plano de Saúde – Saúde CAIXA e PAMS**

O Saúde CAIXA é o programa de assistência à saúde instituído pela CAIXA, sob a modalidade de autogestão. Tem por finalidade o atendimento médico, hospitalar, laboratorial, radiológico, odontológico, psicológico, fisioterápico, terapêutico ocupacional, serviço social, fonoaudiológico e nutricional aos titulares e seus respectivos dependentes. São titulares deste plano, os empregados da CAIXA e os aposentados vinculados a FUNCEF, PREVHAB, SASSE, Fundo PMPP ou INSS.

O custeio do Plano Saúde CAIXA, de responsabilidade da CAIXA, é realizado através de contribuições equivalentes a 70% das despesas assistenciais. O beneficiário titular, por sua vez, participa financeiramente com 30% das despesas assistenciais, mediante mensalidade de 2% sobre a remuneração base, pelo grupo familiar, mais co-participação de 20% sobre a utilização da assistência, limitado ao teto de co-participação, e mensalidade por dependente indireto inscrito.

O PAMS é um benefício concedido pela CAIXA aos titulares e respectivos dependentes que se encontram sob liminar judicial pendentes de julgamento e ações judiciais. Foi instituído pela CAIXA e é por ela administrado, sob a modalidade de autogestão, oferecendo cobertura médica, hospitalar, odontológica e psicológica, com atendimento por uma rede de credenciados, em âmbito nacional, obedecidas às normas e a Tabela do PAMS.

O montante da provisão atuarial obtido pelo cálculo a valor presente de todos os fluxos de despesas assistenciais relativos aos atuais e futuros aposentados e pensionistas é de R\$ 14.496.623 (31/12/2016 – R\$ 13.541.692; 30/06/2016 – R\$ 14.696.873).

Notas Explicativas da Administração às demonstrações contábeis consolidadas

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(g.2) Auxílio e cesta-alimentação

A CAIXA oferece aos empregados e dirigentes o Auxílio e cesta-alimentação na forma da legislação vigente e do Acordo Coletivo de Trabalho. Os resultados atuariais apresentados, relativos ao Auxílio e cesta-alimentação, referem-se somente aos benefícios concedidos aos participantes assistidos que possuem direito na data da avaliação.

O Auxílio e cesta-alimentação são benefícios pagos exclusivamente aos aposentados e pensionistas mediante determinação judicial, acordo judicial ou extrajudicial. No 1º semestre de 2017 foram concedidos 319 novos benefícios (1º semestre de 2016 foram 433).

Os valores mensais do Auxílio e cesta-alimentação são definidos em setembro de cada ano. Para o período de setembro de 2016 a agosto de 2017 o valor do auxílio-alimentação/refeição é de R\$ 717,29 para aquisição de refeições prontas em restaurantes e similares. O Auxílio e cesta-alimentação para o período de setembro de 2016 a agosto de 2017 é de R\$ 565,28 para a aquisição de gêneros alimentícios em supermercados ou em estabelecimento comercial do mesmo gênero. Têm caráter indenizatório, e não são considerados como verba salarial. Portanto, não incidem encargos nem para a parte empregadora nem para a parte empregada.

O montante da provisão atuarial obtido pelo cálculo a valor presente de todos os fluxos de despesas relativos aos atuais e futuros aposentados e pensionistas com Auxílio e cesta-alimentação é de R\$ 1.376.451 (31/12/2016 – R\$ 1.331.503; 30/06/2016 – R\$ 1.236.705).

(g.3) Plano de benefícios - Assistidos PREVHAB

Por força do Decreto nº 2.291/1986, o Banco Nacional de Habitação –BNH foi extinto e a CAIXA passou a sucedê-lo em todos os direitos e obrigações, inclusive aquelas decorrentes da relação de trabalho dos empregados do referido Banco.

Dentre as obrigações herdadas pela CAIXA em relação aos empregados do BNH, estava a manutenção da Associação de Previdência dos Empregados do BNH – PREVHAB, Fundo de Pensão responsável por complementar os benefícios previdenciários dos empregados do BNH.

Visando a absorção da PREVHAB pela Fundação dos Economiários Federais – FUNCEF ou a transferência dos beneficiários daquela para esta, observadas as normas de direito privado aplicáveis às respectivas situações, foram estudadas e realizadas pela CAIXA/FUNCEF estratégias previdenciais, entretanto, por não concordarem com a proposta da CAIXA ou não reunirem as condições estabelecidas, 65 assistidos permanecem recebendo os proventos da CAIXA.

Dada a característica do Plano, o Ativo Líquido será integralizado pela Patrocinadora no mesmo montante da obrigação.

(g.4) Planos de previdência – Previdência complementar

A CAIXA adotou o conceito de Compartilhamento de Riscos (*Risk Sharing*) para todos os planos, considerando que o Passivo Atuarial deverá ser custeado 50% pela Patrocinadora e 50% pelos Participantes. Ressaltamos que a adoção do compartilhamento de risco é de responsabilidade da CAIXA, tendo esta efetuado todas as análises necessárias para a sua conceituação técnica.

Notas Explicativas da Administração às demonstrações contábeis consolidadas

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

A seguir apresentamos os benefícios assegurados aos participantes e assistidos de cada plano:

Benefícios assegurados	REG/REPLAN		REB	Novo Plano
	Saldado	Não saldado		
Suplementação de aposentadoria por tempo de serviço	-	Sim	-	-
Suplementação de aposentadoria por invalidez	-	Sim	-	-
Suplementação de aposentadoria por idade	-	Sim	-	-
Suplementação de aposentadoria especial	-	Sim	-	-
Suplementação de pensão por morte	-	Sim	-	-
Suplementação de abono anual	-	Sim	-	-
Auxílio funeral	-	Sim	-	-
Institutos de autopatrocínio, benefício proporcional diferido, portabilidade e resgates	-	Sim	Sim	Sim
Benefício programado pleno	Sim	-	-	Sim
Benefício programado antecipado	Sim	-	-	Sim
Benefício por invalidez	Sim	-	-	Sim
Abono anual	Sim	-	Sim	Sim
Benefício único antecipado	Sim	-	-	Sim
Pensão por morte	Sim	-	Sim	Sim
Pecúlio por morte	Sim	-	Sim	Sim
Renda vitalícia por tempo de contribuição	-	-	Sim	-
Renda vitalícia por aposentadoria por invalidez do participante licenciado	-	-	Sim	-
Renda vitalícia por aposentadoria por invalidez	-	-	Sim	-

- **REG/REPLAN**

A CAIXA patrocina o Plano de Benefícios REG/REPLAN, administrado pela FUNCEF, estruturado na modalidade Benefício Definido. Este plano foi aprovado por órgão competente em 17 de maio de 1977, tendo seu início operacional em 01 de agosto de 1977. O plano agrega os regulamentos instituídos em 1977 (REG) e 1979 (REPLAN), considerados como um só plano.

O referido plano teve saldamento de benefícios definido por meio de alterações em seu regulamento, sendo esta alteração regulamentar ocorrida em 14 de junho de 2006. Tal procedimento implica que o valor do Benefício Saldado, calculado e reajustado com base no Índice do Plano, com a desvinculação do Salário de Participação e da concessão e manutenção por Órgão Oficial da Previdência, implicando no cancelamento da Contribuição Normal para este Plano e na adesão no caso do Ativo, a outro Plano de Benefícios oferecido pela Patrocinadora.

A exemplo do ocorrido na modificação dos planos anteriores, inclui institutos fixados pela Lei Complementar nº 109/2001, tais como: a garantia de condições de resgate e portabilidade do saldo da conta individual de participante.

Em relação ao plano de custeio do REG/REPLAN, definido como o cálculo elaborado pelo atuário responsável pelo plano que define o nível de contribuição necessário à constituição das reservas garantidoras de benefícios, fundos, provisões e à cobertura das demais despesas do plano de benefícios, visando seu equilíbrio atuarial, este definirá os percentuais de contribuição a serem praticados no Plano e será segregado entre optantes e não optantes pelo saldamento, com revisão de periodicidade mínima anual, conforme regulamento do plano (disponível em: www.funcef.com.br/).

Notas Explicativas da Administração às demonstrações contábeis consolidadas

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Devido ao Plano de Previdência REG/REPLAN saldado, patrocinado pela CAIXA, ter registrado em 2014 seu terceiro ano consecutivo de déficit técnico acumulado, foi aprovado pela Administração o plano para equacionamento, que segue a regra aprovada pelo Conselho Nacional de Previdência Complementar (CNPc) em 25 de novembro último e efetivada pela Resolução MPS/CNPc nº 22/2015 publicada no Diário Oficial de 3 de dezembro de 2015.

A CAIXA, conforme regulamento do próprio plano e Leis Complementares nº 108/2001 e nº 109/2001, arca paritariamente com os participantes do referido plano o déficit acumulado objeto do plano de equacionamento.

O montante a ser aportado pela CAIXA, atualizado para a data base de 30/06/2017, totaliza R\$ 1.190.847 sendo que o prazo de amortização estabelecido é de 17,4 anos ou 208 meses. Até 30/06/2017, a CAIXA efetuou pagamentos à FUNCEF relativos ao referido equacionamento no montante de R\$ 62.539.

Especificamente em relação ao plano REG/REPLAN – Modalidade Saldado, em função das disposições do referido Pronunciamento, a CAIXA mantém provisionado, em 30/06/2017 o montante de R\$ R\$ 8.618.896 (31/12/2016 - R\$ 7.654.277 - 30/06/2016 – 3.883.139), para fazer face ao déficit atuarial levantado para o referido plano.

Dessa forma, em detrimento do fato de haver perspectiva de elevação de despesas correntes (contribuições extraordinárias a FUNCEF), o montante de provisão atuarial previamente constituído pela CAIXA, nos termos do Pronunciamento Técnico CPC 33 (R1), é suficiente para suportar a necessidade de desembolsos futuros relacionados ao plano de equacionamento do déficit técnico levantado pela FUNCEF.

- **REB**

A CAIXA patrocina o Plano de Benefícios REB, administrado pela FUNCEF. O Plano de Benefícios REB foi aprovado por órgão competente em 05 de agosto de 1998, tendo seu início operacional nessa mesma data.

O REB é estruturado na modalidade de Contribuição Variável, sendo a contribuição normal do participante calculada mediante a aplicação de percentual incidente sobre o Salário de Participação, definido no ato de sua inscrição, não podendo ser inferior a 2% (dois por cento).

Diante de sua criação, foram interrompidas novas adesões ao REG/REPLAN e este foi oferecido aos empregados da CAIXA admitidos a partir de 1998. Em 04 de fevereiro de 2002, seu regulamento foi alterado para permitir a migração de participantes do REG/REPLAN para o REB, processo contestado por associados. Essa experiência influenciou o processo de elaboração da proposta do REG/REPLAN Saldado e da criação do Plano de Benefícios Novo Plano.

Conforme Ofício nº 160/2008/GENEP, o Plano de Benefícios REB que estava segregado virtualmente em REB 1998 e REB 2002, foi unificado.

Em relação ao plano de custeio do plano REB, definido como o cálculo que determina o nível das contribuições do patrocinador, dos participantes e dos assistidos, de forma a fixar o custo do plano de benefícios, este será estabelecido com periodicidade mínima anual, de forma a fixar adequadamente o nível das contribuições sociais devidas e dos custos administrativos, constando obrigatoriamente do resultado da avaliação atuarial do plano, conforme definido no regulamento do plano (disponível em: www.funcef.com.br/).

- **Novo Plano**

A CAIXA patrocina o Plano de Benefícios Novo Plano, administrado pela FUNCEF. Aprovado por órgão competente em 16 de junho de 2006, teve seu início operacional em 01 de setembro de 2006.

O Novo Plano é estruturado na modalidade de Contribuição Variável, com contribuição definida na fase de formação de reservas e benefício definido na etapa de recebimento de benefícios, bem como nos casos de benefícios de risco, como invalidez e pensão por morte. Inclui institutos fixados pela Lei Complementar nº 109/2001 – tais como a garantia de condições de resgate e portabilidade do saldo da conta individual de participante. Adota também nova base de contribuição, aumentando a parcela destinada pela CAIXA ao saldo de conta do associado. A contribuição normal do participante, calculada mediante a aplicação de percentual incidente sobre o Salário de Participação, definido no ato de sua inscrição, não podendo ser inferior a 5% (cinco por cento).

O custeio das despesas administrativas será de responsabilidade paritária entre Patrocinador, Participantes e Assistidos, devendo ser aprovado pela Diretoria Executiva e Conselho Deliberativo da FUNCEF, observados os limites e critérios estabelecidos pelo órgão regulador.

Notas Explicativas da Administração às demonstrações contábeis consolidadas

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

O plano de custeio do Novo Plano estabelecerá o nível de contribuição necessário à constituição das reservas garantidoras de benefícios, institutos, fundos, provisões e à cobertura das demais despesas, sendo aprovado pela Diretoria Executiva, submetido à deliberação do Conselho Deliberativo da FUNCEF e aprovação do patrocinador, em conformidade com critérios fixados pelo órgão regulador e fiscalizador, conforme regulamento do plano (disponível em: www.funcef.com.br/).

O plano de custeio terá periodicidade anual, mas poderá ser revisto a qualquer tempo se houver necessidade devidamente justificada pela FUNCEF e ocorrerá sob responsabilidade do patrocinador e participantes, inclusive assistidos.

A despesa administrativa da FUNCEF será custeada pelo patrocinador e participantes, inclusive assistidos, observado o limite e os critérios estabelecidos pelo órgão regulador e fiscalizador.

(h) Quantidade de participantes – benefícios pós-emprego:

Descrição	30/06/2017(1)			31/12/2016 (2)			30/06/2016(2)		
	Ativos	Assistidos	Total	Ativos	Assistidos	Total	Ativos	Assistidos	Total
Saúde CAIXA (incluindo dependentes)	92.904	59.885	152.789	93.246	59.649	152.895	96.120	56.335	152.455
Auxílio e cesta alimentação (aposentados e pensionistas)	-	15.678	15.678	-	15.153	15.153	-	14.501	14.501
Assistidos PREVHAB (aposentados e pensionistas)	-	65	65	-	65	65	-	66	66
REG/REPLAN saldado	17.598	38.877	56.475	20.726	36.422	57.148	22.542	34.629	57.171
REG/REPLAN não saldado	2.122	3.530	5.652	2.371	3.761	6.132	2.585	3.884	6.469
REB	7.063	757	7.820	7.063	757	7.820	7.420	654	8.074
Novo Plano	83.052	5.123	88.175	84.217	5.274	89.491	90.411	3.907	94.318

(1) Saúde Caixa e Auxílio e cesta-alimentação com posições de 31/03/2017; e PREVHAB, REG/REPLAN, REB e Novo Plano com posições de 30/04/2017.

(2) Conforme posições de 30/09/2016 e 30/09/2015, utilizadas para cálculo da obrigação de benefício definido.

(i) Avaliação atuarial dos planos de benefício

A empresa Deloitte Touche Tohmatsu foi contratada para realizar avaliação atuarial dos planos de benefícios patrocinados pela CAIXA. A referida avaliação atuarial contemplou os planos de benefícios Saúde CAIXA, Auxílio e Cesta Alimentação, Assistidos PREVHAB, REG/REPLAN, REB e Novo Plano.

Os cálculos atuariais e levantamentos realizados pela consultoria, em consonância com o Pronunciamento Técnico CPC 33 (R1), aprovado pela Resolução CMN nº 4.424/2015, respaldam as contabilizações patrimoniais e de resultado realizadas pela CAIXA.

A CAIXA é parcialmente responsável pela cobertura do passivo dos planos Saúde CAIXA, REG/REPLAN, REB e Novo Plano, e totalmente responsável pela cobertura dos compromissos mantidos de Auxílio e cesta-alimentação e aos Assistidos PREVHAB.

Notas Explicativas da Administração às demonstrações contábeis consolidadas

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(i.1) Reconhecimento dos ganhos e perdas atuariais

A política contábil da CAIXA, no reconhecimento dos ganhos e perdas atuariais contabilizados em seus demonstrativos financeiros, para os planos previdenciários, assistenciais e benefícios pós-emprego estruturados na modalidade de Benefício Definido, conforme determinado no Pronunciamento Técnico CPC 33 (R1), consiste no reconhecimento de todos os ganhos e perdas atuariais no período em que ocorrem em ajuste de avaliação patrimonial.

Nos planos em que se observou ativo atuarial líquido, os mesmos são limitados ao valor do benefício econômico que a CAIXA porventura possa usufruir, sendo calculado como o valor presente do fluxo de caixa dos valores revertidos dos planos a CAIXA ou a redução efetiva de contribuições futuras, caso existam. Em 31/12/2016, não foram apurados benefícios econômicos passíveis de reconhecimento pela patrocinadora.

Com relação aos planos previdenciários que possuem benefícios estruturados na modalidade de Contribuição Definida, de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 33 (R1) e de acordo com a natureza do benefício, os mesmos não geram ganhos ou perdas atuariais a serem reconhecidos pela CAIXA.

(i.2) Principais premissas utilizadas na avaliação atuarial dos planos:

Conforme determina o pronunciamento técnico CPC 33 (R1), na avaliação atuarial dos planos de benefícios definidos devem ser utilizadas premissas (financeiras e demográficas) que reflitam as melhores estimativas da entidade sobre as variáveis que determinarão o custo final de prover esses benefícios aos seus empregados.

O cálculo da taxa de juros de desconto atuarial anual considera a taxa de remuneração dos títulos públicos federais de primeira linha utilizados como referência, tendo em vista a inexistência de títulos e valores mobiliários com as condições previstas pelo Pronunciamento Técnico CPC 33 (R1). Essa alternativa é prevista pelo referido normativo.

Dentre as principais premissas atuarias adotadas no Saúde CAIXA, destacamos a Taxa de Crescimento dos Custos Médicos, com taxas anuais reais projetadas (ou seja, acima da inflação geral de preços) de 5,50% para 2017; 5,00% para 2018; 4,50% para 2019; 4,00% para 2020; 3,50% para 2021; 3,00% para 2022; 2,50% para 2023; 2,00% para 2024; e 1,50% a partir de 2025 inclusive.

Notas Explicativas da Administração às demonstrações contábeis consolidadas

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(i.3) Premissas financeiras e demográficas consideradas nos cálculos atuariais dos planos de benefícios:

Descrição	Saúde CAIXA			Auxílio e cesta-alimentação			Assistidos PREVHAB		
	1º semestre 2017	2º semestre 2016	1º semestre 2016	1º semestre 2017	2º semestre 2016	1º semestre 2016	1º semestre 2017	2º semestre 2016	1º semestre 2016
Taxa anual de juros	9,86%	9,88%	11,80%	9,87%	10,00%	11,66%	9,88%	10,07%	11,68%
Aumento anual dos salários (projeção)	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
Aumento anual dos benefícios (projeção)	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	4,00%	4,00%	5,18%
Taxa de inflação média anual	4,00%	4,00%	5,18%	4,00%	4,00%	5,18%	4,00%	4,00%	5,18%
Expectativa de retorno dos ativos do plano	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	9,88%	10,07%	11,68%
Taxa de rotatividade	1,08%	1,08%	1,08%	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	11,68%
Tábua de mortalidade geral	RP 2000	RP 2000	RP 2000	RP 2000	RP 2000	RP 2000	RP 2000	RP 2000	RP 2000
	Suavizada em 20%	Suavizada em 20%	Suavizada em 20%	Suavizada em 20%	Suavizada em 20%	Suavizada em 20%	Suavizada em 20%	Suavizada em 20%	Suavizada em 20%
Tábua de entrada em invalidez	Light Fraca	Light Fraca	Light Fraca	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
Tábua de mortalidade de inválidos	CSO - 58	CSO - 58	CSO - 58	CSO - 58	CSO - 58	CSO - 58	CSO - 58	CSO - 58	CSO - 58
Entrada em aposentadoria	H – 55; M – 52	H – 55; M – 52	H – 55; M – 52	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A

Notas Explicativas da Administração às demonstrações contábeis consolidadas

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Descrição	REG/REPLAN Saldado			REG/REPLAN Não Saldado			REB			Novo Plano		
	1º semestre 2017	2º semestre 2016	1º semestre 2016	1º semestre 2017	2º semestre 2016	1º semestre 2016	1º semestre 2017	2º semestre 2016	1º semestre 2016	1º semestre 2017	2º semestre 2016	1º semestre 2016
Taxa anual de juros	9,87%	10,01%	11,66%	9,87%	9,99%	11,67%	9,88%	10,06%	11,67%	9,88%	10,00%	11,66%
Aumento anual dos salários (projeção)	4,00%	4,00%	5,18%	6,43%	6,43%	7,70%	7,31%	7,31%	9,23%	6,49%	6,49%	8,51%
Aumento anual dos benefícios (projeção)	N/A	N/A	N/A	5,79%	5,79%	7,00%	4,00%	4,00%	5,18%	4,00%	4,00%	5,18%
Taxa de inflação média anual	4,00%	4,00%	5,18%	4,00%	4,00%	5,18%	4,00%	4,00%	5,18%	4,00%	4,00%	5,18%
Expectativa de retorno dos ativos do plano	9,87%	10,01%	11,66%	9,87%	9,99%	11,67%	9,88%	10,06%	11,67%	9,88%	10,00%	11,66%
Taxa de rotatividade	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	Experiência FUNCEF REB 2013	Experiência FUNCEF REB 2013	Experiência FUNCEF REB 2013	Experiência FUNCEF Novo Plano 2015	Experiência FUNCEF Novo Plano 2015	Experiência FUNCEF Novo Plano 2015
Tábua de mortalidade geral	RP 2000	RP 2000	RP 2000	RP 2000	RP 2000	RP 2000	RP 2000	RP 2000	RP 2000	RP 2000	RP 2000	RP 2000
	Suavizada em 20%	Suavizada em 20%	Suavizada em 20%	Suavizada em 20%	Suavizada em 20%	Suavizada em 20%	Suavizada em 20%	Suavizada em 20%	Suavizada em 20%	Suavizada em 20%	Suavizada em 20%	Suavizada em 20%
Tábua de entrada em invalidez	Light Fraca	Light Fraca	Light Fraca	Light Fraca	Light Fraca	Light Fraca	Light Fraca	Light Fraca	Light Fraca	Light Fraca	Light Fraca	Light Fraca
Tábua de mortalidade de inválidos	CSO - 58	CSO - 58	CSO - 58	CSO - 58	CSO - 58	CSO - 58	CSO - 58	CSO - 58	CSO - 58	CSO - 58	CSO - 58	CSO - 58
Entrada em aposentadoria	H - 53	H - 53	H - 53	H - 55	H - 55	H - 55	100% - 1ª elegibilidade	100% - 1ª elegibilidade	100% - 1ª elegibilidade	H - 55	H - 55	H - 55
	M - 48	M - 48	M - 48	M - 52	M - 52	M - 52				M - 52	M - 52	M - 52

(i.4) Conciliação dos saldos do Valor Presente da Obrigação Atuarial dos planos:

O Valor Presente da Obrigação Atuarial – VPOA representa os custos finais, levantados a valor presente, dos planos de benefício definido para as entidades patrocinadoras. Para levantar esses custos são consideradas diversas variáveis, tais como salários na data da concessão do benefício, rotatividade e mortalidade, contribuições de empregados e tendências de custos médicos. Trata-se, portanto, de levantamento atuarial cujo objetivo precípuo é apurar, com a maior fidedignidade possível, o montante de obrigação resultante do serviço do empregado nos períodos correntes e passados.

O Método do Crédito Unitário Projetado é utilizado para determinar o valor presente das obrigações de benefício definido e o respectivo custo do serviço corrente e, quando aplicável, o custo do serviço passado. Também é conhecido como “método de benefícios acumulados” e observa cada período de serviço como a origem de uma unidade adicional do direito ao benefício e mensura cada unidade separadamente para construir a obrigação final.

Notas Explicativas da Administração às demonstrações contábeis consolidadas

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Descrição	Saúde CAIXA			Auxílio e cesta-alimentação			Assistidos PREVHAB		
	1º semestre 2017	2º semestre 2016	1º semestre 2016	1º semestre 2017	2º semestre 2016	1º semestre 2016	1º semestre 2017	2º semestre 2016	1º semestre 2016
VPOA no início do período	(13.541.692)	(14.696.873)	(12.068.398)	(1.331.503)	(1.236.705)	(1.097.455)	(51.831)	(44.811)	(41.116)
Custo do serviço corrente	(113.712)	(110.113)	(89.355)	-	-	-	-	-	-
Custo de juros	(659.427)	(860.518)	(825.764)	(63.523)	(75.532)	(82.021)	(2.136)	(2.494)	(2.813)
Remensurações de ganhos/ (perdas) atuariais:	(392.149)	1.935.200	(1.898.873)	(43.415)	(77.136)	(114.014)	(4.101)	(7.253)	(3.198)
Ajuste de experiência	(343.849)	3.180.825	(392.345)	(29.505)	(37.242)	(16.513)	(3.281)	(5.880)	900
Alterações premissas demográficas	-	93.408	-	-	-	-	-	-	-
Alterações premissas financeiras	(48.300)	(1.339.033)	(1.506.528)	(13.910)	(39.894)	(97.501)	(820)	(1.373)	(4.098)
Benefícios pagos pelo plano	-	-	-	-	-	-	2.492	2.727	2.316
Benefícios pagos diretamente pela empresa	210.357	190.612	185.517	61.990	57.870	56.785	-	-	-
VPOA no final do período	(14.496.623)	(13.541.692)	(14.696.873)	(1.376.451)	(1.331.503)	(1.236.705)	(55.576)	(51.831)	(44.811)

Descrição	REG/REPLAN Saldado			REG/REPLAN Não saldado			REB			Novo Plano		
	1º semestre 2017	2º semestre 2016	1º semestre 2016	1º semestre 2017	2º semestre 2016	1º semestre 2016	1º semestre 2017	2º semestre 2016	1º semestre 2016	1º semestre 2017	2º semestre 2016	1º semestre 2016
VPOA no início do período	(49.346.014)	(43.237.347)	(38.512.812)	(5.083.154)	(4.385.730)	(3.901.853)	(341.032)	(304.965)	(277.605)	(1.206.044)	(1.115.631)	(861.104)
Custo do serviço corrente	-	-	-	(6.234)	(7.359)	4.272	(962)	(1.148)	(691)	(503)	(1.306)	(8.300)
Custo de juros	(2.381.922)	(2.430.499)	(2.639.094)	(246.446)	(248.508)	(268.292)	(16.524)	(17.132)	(17.394)	(59.520)	(64.220)	(59.472)
Contribuições esperadas de participantes	(63.575)	(106.216)	(35.835)	(16.165)	(18.437)	(9.648)	(546)	(509)	(333)	(200)	(71)	-
Remensurações de ganhos/ (perdas) atuariais:	(1.199.272)	(4.814.001)	(3.258.609)	(302.737)	(534.551)	(306.847)	(47.820)	(29.846)	(21.000)	(106.756)	(53.173)	(207.018)
Ajuste de experiência	(1.222.884)	(2.998.341)	83.312	(306.778)	(376.487)	200.305	-	(22.947)	10.045	(69.340)	(23.106)	(18.828)
Alterações premissas demográficas	722.919	(44.954)	-	(22.363)	(23.329)	-	(43.859)	(168)	-	(39.660)	(5.253)	-
Alterações premissas financeiras	(699.307)	(1.770.706)	(3.341.921)	26.404	(134.735)	(507.152)	(3.961)	(6.731)	(31.045)	2.244	(24.814)	(188.190)
Benefícios pagos pelo plano	1.657.267	1.242.049	1.209.003	117.829	111.431	96.638	15.018	12.568	12.058	39.809	28.357	20.263
VPOA no final do período	(51.333.516)	(49.346.014)	(43.237.347)	(5.536.907)	(5.083.154)	(4.385.730)	(391.866)	(341.032)	(304.965)	(1.333.214)	(1.206.044)	(1.115.631)

Notas Explicativas da Administração às demonstrações contábeis consolidadas

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(i.5) Perfil de vencimento da obrigação de benefício definido:

Descrição	Saúde CAIXA	Auxílio e cesta-alimentação	Assistidos PREVHAB	REG/REPLAN Saldado	REG/REPLAN Não saldado	REB	Novo Plano
Pagamento de benefícios esperados no encerramento do semestre fiscal 30/06/2018	416.926	128.934	5.254	3.532.941	322.723	27.919	61.608
Pagamento de benefícios esperados no encerramento do semestre fiscal 30/06/2019	439.416	118.255	5.866	3.401.227	320.349	26.249	62.395
Pagamento de benefícios esperados no encerramento do semestre fiscal 30/06/2020	447.882	108.471	5.315	3.265.517	312.936	24.663	62.479
Pagamento de benefícios esperados no encerramento do semestre fiscal 30/06/2021	463.570	99.456	4.804	3.123.034	303.607	23.164	61.901
Pagamento de benefícios esperados no encerramento do semestre fiscal 30/06/2022 ou posterior	12.728.829	921.335	34.338	38.010.797	4.277.292	289.870	1.084.830
Total	14.496.623	1.376.451	55.577	51.333.516	5.536.907	391.865	1.333.213
<i>Duration</i> do passivo atuarial na data base 30/06/2017	28,21 anos	12,63 anos	9,37 anos	12,24 anos	13,45 anos	9,62 anos	11,58 anos

(i.6) Conciliação dos saldos do Valor Justo dos Ativos dos Planos:

Os ativos dos planos representam os montantes de recursos (principal e rentabilidade de juros, dividendos e outras receitas) mantidos pela entidade ou fundo de pensão para fazer frente às obrigações atuariais de cada plano de benefício patrocinado pela CAIXA. Esses recursos são mensurados a valor justo, ou seja, considerando o que efetivamente seria recebido pela venda de um ativo ou o que seria pago pela transferência de um passivo em transações não forçadas entre participantes do mercado na data da mensuração.

Os planos de saúde complementar e auxílio/cesta alimentação são diretamente administrados pela CAIXA e não possuem ativos.

Notas Explicativas da Administração às demonstrações contábeis consolidadas

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

A conciliação apresentada abaixo demonstra a evolução do Valor Justo dos Ativos dos Planos – VJAP:

Descrição	Assistidos PREVHAB			REG/REPLAN Saldado			REG/REPLAN Não saldado		
	1º semestre 2017	2º semestre 2016	1º semestre 2016	1º semestre 2017	2º semestre 2016	1º semestre 2016	1º semestre 2017	2º semestre 2016	1º semestre 2016
VJAP no início do período	51.831	44.811	41.116	34.864.000	35.591.500	33.898.176	4.256.614	4.265.300	3.988.451
Receitas de juros	2.136	2.494	2.813	1.662.710	1.984.932	2.309.974	205.745	242.185	277.282
Rendimentos sobre os ativos maior (menor) que a taxa de desconto	4.101	7.253	3.198	380.764	(1.686.085)	554.062	(118.254)	(169.167)	75.098
Contribuições do empregador	-	-	-	66.542	109.486	2.456	9.867	11.290	11.459
Contribuições de participantes do plano	-	-	-	63.575	106.216	35.835	16.165	18.437	9.648
Benefícios pagos pelo plano	(2.492)	(2.727)	(2.316)	(1.657.267)	(1.242.049)	(1.209.003)	(117.829)	(111.431)	(96.638)
VJAP no final do período	55.576	51.831	44.811	35.380.324	34.864.000	35.591.500	4.252.308	4.256.614	4.265.300

Descrição	REB			Novo Plano		
	1º semestre 2017	2º semestre 2016	1º semestre 2016	1º semestre 2017	2º semestre 2016	1º semestre 2016
VJAP no início do período	318.259	307.645	250.893	651.598	624.861	344.443
Receitas de juros	15.405	17.310	15.682	32.409	36.350	23.833
Rendimentos sobre os ativos maior (menor) que a taxa de desconto	24.474	4.852	52.442	269.373	(4.933)	252.709
Contribuições do empregador	557	512	353	23.882	23.606	24.139
Contribuições de participantes do plano	545	508	333	200	71	-
Benefícios pagos pelo plano	(15.018)	(12.568)	(12.058)	(39.809)	(28.357)	(20.263)
VJAP no final do período	344.222	318.259	307.645	937.653	651.598	624.861

Notas Explicativas da Administração às demonstrações contábeis consolidadas

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(i.7) Informações patrimoniais dos ativos dos planos:

Os planos de saúde complementar e auxílio/cesta alimentação são diretamente administrados pela CAIXA e não possuem ativos.

Descrição	Assistidos PREVHAB			REG/REPLAN saldado			REG/REPLAN não saldado			REB			NOVO PLANO		
	30/06/2016	31/12/2015	30/06/2015	30/06/2016	31/12/2015	30/06/2015	30/06/2016	31/12/2015	30/06/2015	30/06/2016	31/12/2015	30/06/2015	30/06/2016	31/12/2015	30/06/2015
Renda Fixa	100,00%	100,00%	100,00%	57,66%	56,04%	54,42%	58,66%	55,99%	54,83%	61,46%	58,50%	56,96%	72,11%	69,25%	68,42%
Renda Variável	-	-	-	21,68%	22,29%	21,41%	23,60%	25,17%	23,54%	23,05%	24,61%	23,01%	17,65%	19,45%	17,68%
Investimentos Estruturados	-	-	-	5,91%	7,56%	9,59%	5,38%	6,92%	8,92%	4,48%	5,21%	6,81%	2,60%	3,09%	4,21%
Investimentos Imobiliários	-	-	-	11,64%	11,09%	11,55%	10,79%	10,38%	11,08%	3,48%	3,54%	4,14%	0,46%	0,47%	0,65%
Operações com Participantes	-	-	-	3,11%	3,01%	3,02%	1,57%	1,54%	1,63%	7,53%	8,14%	9,08%	7,18%	7,74%	9,04%
Outros Investimentos	-	-	-	-	0,01%	0,01%	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Total	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%

(i.8) Instrumentos de própria emissão mantidos como ativos dos planos e imóveis de propriedade dos planos ocupados pela CAIXA:

Descrição	Saúde CAIXA	Auxílio e cesta-alimentação	Assistidos PREVHAB	REG/REPLAN Saldado	REG/REPLAN Não saldado	REB	Novo Plano
Caderneta de poupança – Carteira própria	-	-	-	8.730	2.102	966	8.357
Fundos de investimentos – Carteira própria	-	-	-	28.766.487	3.455.030	1.380.462	10.228.803
Imóveis – Locados à CAIXA	-	-	-	4.577.324	490.140	60.699	53.955
Total	-	-	-	33.352.541	3.947.272	1.442.127	10.291.115

Notas Explicativas da Administração às demonstrações contábeis consolidadas

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(i.9) Valor líquido do ativo/passivo dos planos reconhecido no Balanço Patrimonial:

O valor líquido do ativo/passivo decorre da confrontação dos montantes de obrigação atuarial dos planos com seus respectivos montantes de ativos avaliados a valor justo. A existência de eventual déficit (passivo) propicia, por parte da entidade patrocinadora, a necessidade de provisionamento de recursos para fazer frente a obrigação atuarial incremental levantada, na medida de sua participação no plano (efeito de compartilhamento). A existência de superávit (ativo), por sua vez, poderá ensejar reversão de valores do plano em favor da entidade patrocinadora e dos patrocinados, na medida de suas participações, devendo-se levar em consideração o limitador de reconhecimento de ativo atuarial (efeito de teto de ativo).

Descrição	Saúde CAIXA			Auxílio e cesta-alimentação			Assistidos PREVHAB		
	1º semestre 2017	2º semestre 2016	1º semestre 2016	1º semestre 2017	2º semestre 2016	1º semestre 2016	1º semestre 2017	2º semestre 2016	1º semestre 2016
VPOA no final do período	(14.496.623)	(13.541.692)	(14.696.873)	(1.376.451)	(1.331.503)	(1.236.705)	(55.576)	(51.831)	(44.812)
VJAP no final do período	-	-	-	-	-	-	55.576	51.831	44.812
Superávit/ (déficit) do plano	(14.496.623)	(13.541.692)	(14.696.873)	(1.376.451)	(1.331.503)	(1.236.705)	-	-	-
Efeito da restrição sobre a obrigação atuarial(1)	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Efeito do teto do Ativo(2)	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Ativo/ (passivo) líquido	(14.496.623)	(13.541.692)	(14.696.873)	(1.376.451)	(1.331.503)	(1.236.705)	-	-	-

(1) Refere-se ao cálculo do efeito de compartilhamento de riscos com os participantes e assistidos do plano, de forma a limitar a responsabilidade atuarial a ser reconhecida pela CAIXA.

(2) Refere-se ao cálculo do benefício econômico disponível que trata o item 65 do CPC 33 (R1) e Deliberação CVM nº 695/2012, de forma a limitar o ativo atuarial a ser reconhecido pela CAIXA.

Descrição	REG/REPLAN Saldado			REG/REPLAN Não saldado			REB			Novo Plano		
	1º semestre 2017	2º semestre 2016	1º semestre 2016	1º semestre 2017	2º semestre 2016	1º semestre 2016	1º semestre 2017	2º semestre 2016	1º semestre 2016	1º semestre 2017	2º semestre 2016	1º semestre 2016
VPOA no final do período	(51.333.516)	(49.346.014)	(43.237.347)	(5.536.907)	(5.083.154)	(4.385.730)	(391.866)	(341.032)	(304.965)	(1.333.214)	(1.206.044)	(1.115.631)
VJAP no final do período	35.380.324	34.864.000	35.591.500	4.252.308	4.256.614	4.265.300	344.222	318.259	307.645	937.653	651.598	624.861
Superávit/ (déficit) do plano	(15.953.192)	(14.482.014)	(7.645.847)	(1.284.599)	(826.540)	(120.430)	(47.644)	(22.773)	2.680	(395.561)	(554.446)	(490.770)
Efeito da restrição sobre a obrigação atuarial(1)	7.976.596	7.241.007	3.822.923	642.299	413.270	60.215	23.822	11.387	-	197.780	277.223	245.385
Efeito do teto do Ativo(2)	-	-	-	-	-	-	-	-	(2.680)	-	-	-
Ativo/ (passivo) líquido	(7.976.596)	(7.241.007)	(3.822.923)	(642.300)	(413.270)	(60.215)	(23.822)	(11.387)	-	(197.780)	(277.223)	(245.385)

(1) Refere-se ao cálculo do efeito de compartilhamento de riscos com os participantes e assistidos do plano, de forma a limitar a responsabilidade atuarial a ser reconhecida pela CAIXA.

(2) Refere-se ao cálculo do benefício econômico disponível que trata o item 65 do CPC 33 (R1) e Deliberação CVM nº 695/2012, de forma a limitar o ativo atuarial a ser reconhecido pela CAIXA.

Notas Explicativas da Administração às demonstrações contábeis consolidadas

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(i.10) Movimentação do (passivo) ativo líquido reconhecido no Balanço Patrimonial:

Descrição	Saúde CAIXA			Auxílio e cesta-alimentação			Assistidos PREVHAB		
	1º semestre 2017	2º semestre 2016	1º semestre 2016	1º semestre 2017	2º semestre 2016	1º semestre 2016	1º semestre 2017	2º semestre 2016	1º semestre 2016
(Passivo) / Ativo líquido reconhecido no início do período	(13.541.692)	(14.696.873)	(12.068.398)	(1.331.503)	(1.236.705)	(1.097.455)	-	-	-
Custo do serviço	(113.712)	(110.113)	(89.355)	-	-	-	-	-	-
Juros líquidos sobre (Passivo)/Ativo líquido	(659.427)	(860.517)	(825.764)	(63.523)	(75.532)	(82.021)	-	-	-
Contribuições da empresa	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Benefícios pagos diretamente pela empresa	210.357	190.611	185.517	61.990	57.870	56.785	-	-	-
Valor reconhecido em outros resultados abrangentes	(392.149)	1.935.200	(1.898.873)	(43.415)	(77.136)	(114.014)	-	-	-
(Passivo) / Ativo reconhecido no final do período	(14.496.623)	(13.541.692)	(14.696.873)	(1.376.451)	(1.331.503)	(1.236.705)	-	-	-

Descrição	REG/REPLAN Saldado			REG/REPLAN Não saldado			REB			Novo Plano		
	1º semestre 2017	2º semestre 2016	1º semestre 2016	1º semestre 2017	2º semestre 2016	1º semestre 2016	1º semestre 2017	2º semestre 2016	1º semestre 2016	1º semestre 2017	2º semestre 2016	1º semestre 2016
(Passivo) / Ativo líquido reconhecido no início do período	(7.241.007)	(3.822.923)	(2.307.318)	(413.270)	(60.215)	-	(11.387)	-	(13.356)	(277.223)	(245.385)	(258.331)
Custo do serviço	-	-	-	(6.234)	(7.358)	4.272	(962)	(1.149)	(691)	(503)	(1.306)	(8.299)
Juros líquidos sobre (Passivo)/Ativo líquido	(359.606)	(222.784)	(164.560)	(20.351)	(3.162)	-	(560)	-	(856)	(13.555)	(13.935)	(17.820)
Contribuições da empresa	66.542	109.486	2.456	9.867	11.290	11.459	557	512	353	23.882	23.606	24.139
Benefícios pagos diretamente pela empresa	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Valor reconhecido em outros resultados abrangentes	(442.525)	(3.304.786)	(1.353.501)	(212.312)	(353.825)	(75.946)	(11.470)	(10.750)	14.550	69.619	(40.203)	14.926
(Passivo) / Ativo reconhecido no final do período	(7.976.596)	(7.241.007)	(3.822.923)	(642.300)	(413.270)	(60.215)	(23.822)	(11.387)	-	(197.780)	(277.223)	(245.385)

Notas Explicativas da Administração às demonstrações contábeis consolidadas

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(i.11) Despesas/Receitas e Pagamentos esperados para o semestre:

(Despesa) / Receita esperada – CPC 33 (R1)						
Descrição	Saúde CAIXA	Auxílio/Cesta-alimentação	REG/REPLAN Saldado	REG/REPLAN Não saldado	REB	Novo Plano
	2º semestre 2017	2º semestre 2017	2º semestre 2017	2º semestre 2017	2º semestre 2017	2º semestre 2017
Custo do serviço corrente líquido	(121.357)	-	-	(6.612)	(1.349)	(3.914)
Custo de juros líquidos	(704.063)	(64.718)	(378.586)	(31.177)	(1.148)	(8.540)
Total da (despesa)/ receita a reconhecer no próximo período	(825.420)	(64.718)	(378.586)	(37.789)	(2.497)	(12.454)

Pagamentos esperados – CPC 33 (R1)						
Descrição	Saúde CAIXA	Auxílio/Cesta-alimentação	REG/REPLAN Saldado	REG/REPLAN Não saldado	REB	Novo Plano
	2º semestre 2017	2º semestre 2017	2º semestre 2017	2º semestre 2017	2º semestre 2017	2º semestre 2017
Normais / Contribuições de Risco (REB) / Benefícios (Saúde CAIXA) – Benefício definido	208.463	64.467	-	9.920	567	24.358
Contribuição definida	-	-	301.727	342	12	479
Administração	-	-	-	-	-	-
Total dos pagamentos esperados para o plano	208.463	64.467	301.727	10.262	579	24.837

Notas Explicativas da Administração às demonstrações contábeis consolidadas

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(i.12) Análise de sensibilidade das principais premissas financeiras e demográficas:

O objetivo da análise de sensibilidade é mensurar como a obrigação de benefício definido seria afetada por mudanças em determinadas premissas atuariais relevantes, mantidas todas as outras constantes.

Análise de sensibilidade das principais hipóteses - CPC 33 (R1)									
Descrição	Tábua Biométrica		Taxa de Desconto		Crescimento Salarial		HCCTR (1)		1º semestre 2017
	+ 1 Idade	- 1 Idade	+ 0,25%	-0,25%	+0,25%	-0,25%	+1,00%	-1,00%	
Saúde CAIXA									
Custo dos juros	725.676	680.751	692.591	714.184	N/A	N/A	838.148	598.421	(659.427)
Valor presente das obrigações atuariais	14.946.339	14.006.219	13.916.083	15.079.243	N/A	N/A	17.217.714	12.352.734	(14.496.623)
Auxílio e cesta-alimentação									
Custo dos juros	63.087	66.339	65.071	64.350	N/A	N/A	N/A	N/A	(63.523)
Valor presente das obrigações atuariais	1.343.398	1.409.326	1.351.021	1.402.908	N/A	N/A	N/A	N/A	(1.376.451)
EX-PREVHAB									
Custo dos juros	2.613	2.745	2.688	2.669	N/A	N/A	N/A	N/A	(2.136)
Valor presente das obrigações atuariais	54.230	56.907	54.405	56.774	N/A	N/A	N/A	N/A	(55.576)
REG/REPLAN Saldado									
Custo dos juros	2.508.132	2.465.797	2.481.520	2.496.474	N/A	N/A	N/A	N/A	(2.381.922)
Valor presente das obrigações atuariais	51.710.229	50.848.731	49.925.127	52.784.981	N/A	N/A	N/A	N/A	(51.333.516)
REG/REPLAN Não saldado									
Custo dos serviços	8.360	3.247	5.683	6.365	N/A	N/A	N/A	N/A	(6.234)
Custo dos juros	274.444	263.360	267.650	270.731	N/A	N/A	N/A	N/A	(246.446)
Valor presente das obrigações atuariais	5.641.850	5.417.253	5.370.207	5.709.179	N/A	N/A	N/A	N/A	(5.536.907)
REB									
Custo dos serviços	1.220	1.228	597	1.262	N/A	N/A	N/A	N/A	(962)
Custo dos juros	19.246	18.679	19.056	18.945	N/A	N/A	N/A	N/A	(16.524)
Valor presente das obrigações atuariais	396.734	385.249	383.348	400.593	N/A	N/A	N/A	N/A	(391.866)
Novo Plano									
Custo dos serviços	2.911	4.198	3.147	3.989	N/A	N/A	N/A	N/A	(503)
Custo dos juros	65.237	64.606	64.993	65.168	N/A	N/A	N/A	N/A	(59.520)
Valor presente das obrigações atuariais	1.335.999	1.323.223	1.298.586	1.368.848	N/A	N/A	N/A	N/A	(1.333.214)

(1) HCCTR - Taxa de Crescimento dos Custos Médicos

Notas Explicativas da Administração às demonstrações contábeis consolidadas

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Análise de sensibilidade das principais hipóteses - CPC 33 (R1)

Descrição	Tábua Biométrica		Taxa de Desconto		Crescimento Salarial		HCCTR (1)		2º semestre 2016
	+ 1 Idade	- 1 Idade	+ 0,25%	-0,25%	0,25%	-0,25%	1,00%	-1,00%	
Saúde CAIXA									
Custo dos juros	(680.807)	(637.815)	(649.372)	(669.813)	N/A	N/A	(786.277)	(560.921)	(860.518)
Valor presente das obrigações atuariais	(13.985.105)	(13.087.938)	(13.013.408)	(14.104.324)	N/A	N/A	(16.110.553)	(11.546.833)	(13.541.692)
Auxílio e cesta-alimentação									
Custo dos juros	(61.976)	(65.053)	(63.838)	(63.191)	N/A	N/A	N/A	N/A	(75.132)
Valor presente das obrigações atuariais	(1.300.562)	(1.362.114)	(1.306.674)	(1.357.262)	N/A	N/A	N/A	N/A	(1.331.503)
EX-PREVHAB									
Custo dos juros	(4.763)	(5.218)	(4.990)	(4.965)	N/A	N/A	N/A	N/A	(2.813)
Valor presente das obrigações atuariais	(49.686)	(54.200)	(50.740)	(52.946)	N/A	N/A	N/A	N/A	(44.811)
REG/REPLAN Saldado									
Custo dos juros	(4.647.072)	(5.077.189)	(4.839.317)	(4.860.725)	N/A	N/A	N/A	N/A	(2.430.499)
Valor presente das obrigações atuariais	(47.304.726)	(51.601.600)	(48.047.262)	(50.682.946)	N/A	N/A	N/A	N/A	(49.346.014)
REG/REPLAN Não saldado									
Custo dos serviços	(16.252)	(18.262)	(8.263)	(17.909)	N/A	N/A	N/A	N/A	(7.359)
Custo dos juros	(479.334)	(523.552)	(497.528)	(502.881)	N/A	N/A	N/A	N/A	(246.446)
Valor presente das obrigações atuariais	(4.872.880)	(5.315.503)	(4.933.414)	(5.237.794)	N/A	N/A	N/A	N/A	(5.083.154)
REB									
Custo dos serviços	(24.146)	(26.364)	(12.251)	(25.918)	N/A	N/A	N/A	N/A	(1.148)
Custo dos juros	(112.467)	(122.969)	(117.012)	(117.835)	N/A	N/A	N/A	N/A	(17.132)
Valor presente das obrigações atuariais	(1.156.154)	(1.261.172)	(1.173.047)	(1.240.048)	N/A	N/A	N/A	N/A	(341.032)
Novo Plano									
Custo dos serviços	(806)	(3.023)	(581)	(2.577)	N/A	N/A	N/A	N/A	(1.306)
Custo dos juros	(114.198)	(124.669)	(118.784)	(119.522)	N/A	N/A	N/A	N/A	(64.220)
Valor presente das obrigações atuariais	(1.156.154)	(1.261.172)	(1.173.047)	(1.240.048)	N/A	N/A	N/A	N/A	(1.206.044)

(1) HCCTR - Taxa de Crescimento dos Custos Médicos

Notas Explicativas da Administração às demonstrações contábeis consolidadas

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Análise de sensibilidade das principais hipóteses - CPC 33 (R1)									
Descrição	Tábua Biométrica		Taxa de Desconto		Crescimento Salarial		HCCTR (1)		1º semestre 2016
	+ 1 Idade	- 1 Idade	+ 0,25%	-0,25%	+0,25%	-0,25%	+1,00%	-1,00%	
Saúde CAIXA									
Custo dos juros	(913.065)	(845.179)	(865.136)	(894.243)	N/A	N/A	(1.034.883)	(835.015)	(825.764)
Valor presente das obrigações atuariais	(15.248.672)	(14.135.440)	(14.150.769)	(15.277.013)	N/A	N/A	(17.333.280)	(13.944.496)	(14.696.873)
Auxílio e cesta-alimentação									
Custo dos juros	(73.897)	(77.148)	(75.833)	(75.221)	N/A	N/A	N/A	N/A	(75.352)
Valor presente das obrigações atuariais	(1.208.662)	(1.264.427)	(1.214.571)	(1.259.644)	N/A	N/A	N/A	N/A	(1.236.705)
EX-PREVHAB									
Custo dos juros	(4.895)	(5.351)	(5.119)	(5.103)	N/A	N/A	N/A	N/A	(2.494)
Valor presente das obrigações atuariais	(42.958)	(46.860)	(43.950)	(45.692)	N/A	N/A	N/A	N/A	(44.812)
REG/REPLAN Saldado									
Custo dos juros	(4.744.012)	(5.183.006)	(4.925.191)	(4.978.032)	N/A	N/A	N/A	N/A	(164.560)
Valor presente das obrigações atuariais	(41.448.756)	(45.213.709)	(42.115.949)	(44.391.219)	N/A	N/A	N/A	N/A	(43.237.347)
REG/REPLAN Não saldado									
Custo dos serviços	(8.731)	(11.062)	(4.531)	(10.640)	N/A	N/A	N/A	N/A	(4.272)
Custo dos juros	(483.420)	(527.987)	(500.230)	(508.786)	N/A	N/A	N/A	N/A	-
Valor presente das obrigações atuariais	(4.204.306)	(4.586.200)	(4.258.448)	(4.517.114)	N/A	N/A	N/A	N/A	(4.385.730)
REB									
Custo dos serviços	(292.081)	(2.522)	(1.172)	(2.459)	N/A	N/A	N/A	N/A	(691)
Custo dos juros	(33.426)	(36.525)	(34.686)	(34.914)	N/A	N/A	N/A	N/A	(856)
Valor presente das obrigações atuariais	(292.349)	(318.905)	(298.441)	(311.646)	N/A	N/A	N/A	N/A	(304.965)
Novo Plano									
Custo dos serviços	(26.788)	(29.226)	(13.596)	(28.724)	N/A	N/A	N/A	N/A	(8.299)
Custo dos juros	(123.078)	(134.405)	(127.631)	(129.340)	N/A	N/A	N/A	N/A	(17.820)
Valor presente das obrigações atuariais	(1.069.481)	(1.166.626)	(1.085.554)	(1.146.611)	N/A	N/A	N/A	N/A	(1.115.631)

(1) HCCTR - Taxa de Crescimento dos Custos Médicos

Notas Explicativas da Administração às demonstrações contábeis consolidadas

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(j) Despesas reconhecidas com planos de previdência com características de contribuição definida:

Descrição	1º semestre 2017	2º semestre 2016	1º semestre 2016
REB	21.705	21.416	19.965
Novo Plano	428.523	430.872	419.988
Total	450.228	452.288	439.953

(k) Despesas reconhecidas para cobertura de riscos com causas judiciais relacionados aos planos de benefícios:

Descrição	1º semestre 2017	2º semestre 2016	1º semestre 2016
Causas judiciais	3.877	4.712	4.229
Total	3.877	4.712	4.229

Nota 33 – Gerenciamento do risco corporativo

A CAIXA adota boas práticas nacionais e internacionais no gerenciamento dos riscos de crédito, operacional, mercado, liquidez, taxa de juros, concentração, contraparte, estratégico, reputação, atuarial e socioambiental, incluindo uma gestão ativa de capital, em consonância aos princípios, valores, diretrizes e limites estabelecidos pelo Conselho de Administração.

O gerenciamento de riscos e de capital é percebido pela Alta Administração como fator de diferencial competitivo no mercado financeiro e principal meio para preservação da solvência, liquidez e rentabilidade da CAIXA.

As estruturas de gerenciamento de riscos e de capital estão em conformidade com a regulação vigente, adequadas à natureza e à complexidade dos instrumentos financeiros, produtos, serviços e operações da CAIXA e às boas práticas de governança corporativa, permitindo à Alta Administração identificar o comprometimento do capital para fazer frente aos riscos, avaliar os impactos sobre os resultados e decidir prontamente sobre limites de exposição aceitos.

A Política de Gerenciamento de Riscos, a Política de Gerenciamento de Capital e de Distribuição de Resultado e os limites de exposição são revisados, no mínimo, anualmente de acordo com a estratégia, fatores macroeconômicos, ambiente de negócios e capacidade de assumir risco, e suas revisões são claramente comunicadas a todos os empregados no sistema interno de divulgação normativa.

A descrição detalhada das estruturas de gerenciamento de riscos e de capital, incluindo responsabilidades, práticas, processos, procedimentos e modelos, está disponível no site: <http://www.caixa.gov.br>, menu Sobre a CAIXA, Informações Financeiras, Relatórios de Gerenciamento.

Notas Explicativas da Administração às demonstrações contábeis consolidadas

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Gestão de Capital

A estrutura de gestão de capital, o processo de gerenciamento de capital e o Processo Interno de Avaliação da Adequação de Capital (Icaap) encontram-se implementados na CAIXA, em conformidade com a Resolução CMN nº 3.988/2011 e Circular BACEN nº 3.547/2011.

A CAIXA adota boas práticas nacionais e internacionais no gerenciamento de capital, conforme princípios, valores, diretrizes e limites estabelecidos pelo Conselho de Administração e recomendações do Comitê de Basileia e órgãos reguladores.

A gestão de capital tem como um de seus objetivos garantir a manutenção de capital suficiente para a execução de estratégias e concretização de negócios, com a premissa de que o processo seja compatível com a natureza das operações, a complexidade dos produtos e serviços oferecidos e a dimensão da exposição a riscos.

Desta forma, a gestão de capital é realizada por meio de:

- Mecanismos que possibilitem a identificação e avaliação dos riscos relevantes incorridos pela instituição;
- Políticas e estratégias para o gerenciamento de capital, que estabeleçam mecanismos e procedimentos destinados a manter o capital compatível com os riscos incorridos pela instituição;
- Plano de capital abrangendo o horizonte mínimo de três anos;
- Simulações de eventos severos e condições extremas de mercado (testes de estresse) e avaliação de seus impactos no capital;
- Relatórios gerenciais periódicos sobre a adequação do capital para a Diretoria e para o Conselho de Administração; e
- Processo Interno de Avaliação da Adequação de Capital (Icaap).

Por meio desse gerenciamento a CAIXA controla e avalia a necessidade de capital para fazer frente aos riscos, avalia potenciais impactos, planeja metas através dos objetivos estratégicos e em observação às diretrizes do Conselho de Administração, e busca a adoção prospectiva com aplicação de cenários de normalidade e estresse para verificar e planejar a composição e o consumo de capital.

Notas Explicativas da Administração às demonstrações contábeis consolidadas

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Exigência de Capital Regulatório

Em conformidade com as Resoluções CMN nº 4.192/2013 e nº 4.193/2013, desde janeiro/2015 o cálculo do patrimônio de referência e o cálculo dos requerimentos mínimos de capital passaram a considerar o Conglomerado Prudencial. O quadro abaixo apresenta o detalhamento desses indicadores de capital.

Cálculo da exigência de capital regulamentar			
Descrição	30/06/2017	31/12/2016	30/06/2016
Patrimônio de Referência – PR	83.193.794	77.719.299	72.076.198
Nível I	51.765.739	54.397.312	49.394.585
Capital Principal – CP	51.765.739	54.397.312	49.394.585
Patrimônio Líquido (1)	28.901.138	27.179.943	25.895.293
Instrumentos híbridos de capital e dívida autorizados conforme Resolução CMN nº 4.192/2013	36.975.702	36.453.644	36.453.645
Excesso ao limite estabelecido no art. 25 da Resolução CMN nº 4.192/2013	-	-	(2.774.878)
Ajustes prudenciais	(14.111.101)	(9.236.275)	(10.179.474)
Capital Complementar – CC	-	-	-
Instrumentos híbridos de capital e dívida autorizados conforme Resolução CMN nº 3.444/2007	-	-	-
Nível II	31.428.054	23.321.987	22.681.614
Instrumentos de dívida subordinada	30.844.768	22.446.278	22.087.321
Instrumentos de dívida subordinada (dedução 0%)	-	-	-
Instrumentos de dívida subordinada (dedução 40%)	-	(1.122.092)	(1.283.089)
Instrumentos de dívida subordinada (dedução 60%)	(1.424.129)	-	-
Notas subordinadas	1.674.811	1.681.237	1.570.391
Letras financeiras	354.625	336.890	318.600
Letras financeiras (dedução 0%)	-	-	-
Letras financeiras (dedução 20%)	(426)	-	(2.635)
Letras financeiras (dedução 40%)	(6.021)	(5.667)	(8.974)
Letras financeiras (dedução 60%)	(15.574)	(14.659)	-
Ativos ponderados pelo risco – RWA	577.321.995	574.167.634	563.833.655
Risco de crédito - RWA_{CPAD}	508.955.930	509.291.713	508.456.278
Risco de mercado – carteira de negociação - RWA_{MPAD}	10.877.960	12.094.327	11.221.034
Taxa de juros – RWA_{JUR}	7.433.079	6.362.640	3.069.118
Commodities – RWA_{COM}	1.836.557	1.809.534	2.018.876
Ações – RWA_{ACS}	-	-	-
Câmbio – RWA_{CAM}	1.608.324	3.922.153	6.133.040
Risco operacional - RWA_{OPAD}	57.488.105	52.781.594	44.156.342
Patrimônio de Referência Mínimo Requerido – PRMR $RWA \times Fator F$	53.402.285	56.699.054	55.678.573
Risco de mercado – carteira de não negociação - R_{BAN}	6.682.115	6.912.474	8.746.152
Margem de capital (PR - PRMR - R_{BAN})	23.109.395	14.107.772	7.651.473
Índice de capital principal (CP / RWA)	8,97%	9,47%	8,76%
Índice de capital nível I (Nível I / RWA)	8,97%	9,47%	8,76%
Índice de Basileia (PR / RWA)	14,41%	13,54%	12,78%
Fator F (Resolução CMN nº 4.193/2013)	9,26%	9,88%	9,875%

(1) Patrimônio Líquido descontado dos Instrumentos híbridos de capital e dívida autorizados conforme Resolução CMN nº 4.192/2013

Notas Explicativas da Administração às demonstrações contábeis consolidadas

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Risco de Crédito

O risco de crédito é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas associadas ao não cumprimento pelo tomador ou contraparte de suas respectivas obrigações financeiras nos termos pactuados no instrumento contratual, à desvalorização de contratos de crédito originada da deterioração na classificação de risco do tomador, à redução de ganhos ou remunerações, às vantagens concedidas na renegociação e aos custos de recuperação.

O controle e acompanhamento do risco de crédito ocorre por meio da identificação, mensuração, avaliação e monitoramento de indicadores de atraso, perda realizada, esperada e inesperada, provisão e exigência de capital regulatório e econômico, em diversas granularidades e agrupamentos, possibilitando, a partir da informação de cada contrato, ampla visão do perfil das exposições, por tomador, operação, segmentos da carteira, região geográfica e setor de atividade, dentre outros. Permitindo, dessa forma, a proposição de alternativas à mitigação do risco de crédito e reportes aos gestores de produtos e serviços e às instâncias deliberativas da Instituição.

As exposições de crédito da CAIXA são submetidas à avaliação de risco em modelos baseados em critérios consistentes e verificáveis, capazes de mensurar e classificar os riscos envolvidos em cada operação.

As novas operações são avaliadas a partir de modelos de *Credit Scoring* – CS ou de análise especialista, a depender das características do tomador e da operação. As operações em carteira sofrem reavaliação periódica, no mínimo anualmente, sendo aplicados modelos de *Behavior Scoring* – BS nas exposições com perfil de varejo e reavaliação de rating nas demais

A CAIXA possui rotina anual de revisão dos modelos, políticas, estratégias, limites de exposição ou extrapolação, para reporte e aprovação pelo Conselho Diretor e Conselho de Administração, como parte do aprimoramento contínuo do processo de controle e acompanhamento do risco de crédito. Essas revisões periódicas visam manter a CAIXA aderente às melhores práticas do mercado e ao atendimento aos requerimentos do Novo Acordo de Capitais e dos órgãos supervisores.

Os modelos de mensuração dos indicadores utilizados no acompanhamento das exposições são avaliados e homologados previamente por unidade interna e autônoma, tendo sua capacidade preditiva permanentemente monitorada.

Risco de Mercado

O risco de mercado consiste na possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado de posições detidas pela Instituição, incluídas as operações sujeitas à variação cambial, de taxas de juros, de preços de ações e de mercadorias (commodities).

A CAIXA mantém estrutura de gerenciamento de risco de mercado compatível à natureza e complexidade dos instrumentos financeiros, produtos e operações e à dimensão de sua exposição a este risco.

As atividades de administração do risco de mercado são segregadas das atividades negociais e de auditoria, sendo mantidas estruturas independentes de desenvolvimento e monitoração de modelos, de forma a evitar conflitos de interesses e resguardar a imparcialidade dos trabalhos executados.

A identificação prévia dos riscos inerentes a novos instrumentos financeiros, produtos e operações, a análise de sua adequabilidade aos procedimentos e controles adotados pela CAIXA, o monitoramento dos limites de exposição e concentração a riscos de mercado, tanto das operações incluídas na carteira de negociação quanto das demais posições, abrangendo todas as fontes relevantes de risco de mercado e o reporte tempestivo para as instâncias deliberativas visam assegurar uma menor volatilidade dos resultados da Instituição, o alinhamento às melhores práticas de mercado e o atendimento à exigência legal.

Mensuração do Risco de Mercado

A mensuração do risco de mercado inicia-se com a marcação a mercado dos títulos e valores mobiliários que consiste no cálculo dos preços de negociação destes instrumentos no mercado secundário, a partir da identificação de todas as posições mantidas pela CAIXA e no cálculo dos seus fluxos de caixa, descontados pelas taxas de juros de mercado de cada instrumento financeiro.

Essas taxas de juros que subsidiam a precificação de instrumentos de renda fixa, são demonstradas por meio da estrutura a termo de taxas de juros, que é a representação gráfica do relacionamento entre as taxas de juros de instrumentos de mesma qualidade de crédito e diferentes prazos.

Notas Explicativas da Administração às demonstrações contábeis consolidadas

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Na CAIXA estas estruturas são estimadas a partir de informações das taxas ou preços negociados no mercado secundário de títulos e nos mercados de derivativos ou, no caso de ativos sem negociação, por meio de metodologia apropriada.

Value at Risk – VaR

A CAIXA utiliza a abordagem Delta-Normal para o cálculo do VaR modelo interno, metodologia paramétrica baseada no modelo analítico de matriz de covariância, que supõe que os retornos da carteira são normalmente distribuídos.

As volatilidades e as correlações são calculadas diariamente para um período histórico de dados de 252 dias úteis a partir da série dos retornos das curvas de mercado dos diversos fatores de risco.

Para o cálculo do VaR, o sistema de mensuração de risco de mercado utiliza técnica de ponderação dos dados EWMA – *Exponentially Weighted Moving Average*, método de suavização exponencial que pondera as observações conforme o parâmetro de decaimento escolhido, desde que o resultado do VaR seja mais conservador que o resultado calculado pela variância amostral.

A acurácia desse modelo é monitorada diariamente por meio da execução do programa de testes de aderência, utilizando-se duas metodologias que contam o número de violações, um procedimento padrão estabelecido no Acordo de Basileia e o teste de proporção de falhas proposto por Kupiec. Esses testes verificam se os ganhos ou perdas não realizados são menores que o VaR calculado para os níveis de confiança de 95%, 97,5% e 99%.

A contagem de violações para aplicação dessas metodologias é realizada por meio da mensuração das perdas não realizadas e resultados efetivos.

Na primeira, é considerado violação o resultado negativo decorrente de perdas não realizadas maior que o VaR projetado para o dia. Na segunda, é considerado violação o resultado negativo decorrente da variação do valor da carteira, considerando as negociações realizadas no dia, maior que o VaR projetado para o dia. Nos dois casos, essa contagem de violações em determinado período deve estar de acordo com o intervalo de confiança estabelecido para o modelo.

Testes de Estresse

O Programa de Testes de Estresse, que complementa a visão fornecida pelo cálculo do VaR, adota cenários históricos, datas históricas, cenários prospectivos e análise de sensibilidade, de forma a reproduzir períodos históricos, datas relevantes, simular adversidades baseadas em características da carteira e do ambiente macroeconômico que representem condições severas e as variações graduais nas curvas de mercado, respectivamente.

A análise de cenários históricos utiliza os piores cenários de curvas de juros já ocorridos (a partir de JAN/2004) para mensurar seus impactos sobre o valor do portfólio da CAIXA.

São utilizados dois cenários para avaliação dos impactos: o primeiro consiste em encontrar a pior data existente na base de dados para definir o valor em risco de estresse, e o segundo, em encontrar a pior data para cada fator de risco existente na carteira e somar esses resultados, considerando dessa maneira uma possível quebra de premissa.

A análise de datas históricas apura o VaR a partir de datas relevantes e conhecidas de estresse ocorridas entre 2000 e 2003. São determinados os piores choques ocorridos no período e aplicados às curvas de taxas de juros de forma a mensurar a perda no valor da carteira caso estes choques venham a se repetir.

A análise de cenários prospectivos consiste em verificar os impactos no valor do portfólio da CAIXA, caso o cenário projetado ocorra. Na CAIXA, os cenários prospectivos são propostos pela Vice-Presidência de Finanças e Controladoria com a explicação das premissas e hipóteses adotadas para cada variável explicativa dos modelos e aprovados pelo Comitê de Risco, para que possam ser utilizados como insumos para os modelos de risco.

Notas Explicativas da Administração às demonstrações contábeis consolidadas

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

São utilizados dois tipos de cenários prospectivos para o gerenciamento do risco de mercado:

- Estresse de alta, ponderando possíveis adversidades internas e externas que impactem em elevação da taxa de juros acima das taxas do cenário de referência;
- Estresse de baixa, considerando hipóteses alternativas que impactem em redução da taxa de juros para patamares abaixo das taxas do cenário de referência.

A análise da sensibilidade da carteira a possíveis alterações nas taxas dos fatores de risco é realizada com a aplicação de pontos percentuais à estrutura a termo de cada um dos fatores de risco, de modo a simular a elevação nas taxas e a consequente redução dos preços dos ativos.

Os resultados dos testes de estresse são considerados em todo o processo de gerenciamento do risco de mercado, inclusive para estabelecer ou rever as políticas e limites de exposição a risco.

Carteira de negociação

A carteira de negociação da CAIXA é composta por todas as operações com títulos e valores mobiliários, instrumentos financeiros e mercadorias, inclusive derivativos, detidas com intenção de negociação ou destinadas a hedge de outros elementos desta carteira e que não estejam sujeitas à limitação da sua negociabilidade. A evolução do valor em risco da carteira, segmentado por fator de risco é apresentado a seguir:

Valor em Risco em Cenário de Normalidade ⁽¹⁾			
Fatores de Risco	30/06/2017	31/12/2016	30/06/2016
PRE	17.364	15.199	19.956
Cupom IPCA	5.959	2.492	134
Cupom SELIC	1.070	(39)	(9)
VaR com ED	24.393	17.652	20.081

(1) Todos os valores apresentados consideram o efeito diversificação da carteira.

Operações não classificadas na carteira de negociação

As operações não classificadas na carteira de negociação abrangem os títulos e valores mobiliários classificados nas categorias II - disponíveis para venda e III – mantidos até o vencimento, as operações ativas das carteiras comercial, habitacional e de saneamento e infraestrutura, e as operações passivas de captações e depósitos.

Visando assegurar que o Patrimônio de Referência - PR seja suficiente para fazer frente aos riscos de mercado assumidos pela CAIXA, a área de risco mensura e avalia o risco de taxas de juros destas operações considerando a sua natureza, a complexidade dos produtos e a dimensão da exposição a este risco.

A estimação do PR compatível com o risco de mercado das operações não classificadas na carteira de negociação e sujeitas à variação de taxas de juros é realizada por meio da metodologia Δ EVE – *Economic Value of Equity*, em consonância com os critérios estabelecidos pela Circular BACEN nº 3.365/2007 e os princípios do Acordo de Basileia. O monitoramento dos níveis de exposição destas operações ao risco de taxas de juros e o cumprimento dos limites estabelecidos são reportados à Alta Administração mensalmente.

São realizados testes de estresse em conformidade ao estabelecido na Circular BACEN nº 3.365/2007. Adicionalmente, realiza-se análises de sensibilidade, que permitem verificar a variação no valor da carteira a partir da aplicação de pontos percentuais à estrutura a termo de cada um dos fatores de risco, simulando a elevação nas taxas e a consequente redução dos preços dos ativos.

Notas Explicativas da Administração às demonstrações contábeis consolidadas

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Instrumentos Financeiros – Valor de mercado

INDIVIDUAL									
Descrição	Valor Contábil			Valor Marcado a Mercado			Valores a Pagar ou a Receber		
	30/06/2017	31/12/2016	30/06/2016	30/06/2017	31/12/2016	30/06/2016	30/06/2017	31/12/2016	30/06/2016
Comparativo entre os instrumentos financeiros registrados em contas patrimoniais e seu valor marcado a mercado – ATIVOS									
Aplicações em depósitos interfinanceiros	12.049.142	12.429.265	11.494.011	12.050.227	12.429.667	11.494.084	1.085	402	73
Aplicações em operações compromissadas	142.123.938	144.645.896	138.125.024	142.123.938	144.595.084	138.125.024	-	(50.812)	-
Títulos e valores mobiliários	183.800.292	179.646.715	179.153.472	185.952.795	181.060.818	179.324.397	2.152.503	1.414.103	170.925
Títulos para negociação	117.644.839	108.346.402	113.199.527	117.644.839	108.346.402	113.199.527	-	-	-
Títulos disponíveis para venda	25.935.859	21.808.716	14.255.122	25.935.859	21.808.716	14.255.122	-	-	-
Títulos mantidos até o vencimento	40.219.594	49.491.597	51.698.823	42.372.097	50.905.700	51.869.748	2.152.503	1.414.103	170.925
Operações de crédito, arrendam. mercantil e outros créditos	698.071.555	690.640.624	672.537.552	663.358.789	633.458.493	642.332.367	(34.712.766)	(57.182.131)	(30.205.185)
Comercial	183.405.513	191.767.880	196.199.188	205.968.643	208.162.537	211.203.556	22.563.130	16.394.657	15.004.368
Rural	6.647.477	7.216.914	-	6.421.710	7.216.914	-	(225.767)	-	-
Habitação	420.884.594	405.495.273	393.252.209	371.018.291	342.401.818	358.108.496	(49.866.303)	(63.093.455)	(35.143.713)
Infraestrutura/desenvolvimento	79.790.187	78.379.488	75.702.304	72.606.361	67.896.155	65.636.464	(7.183.826)	(10.483.333)	(10.065.840)
Outros créditos	7.343.784	7.781.069	7.383.851	7.343.784	7.781.069	7.383.851	-	-	-
Comparativo entre os instrumentos financeiros registrados em contas patrimoniais e seu valor marcado a mercado – PASSIVOS									
Captações de recursos	284.289.090	291.527.948	283.596.667	290.623.131	298.464.519	292.341.577	6.334.041	6.936.571	8.744.910
CDB/RDB	138.969.942	137.433.519	119.613.922	140.560.157	139.001.542	121.184.263	1.590.215	1.568.023	1.570.341
LCI LH	131.845.646	140.913.283	151.078.593	136.198.317	145.806.273	157.696.797	4.352.671	4.892.990	6.618.204
Obrigações por TVM no exterior	13.473.502	13.181.146	12.904.152	13.864.657	13.656.704	13.460.517	391.155	475.558	556.365
Captação em operações compromissadas	146.151.863	159.545.749	189.149.546	146.227.639	159.509.724	189.149.546	75.776	(36.025)	-
Obrigações por empréstimos e repasses e outras	252.228.653	239.472.800	225.419.854	203.149.593	178.245.547	156.094.505	(49.079.060)	(61.227.253)	(69.325.349)
Exterior	4.195.959	5.425.078	5.797.235	4.228.003	5.448.083	6.625.709	32.044	23.005	828.474
Tesouro	61.743	53.145	47.675	53.456	51.303	48.010	(8.287)	(1.842)	335
FGTS	217.906.727	204.156.954	189.359.062	173.027.437	147.563.794	131.458.024	(44.879.290)	(56.593.160)	(57.901.038)
BNDES	29.301.644	28.894.894	29.188.228	25.139.202	24.349.112	17.087.692	(4.162.442)	(4.545.782)	(12.100.536)
Depósitos não remunerados	762.580	942.729	1.027.654	701.495	833.255	875.070	(61.085)	(109.474)	(152.584)
Instrumento híbrido de capital e dívida	33.697.566	28.541.406	12.854.959	22.092.272	18.599.007	9.184.453	(11.605.294)	(9.942.399)	(3.670.506)

Notas Explicativas da Administração às demonstrações contábeis consolidadas

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Determinação de valor de mercado dos instrumentos financeiros

Os preços dos instrumentos financeiros da carteira de títulos e valores mobiliários são determinados a partir das taxas ou dos preços praticados nas transações diárias, desde que obedecida a condição de ocorrência de uma quantidade mínima de negócios na data da apuração.

O preço de mercado das ações listadas em bolsa de valores corresponde ao preço de fechamento do dia, e o dos derivativos padronizados ao preço de ajuste do dia.

Os preços de negociação dos instrumentos de renda fixa são calculados mediante a construção de fluxos de caixa descontados pelas taxas de juros de mercado de cada instrumento.

As taxas de juros são demonstradas por meio de estrutura a termo de taxas de juros estimadas a partir de informações disponíveis de taxas e preços de negociação no mercado secundário ou, no caso de ativos sem negociação, por metodologia apropriada, utilizando-se as seguintes premissas nesta ordem:

- a) Utilização de preços e taxas indicativas apuradas e divulgadas pela ANBIMA.
- b) Construção da estrutura a termo pela agregação à taxa ou sobretaxa do papel do *spread* entre uma curva de taxa de juros de títulos públicos e uma da BM&F com características semelhantes ou uma curva de um ativo com mesma característica e que possua liquidez no mercado secundário.

O processo de marcação a mercado das demais operações não classificadas na carteira de negociação, sujeitas ao risco de taxas de juros, é baseado na construção dos fluxos de caixa dos ativos e passivos e das estruturas a termo de taxas de juros de mercado.

Os fluxos de caixa são construídos a partir das características das operações, com utilização de modelos estatísticos para aquelas que não possuem vencimento definido. Estes fluxos são descontados pelas estruturas a termo estimadas a partir de informações disponíveis de taxas e preços de negociação de mercado dos instrumentos financeiros disponíveis, tais como: contratos futuros, títulos públicos ou operações de *swap*.

Análise de Sensibilidade das Posições Relevantes - Instrução CVM nº 475

A análise de sensibilidade permite verificar o impacto das variações das taxas de juros sobre os preços dos ativos e passivos, por fator de risco. Estes estudos hipotéticos tornam-se ferramenta de gestão do risco de mercado, possibilitando a definição de medidas de mitigação em caso de concretização de tais cenários, uma vez que as exposições são monitoradas diariamente e movimentos adversos do mercado produzem a imediata atuação das unidades envolvidas no processo visando minimizar eventuais perdas que venham a ocorrer.

Em atendimento à Instrução CVM nº 475/2008, as análises de sensibilidade para cada tipo de risco de mercado considerado relevante pela Alta Administração, ao qual a CAIXA estava exposta, incluíram todas as operações relevantes com instrumentos financeiros e consideraram as maiores perdas em cada um dos cenários a seguir:

Cenário I: Cenário provável considerando a trajetória mais provável das variáveis e indicadores macroeconômicos;

Cenário II: Cenário eventual que considera um choque paralelo no cenário I, de mais ou menos 25% nas variáveis de risco na data de fechamento do balanço;

Cenário III: Segundo cenário eventual que considera um choque paralelo de mais ou menos 50% no cenário I, nas variáveis de risco na data de fechamento do balanço, sendo consideradas as piores perdas resultantes.

Os resultados dos Instrumentos Financeiros em 30/06/2017 apurados estão sintetizados no quadro a seguir:

Descrição	Risco	Cenário Provável	Var. de 25%	Var. de 50%
Prefixado	Aumento de taxa de juros	(226.596)	(5.463.949)	(10.497.028)
Índice de preços	Aumento de cupons de índice de preços	(17.538)	(452.548)	(909.728)
TR/TBF/TJLP	Aumento de cupom de TR	(28.778)	(980.171)	(2.765.561)
Variação cambial	Queda nas taxas de câmbio	(759)	(19.403)	(40.010)

Notas Explicativas da Administração às demonstrações contábeis consolidadas

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Risco de Liquidez

O risco de liquidez é definido como a possibilidade de a Instituição não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, inclusive as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas; e na possibilidade de a Instituição não conseguir negociar a preço de mercado uma posição, devido ao seu tamanho elevado em relação ao volume normalmente transacionado ou em razão de alguma descontinuidade no mercado.

A CAIXA mantém estrutura de gerenciamento de risco de liquidez em conformidade ao estabelecido nas Resoluções CMN nº 4.090/2012 e nº 4.388/2014.

Os princípios e diretrizes da gestão do risco de liquidez estão explicitados na Política de Gerenciamento de Riscos do Conglomerado CAIXA.

A CAIXA desenvolveu e implementou modelos proprietários para a projeção dos fluxos de caixa das operações bancárias em cenário de normalidade e de estresse e para a mensuração do potencial diário de negociação dos títulos e do colchão de risco de liquidez.

No gerenciamento da liquidez de curto prazo é realizado o monitoramento da liquidez intradia e da relação entre os títulos de alta convertibilidade, que são os ativos disponíveis para negociação e/ou realização de operações compromissadas, e o colchão de risco de liquidez, que é definido como a reserva estratégica mínima de recursos para fazer frente a uma situação de crise, composta por ativos de alta qualidade de liquidez em carteira, necessários para assegurar a capacidade da Instituição de cumprir com as obrigações do fluxo de caixa previstas para 30 dias.

Adicionalmente, foi estabelecido o Plano de Contingência de Liquidez com definição de Alertas para avaliação e antecipação de possíveis problemas ou crises de liquidez. A ocorrência de qualquer dos alertas é comunicada tempestivamente ao Comitê Delegado de Risco e de Capital para avaliação quanto à decretação de regime de contingência de liquidez.

No Plano são definidas as responsabilidades das unidades e instâncias envolvidas na sua execução, as fontes de recursos e os procedimentos a serem seguidos para conduzir a CAIXA a uma situação aceitável ou restabelecer o seu nível de liquidez.

A mensuração e o monitoramento dos níveis de exposição ao risco de liquidez são reportados diariamente às Vice-Presidências de Risco e de Finanças e Controladoria, mensalmente, ao Comitê de Risco e, semestralmente, ao Conselho de Administração.

Risco Operacional

O risco operacional é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou de eventos externos. Essa definição inclui o risco legal associado à inadequação ou deficiência em contratos firmados, bem como as sanções em razão de descumprimento de dispositivos legais e indenizações por danos a terceiros decorrente das atividades desenvolvidas pela CAIXA.

Identificar, avaliar, mensurar, mitigar, monitorar, controlar e reportar são as fases para o perfeito ciclo de Gestão do Risco Operacional. Na CAIXA este processo está embasado em uma estrutura composta por três premissas básicas:

- Ambiente adequado de gerenciamento de Risco Operacional, formado pelo patrocínio da Alta Administração, por um conjunto de políticas e normas e por um processo segregado de auditoria;
- Processo de gerenciamento de Risco Operacional, composto pelas etapas de Identificação, Avaliação, Controle/Mitigação, Monitoramento e Reporte. Todas essas etapas estão interligadas de forma que o fluxo de análise tem começo, meio e fim bem definidos; e
- Divulgação de informações de Risco Operacional, definida segundo o objetivo e público alvo.

Notas Explicativas da Administração às demonstrações contábeis consolidadas

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

A avaliação do Risco Operacional na CAIXA é realizada por meio de duas análises: a análise preventiva e a análise reativa. A análise preventiva busca encontrar variáveis e indicadores que possam sinalizar prováveis ocorrências de perdas para agir antes que essas ocorram. A análise reativa busca estudar o comportamento das perdas para então encontrar possíveis causas. Em ambos os casos, a avaliação tenta fornecer instrumentos e informações suficientes para que o risco seja controlado/mitigado, monitorado e reportado. As diversas Unidades Gestoras da CAIXA são as maiores fontes de informação para a Identificação e Avaliação do Risco Operacional.

A CAIXA está implementado o modelo de Linhas de Defesa como forma de estruturar os processos da Empresa e, conseqüentemente, organizar os papéis e responsabilidades no que se refere ao ambiente de controle e gestão de riscos, sendo:

- 1ª Linha – Gestor do Negócio / Processo: Responsável por implementar os controles e gerenciar os riscos;
- 2ª Linha – Controle e Risco: Responsável por definir a estratégia, políticas e metodologias em relação ao risco e controle, por monitorar se a 1ª LD está efetiva, bem como se os riscos identificados estão dentro dos limites de tolerância estabelecidos;
- 3ª Linha – Auditoria: Responsável por avaliar de maneira independente o funcionamento da 1ª e 2ª linha.

Metodologia de Cálculo Adotada na CAIXA

Em atenção aos critérios contidos na Circular BACEN nº 3.640/2013 para fins de cálculo do capital requerido para risco operacional pelo método padronizado (RWAopad), foi desenvolvida uma ferramenta para realizar cálculo integrando as três abordagens previstas:

- Abordagem do Indicador Básico – BIA;
- Abordagem Padronizada Alternativa – ASA; e
- Abordagem Padronizada Alternativa Simplificada - ASA2.

A CAIXA adota a abordagem ASA em virtude desta metodologia conferir caráter mais granular à utilização do resultado bruto que as demais e, por conseguinte, apresenta-se mais sensível à exposição ao risco operacional.

Modelos Internos

As abordagens avançadas de mensuração de risco operacional envolvem o aperfeiçoamento das técnicas de gestão e controle e, como resultado, espera-se reduzir o impacto decorrente de fraudes (internas e/ou externas), falhas de procedimentos operacionais, falha na gestão de contratos trabalhista, entre outros, para mitigar a exposição ao risco operacional.

O modelo requer, no mínimo, o uso e integração de quatro elementos:

- Dados internos de perdas operacionais – a base de dados internos dos eventos associados aos riscos e perdas operacionais deve ser composta com informações das áreas gerenciais em consonância com as da contabilidade.
- Dados externos de perdas operacionais – a base de dados externos auxilia na quantificação dos eventos de risco operacional ocorridos em outras instituições e contribui para a quantificação de eventos nunca ocorridos internamente, aqueles de baixíssima frequência.
- Indicadores relativos ao ambiente de negócios e aos controles internos - Refletem o controle interno e o ambiente operacional e de negócios a que a CAIXA está exposta a riscos operacionais e que servirão como mitigadores da exposição.
- Análise de cenários - Permite representar as mudanças no ambiente de negócio interno e externo incorporando situações que não estão nos dados internos, pois possibilita considerar o impacto de eventos extremos nas suas operações.

Embora a utilização de modelos internos para o cálculo de capital regulamentar esteja em processo de revisão pelo WGOR (*Working Group of Operational Risk*) do Comitê de Basileia, sobretudo com a possibilidade da adoção de um novo modelo padronizado denominado SMA (*Standardized Measurement Approach*), a exigência regulatória de desenvolvimento e estruturação dos quatro elementos de Risco Operacional, citados anteriormente, será mantida e intensificada, visto que estes elementos visam o aprimoramento contínuo da gestão de risco operacional.

Notas Explicativas da Administração às demonstrações contábeis consolidadas

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Monitoramento, Controle Operacional e Mitigação

Os registros de perdas decorrentes de eventos de risco operacional são monitorados e apresentados com o objetivo de refinar a tomada de decisão e direcionar a elaboração de ações de mitigação. Também são monitoradas sistematicamente as informações provenientes dos indicadores da exposição da CAIXA às ocorrências dos eventos de risco operacional.

Para o controle operacional de produtos e serviços é utilizada ferramenta específica, onde se encontram consolidados os pareceres de diversas áreas, cuja contribuição perpassa desde a apresentação de projetos até a avaliação do comportamento dos produtos e serviços em relação aos níveis de risco projetados.

Visando a redução de riscos e a melhoria de controles, são elaboradas ações de mitigação do risco operacional, que representam medidas preventivas, corretivas ou de aprimoramento da gestão, e para se obter um melhor monitoramento, essas ações são registradas em sistema corporativo.

Gestão da Continuidade dos Negócios

A gestão da continuidade dos negócios é parte do gerenciamento de risco operacional e sua atuação se dá por meio do Programa de Continuidade dos Negócios – PCN CAIXA frente às possíveis interrupções nos serviços e atividades, como fator fundamental para o sucesso de qualquer iniciativa de preservação ou recomposição da capacidade de realizar negócios.

Gestão da Segurança da Informação

A gestão de Segurança da Informação é um elemento importante na estrutura da CAIXA, cujo envolvimento de todas as áreas da CAIXA na construção e consolidação de modelos, procedimentos, estrutura, ferramentas e cultura corporativa resultam numa gestão focada fundamentalmente na proteção dos ativos de informações da instituição.

Gestão de Crises

A Gestão de Crise é um componente da Gestão de Continuidade dos Negócios, que busca gerenciar de forma efetiva eventos de impacto significativo que abalem um ou mais pilares: pessoas, negócios, infraestrutura, informações, TI e fornecedores. Esta gestão envolve ações de preparação, identificação, resposta, resolução e, ao final, a observação das lições aprendidas, o chamado pós-crise.

NA CAIXA, o gerenciamento de crise está estruturado num modelo que contempla premissas, responsabilidades e formas de atuação, estas, sempre coordenadas por um Grupo de Gestão.

Transparência e Divulgação

A transparência e a divulgação de informações sobre o risco operacional da CAIXA são fatores imprescindíveis para que os participantes do mercado possam avaliar a qualidade do gerenciamento dessa categoria de risco na instituição.

Existe um processo estruturado de comunicação interna e de divulgação ao mercado com o objetivo de integrar a transparência à rotina da CAIXA e demonstrar o seu compromisso com a consistência dos dados, com o ambiente bancário seguro e com a sociedade brasileira.

Disseminação de Cultura de Risco Operacional

Estão disponíveis na Universidade CAIXA dois cursos sobre risco operacional, módulos Básico e Avançado de fácil acesso para os empregados da Instituição, com o objetivo de disseminar internamente a cultura de gerenciamento dessa categoria de risco. Nesta mesma linha, existem manuais normativos referentes à Política de Risco Operacional, bem como a procedimentos associados ao ciclo de gestão.

Notas Explicativas da Administração às demonstrações contábeis consolidadas

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Nota 34 – Outras informações

(a) Ativos de Fundos/Programas Sociais administrados pela CAIXA

Descrição	30/06/2017 (1)	31/12/2016	30/06/2016
FGTS	505.799.683	502.029.048	452.747.183
PIS	31.846.159	31.476.213	30.798.012
FAR	41.993.137	43.439.305	40.352.553
FCVS	13.503.663	12.754.057	12.344.133
FDS	2.891.608	2.528.756	2.142.453
FGCN	52.070	52.102	51.510
FGHAB	1.711.995	1.801.570	1.746.526
FGS	1.479.371	1.313.593	840.482
Outros	25.724	28.457	274.434
Total	599.303.410	595.423.101	541.297.286

(1) Posição de 31/05/2017

(b) Ativos de Fundos de Investimento administrados pela CAIXA

Descrição	30/06/2017	31/12/2016	30/06/2016
Fundos de ações	12.332.853	15.048.884	13.137.239
Fundos de investimento financeiro	195.725.576	186.996.963	175.906.220
Fundos de investimento em cotas - FIC (1)	135.081.930	115.387.486	107.356.703
Total	343.140.359	317.433.333	296.400.162

(1) Inclui Fundos de aplicação em cotas, que não são considerados no ranking ANBIMA.

(c) Garantias prestadas a terceiros

Registra-se o valor de R\$ 69.554 em 30/06/2017 (31/12/2016 - R\$ 69.554; 30/06/2016 – R\$ 69.554), referente aos imóveis patrimoniais e títulos penhorados em garantias prestadas a terceiros, relativo a ações judiciais contra a CAIXA.

(d) FGTS

O risco de crédito das operações contratadas a partir de 1º de junho de 2001 é da CAIXA na qualidade de Agente Operador, ficando a União com o risco nas aplicações efetuadas até aquela data, conforme estabelecido no art. 9º da Lei nº 8.036/1990, alterado pelo art. 12 da Medida Provisória nº 2.196-3/2001. O resultado da avaliação do risco de crédito é reconhecido como provisão na CAIXA em "Obrigações diversas" no montante de R\$ 8.641.

(e) FIES

O risco de crédito das operações contratadas a partir de 12 de junho de 2001 é da CAIXA na qualidade de Agente Financeiro e devedor solidário no limite percentual de 25%, conforme estabelecido no art. 5º da Lei nº 10.260/2001, atualizado pela Lei nº 11.552/2007. O resultado da avaliação desse risco de crédito, descontado dos valores honrados e repassados ao MEC é reconhecido como provisão na CAIXA em "Obrigações diversas" no montante de R\$ 51.155.

Notas Explicativas da Administração às demonstrações contábeis consolidadas

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Nota 35 – Eventos Subsequentes**Plano de desligamento voluntário de empregados**

A CAIXA tem adotado um conjunto de ações com o objetivo de aumentar sua eficiência operacional, enfrentando os desafios impostos pelo atual cenário econômico. Dentro deste contexto, foi reaberto o Plano de Desligamento Voluntário aos empregados que possuam maior tempo de trabalho na CAIXA.

O prazo para adesão ao Plano se encerra em 14/08/2017 e 2.349 empregados já aderiram ao plano. O prazo para desligamento será até o dia 25/08/2017.

Fato relevante da CAIXA Seguridade Participações S.A.

No dia 10/08/2017 a CAIXA Seguridade Participações S.A. informou ao mercado em geral que comunicou à CNP Assurances S.A., nesta data, sua decisão de encerrar em 14/02/2021 o Acordo Operacional vigente que disciplina o acesso exclusivo por parte da coligada Caixa Seguros Holding S.A. e suas controladas à rede de distribuição da CAIXA.

Gilberto Magalhães Occhi
Presidente

Antônio Carlos Ferreira
Vice-presidente

Arno Meyer
Vice-presidente

Fabio Lenza
Vice-presidente

Jose Antonio Eirado Neto
Vice-presidente

Jose Henrique Marques da Cruz
Vice-presidente

Marcelo Campos Prata
Vice-presidente

Marcos Fernando Fontoura dos Santos Jacinto
Vice-presidente

Nelson Antonio de Souza
Vice-presidente

Paulo Henrique Angelo Souza
Vice-presidente

Roberto Barros Barreto
Vice-presidente em exercício
Portaria nº 1.150/2017

Marcos Brasileiro Rosa
Superintendente Nacional
Contador CRC 022351/O-1-DF

RESUMO DO RELATÓRIO DO COMITÊ DE AUDITORIA PRIMEIRO SEMESTRE DE 2017

O Comitê de Auditoria é órgão estatutário de assessoramento, vinculado diretamente ao Conselho de Administração da Caixa Econômica Federal, e tem como principais atribuições: revisar, previamente à publicação, o conjunto das demonstrações contábeis e avaliar a efetividade dos sistemas de controles internos e das auditorias interna e independente. Seu Regimento Interno está disponível no site <http://www.caixa.gov.br> e sua atuação é orientada pelas normas aplicáveis, pelo Estatuto da CAIXA e pelo Plano de Trabalho aprovado para o exercício.

A administração da CAIXA é responsável pela elaboração das demonstrações contábeis, com base em processos e controles capazes de garantir sua qualidade e integridade.

A auditoria interna inclui, entre seus trabalhos regulares, o exame do ambiente e das atividades de controle existentes, com impacto na elaboração dessas demonstrações.

Neste semestre, vencido o contrato com a Ernst & Young Auditores Independentes, a PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes passou a ser responsável por auditar as demonstrações contábeis, verificar, com razoável segurança, se elas estão livres de distorção relevante e emitir sua opinião a respeito.

Ao longo do primeiro semestre de 2017 o Comitê participou de reuniões com integrantes do Conselho Diretor, individualmente, e de todas aquelas realizadas pelo Conselho de Administração. Promoveu encontros, isolada ou conjuntamente, com diversas áreas da CAIXA, com prioridade, em vista da natureza de suas atividades, para as áreas de controle institucional, de gerenciamento de riscos, de contabilidade e tributos, de controladoria e de ouvidoria. Com as equipes de auditoria interna e independente, tomou conhecimento dos resultados dos principais trabalhos, conclusões e recomendações decorrentes. Revisou, além disso, as demonstrações contábeis, respectivas notas explicativas e relatórios da Administração e dos auditores independentes.

O Comitê também acompanhou os resultados de inspeções e apontamentos feitos pelos órgãos reguladores ou supervisores, e manteve reuniões específicas com seus representantes. Informou-se sobre os estágios das recomendações ou determinações das diversas instâncias de controle, buscou analisar a consistência e a efetividade das respectivas soluções.

Em todos os encontros anteriormente mencionados, colheu informações, observações e diagnósticos de aspectos relevantes ou críticos, debateu procedimentos e oportunidades de aperfeiçoamento, discutiu planos e ações corretivas e formulou apontamentos.

Resumo do Relatório do Comitê de Auditoria

Manteve-se atento ao ambiente regulatório e econômico com implicações para a CAIXA e ao reflexo das ações de gestão sobre a dinâmica de atuação da empresa, em particular quanto aos aspectos relacionados à governança, aos controles internos, à gestão de riscos e às atividades de auditoria.

Em razão das atividades desenvolvidas, o Comitê reuniu um conjunto de informações que constituiu a base para suas avaliações. Assim, em função das análises efetuadas, ponderadas as responsabilidades e limitações inerentes ao escopo de sua atuação e reconhecendo a necessidade de aprimoramentos em alguns processos e sistemas da empresa, o Comitê concluiu que:

- i) os sistemas de controle interno e de gerenciamento de riscos da CAIXA revelam satisfatório nível de efetividade;
- ii) a auditoria interna se mostra efetiva, atuando com adequada independência e objetividade;
- iii) em relação à auditoria independente, não foram identificadas situações que pudessem comprometer sua efetividade e independência; e,
- iv) as demonstrações contábeis, individual e consolidada, inclusive notas explicativas e relatórios da administração e do auditor independente, foram elaboradas em consonância com as normas vigentes e contém as informações relevantes para apresentação da situação patrimonial e financeira da Caixa Econômica Federal em 30.06.2017.

Brasília (DF), 20 de setembro de 2017.

REINALDO BUSCH ALVES CARNEIRO
Presidente

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis consolidadas

Aos Administradores e Acionista
Caixa Econômica Federal - CAIXA

Opinião com ressalva

Examinamos as demonstrações contábeis consolidadas da Caixa Econômica Federal – CAIXA (“CAIXA” ou “Instituição”) e suas controladas, que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 30 de junho de 2017 e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, exceto pelos possíveis efeitos do assunto descrito na seção a seguir intitulada “Base para opinião com ressalva”, as demonstrações contábeis consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Caixa Econômica Federal – CAIXA e suas controladas em 30 de junho de 2017, o desempenho consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa consolidados para o semestre findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Base para opinião com ressalva

Conforme mencionado na Nota 2(d) às demonstrações contábeis consolidadas, em conexão com os processos de investigação pelas autoridades públicas federais na operações citadas na referida Nota, a administração da CAIXA tomou conhecimento de supostos atos ilegais por parte de certos administradores e ex-administradores. Em decorrência, conforme aprovado pelo Conselho de Administração, foi constituído um Conselho Independente específico e contratados especialistas independentes para conduzir investigações relacionadas às alegações e identificar eventuais descumprimentos de leis e regulamentos e os eventuais consequentes impactos sobre os controles internos e as demonstrações contábeis consolidadas da CAIXA.

Considerando que as ações relacionadas à investigação desses assuntos estão em andamento, os possíveis impactos decorrentes da resolução desses temas não são conhecidos. Conseqüentemente não foi possível determinar se havia necessidade de ajustes ou divulgações adicionais relacionados a esse assunto sobre as demonstrações contábeis consolidadas de 30 de junho de 2017.

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis consolidadas”. Somos independentes em relação à CAIXA e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalva.

Ênfase

Créditos com FCVS

Chamamos a atenção para a Nota 7(b) às demonstrações contábeis consolidadas, que descreve que, em 30 de junho de 2017, a CAIXA possui créditos junto ao Fundo de Compensação de Variações Salariais – FCVS no montante líquido de R\$ 28.947 milhões. Os financiamentos habitacionais encerrados com cobertura do FCVS, ainda não homologados, montam a R\$ 12.553 milhões e a sua efetiva realização depende da aderência a um conjunto de normas e procedimentos definidos em regulamentação emitida pelo FCVS. A CAIXA estabeleceu critérios estatísticos para estimar as perdas decorrentes de operações que não venham a atender a essas normas, para as quais constituiu provisão no valor de R\$ 3.373 milhões. A realização dos créditos relacionados a financiamentos habitacionais já homologados pelo FCVS, no montante de R\$ 19.767 milhões, em 30 de junho de 2017, segue um processo de securitização (emissão de títulos por parte da União), conforme previsto na Lei 10.150 de 2000. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis consolidadas e o relatório do auditor

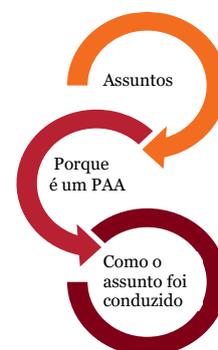
A administração da CAIXA é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis consolidadas ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Conforme descrito na seção "Base para opinião com ressalva" acima, considerando que as ações relacionadas à referida investigação estão em andamento, não foi possível determinar se havia necessidade de ajustes ou divulgações adicionais relacionados a esse assunto sobre as demonstrações contábeis consolidadas de 30 de junho de 2017. Portanto, não foi possível concluir se as outras informações apresentam distorção relevante, ou não, com relação a esse assunto.

Principais Assuntos de Auditoria

Principais Assuntos de Auditoria (PAA) são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do período corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Além do assunto descrito na seção "Base para opinião com ressalva", determinamos que os assuntos descritos abaixo são os principais assuntos de auditoria a serem comunicados em nosso relatório.



Porque é um PAA**Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria**

Provisão para crédito de liquidação duvidosa (Notas 3(h) e 8)

A estimativa da provisão para créditos de liquidação duvidosa envolve julgamento por parte da Administração. A determinação da provisão para créditos de liquidação duvidosa envolve a avaliação de várias premissas e fatores internos e externos alinhados com Resolução do Conselho Monetário Nacional no. 2.682, incluindo os níveis de inadimplência e garantias das carteiras, política de renegociação, cenário econômico atual e prospectivo. Dessa forma, essa área foi considerada uma área de foco em nossa auditoria.

Procedemos ao entendimento e testes dos controles internos relevantes na mensuração e reconhecimento da provisão para créditos de liquidação duvidosa, contemplando substancialmente os seguintes principais processos: Aprovação da política de crédito; Análise de crédito; Concessão de crédito e operações renegociadas; Atribuição de rating considerando o risco do valor recuperável das operações; Processamento e contabilização das provisões; Reconciliação dos saldos contábeis com a posição analítica; e Elaboração das notas explicativas.

Efetuamos, também, testes em relação a integridade e totalidade da base de dados utilizada para o cálculo da provisão para créditos de liquidação duvidosa, além de testes para observar a aplicação da metodologia de cálculo dessa provisão em relação aos ratings atribuídos, bem como confronto dos saldos contábeis com os relatórios analíticos.

Consideramos que os critérios e premissas adotados pela Administração são razoáveis em relação ao previsto nas normas regulamentares e nas políticas internas para a determinação da provisão para créditos de liquidação duvidosa.

Crédito tributário (Notas 3(i) e 20)

O crédito tributário decorrente de diferenças temporárias na base de cálculo dos tributos, bem como de prejuízos fiscais, é reconhecido contabilmente na medida em que haja expectativa de lucros tributáveis futuros para realização do mesmo.

A expectativa de realização dos créditos tributários está baseada em projeções de lucros tributários de curto e longo prazo e que requerem a aplicação de julgamento por parte da Administração da CAIXA e de suas investidas, incluindo utilização de premissas cuja concretização depende da confirmação dos cenários utilizados.

Realizamos o entendimento do processo de apuração dos créditos tributários decorrentes das diferenças temporárias e prejuízos fiscais, bem como do estudo de realização dos créditos tributários de acordo as projeções de lucros tributários elaborados pela administração.

Analisamos premissas críticas incluídas nas projeções de lucros tributários e, comparamos com dados macroeconômicos disponíveis e informações históricas e prospectivas da CAIXA e de suas investidas em seus aspectos mais relevantes.

Porque é um PAA

Considerando a subjetividade inerente a esse processo, uma vez que a utilização de diferentes premissas na projeção do lucro tributário poderia modificar significativamente os prazos e os valores previstos para realização dos créditos tributários, essa foi considerada uma área de foco em nossa auditoria.

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

Testamos a natureza e os montantes das diferenças temporárias e prejuízos fiscais passíveis de serem deduzidos das bases de tributos futuros com o auxílio de nossos especialistas na área tributária.

Discutimos com a Administração e inspecionamos a aprovação do estudo técnico que suporta a realização do crédito tributário pelo Conselho Diretor e apreciação pelo Conselho de Administração.

Consideramos que os critérios e premissas adotados pela Administração para a determinação e manutenção dos créditos tributários são razoáveis no contexto das demonstrações contábeis consolidadas.

Provisões para passivos contingentes (Notas 3(p) e 3o)

A CAIXA é parte em processos judiciais e administrativos de natureza tributária, trabalhista e cível, decorrentes do curso normal de suas atividades.

Normalmente os referidos processos são encerrados após um longo período e envolvem não só discussões acerca do mérito, mas também aspectos processuais complexos, de acordo com a jurisprudência e legislação vigente.

A decisão de reconhecimento de um passivo contingente e as bases de mensuração levam em consideração os pareceres dos assessores jurídicos e exercício de julgamento feito pela Administração da CAIXA. Consequentemente, essa foi considerada uma área de foco em nossa auditoria.

Nossos procedimentos de auditoria, abrangeram dentre outros:

O entendimento dos controles relacionados a identificação e constituição de passivos e as divulgações em notas explicativas, bem como os modelos de cálculo adotados para a constituição das provisões de natureza tributária, cível e trabalhistas, que consideram a análise individualizada para as ações relevantes e o valor médio histórico de condenação pago para as demais ações.

Efetuamos testes em relação aos valores provisionados das ações relevantes, bem como, com o apoio de nossos especialistas, discutimos a razoabilidade do prognóstico de perda das causas mais significativas de natureza tributária, trabalhista e cíveis.

Testamos a aplicação dos modelos matemáticos de apuração das médias históricas de perda relacionadas as demais contingências, bem como testamos a quantidade de casos em aberto na data-base das demonstrações contábeis consolidadas.

Efetuamos procedimentos de confirmação com os advogados que são responsáveis pela análise dos processos judiciais e administrativos relevantes para confirmar a avaliação do prognóstico, a totalidade das informações e o valor correto das provisões.

Consideramos que os critérios e premissas adotados pela Administração fornecem uma base razoável para a determinação da provisão para passivos contingentes no contexto das demonstrações contábeis consolidadas.

Porque é um PAA**Plano de benefício pós-emprego (Notas 3(r) e 32)**

A CAIXA tem planos de benefício pós-emprego com característica de benefício definido, cujos valores são relevantes no contexto das demonstrações contábeis consolidadas e envolvem a necessidade de utilização de uma adequada base de dados, da aplicação das características de cada plano quanto a responsabilidade da CAIXA como patrocinadora, incluindo a paridade contributiva, bem como a determinação de premissas por parte da administração com elevado grau de subjetividade, tais como: taxas de desconto, de inflação, de evolução de custos médicos e de mortalidade.

Essa foi uma área de foco em nossa auditoria, pois alterações nas premissas podem resultar em impactos relevantes nas obrigações relacionadas aos planos de benefício definido.

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

Procedemos ao entendimento dos processos que envolvem a constituição e a mensuração dos passivos decorrentes dos planos de benefícios pós-emprego.

Entre outros, nossos testes consideraram os controles relacionados à completude e base de dados consideradas nos cálculos atuariais, além da paridade contributiva do déficit.

Com o auxílio de nossos especialistas atuários procedemos à reperformance de cálculos em base de testes e discutimos as metodologias e os julgamentos relevantes utilizados pela Administração na determinação das premissas aplicadas no cálculo das obrigações em comparação com os parâmetros de mercado.

Consideramos que os critérios e premissas adotados pela Administração para a determinação da provisão para os planos de benefícios pós-emprego são, em todos os seus aspectos relevantes, razoáveis no contexto das demonstrações contábeis consolidadas.

Mensuração do valor justo dos ativos dos planos de benefícios a empregados com pouca liquidez e sem mercado ativo (Nota 3(r) e 32 (i.6 a i.8))

A mensuração do valor justo dos instrumentos financeiros dos ativos dos planos de benefício a empregados foi considerada uma área de foco em nossa auditoria devido à sua relevância no contexto das demonstrações contábeis consolidadas e o envolvimento de elevado nível de julgamento por parte da Administração, uma vez que dependem de técnicas de avaliação realizadas por meio de modelos internos baseados em determinadas premissas para valorização de instrumentos com pouca liquidez e sem mercado ativo e/ou dados observáveis. Esses instrumentos financeiros são substancialmente compostos por aplicações em títulos emitidos por empresas.

Realizamos o entendimento sobre a mensuração, reconhecimento e divulgação do valor justo dos ativos dos planos de benefícios a empregados.

Analisamos a razoabilidade das principais premissas utilizadas pela Administração nas construções de curvas e modelos internos de precificação, bem como analisamos o alinhamento dessas principais premissas e destes modelos com as práticas utilizadas de mercado, inclusive para os ativos que foram objeto de constituição de provisão para perda.

Efetuamos testes independentes de valorização de determinadas operações, selecionadas em base amostral.

Consideramos que os critérios e premissas adotados pela Administração na mensuração do valor justo desses ativos fornecem uma base razoável, em seus aspectos relevantes, para sua utilização da determinação da provisão para os planos de benefícios pós-emprego no contexto das demonstrações contábeis consolidadas.

Porque é um PAA**Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria**

Ambiente de Tecnologia da informação

A CAIXA opera em um ambiente de negócio altamente dependente de tecnologia requerendo uma infraestrutura complexa para suportar o elevado número de transações processadas diariamente em seus diversos sistemas.

Os riscos inerentes à tecnologia de informação, associados a processos e controles que suportam o processamento dos sistemas de tecnologia, considerando os sistemas legados e os ambientes de tecnologia existentes, podem, eventualmente, ocasionar processamento incorreto de informações críticas, inclusive aquelas utilizadas na elaboração das demonstrações contábeis consolidadas. Por essa razão, essa foi considerada uma área de foco em nossa auditoria.

Com o auxílio de nossos especialistas de sistemas, avaliamos o desenho e testamos a efetividade operacional dos principais controles relacionados à gestão do ambiente de tecnologia da informação, incluindo os controles compensatórios estabelecidos.

Os procedimentos executados envolveram a combinação de testes de controles e, quando aplicável, testes dos controles compensatórios, relacionados à segurança da informação, desenvolvimento e manutenção de sistemas e operação de computadores sobre a infraestrutura que suportam as informações relevantes no processo de elaboração das demonstrações contábeis consolidadas, incluindo gestão de acessos, tratamento de incidentes e segregação de função.

Por meio dos resultados dos trabalhos mencionados, determinamos a natureza e a extensão de nossos procedimentos de auditoria e consideramos que os processos e controles do ambiente de tecnologia, associados aos controles compensatórios e testes realizados, proporcionaram uma base razoável para a auditoria sobre as demonstrações contábeis consolidadas.

Outros assuntos**Demonstração do Valor Adicionado**

A Demonstração do Valor Adicionado (DVA) referente ao semestre findo em 30 de junho de 2017, elaborada sob a responsabilidade da administração da CAIXA e apresentada como informação suplementar para fins do Banco Central do Brasil, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações contábeis consolidadas da CAIXA. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações contábeis consolidadas e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - "Demonstração do Valor Adicionado". Em nossa opinião, exceto pelos possíveis efeitos do assunto descrito na seção "Base para opinião com ressalva", a demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e é consistente em relação às demonstrações contábeis consolidadas tomadas em conjunto.

Apresentação das cifras relativas ao segundo trimestre de 2017

Os valores referentes às demonstrações consolidadas do resultado, das mutações do patrimônio líquido, dos fluxos de caixa e dos valores adicionados referentes ao segundo trimestre de 2017, que estão sendo apresentadas pela Administração da CAIXA como informações suplementares, foram submetidas a procedimentos de revisão limitada previstos com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 – Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 – *Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity*, respectivamente). Exceto pelos possíveis efeitos do assunto descrito na seção "Base para opinião com ressalva", nada chegou a nossa atenção de que essas demonstrações contábeis consolidadas do segundo trimestre de 2017 não estejam adequadamente apresentadas, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações contábeis consolidadas tomadas em conjunto.

Apresentação das demonstrações contábeis individuais

A CAIXA elaborou, adicionalmente, um conjunto de demonstrações contábeis individuais referentes ao semestre findo em 30 de junho de 2017, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, sobre o qual emitimos relatório de auditoria, datado de 22 de setembro de 2017, contendo a mesma ressalva e ênfase, bem como os mesmos principais assuntos de auditoria acima descritos.

Auditoria dos valores correspondentes ao exercício e semestre anteriores

O exame das demonstrações contábeis consolidadas do exercício findo em 31 de dezembro de 2016 foi conduzido sob a responsabilidade de outros auditores independentes, que emitiram relatório de auditoria, com data de 23 de março de 2017, com ressalva referente à ausência de laudo de avaliação relativo a determinada entidade investida do fundo de pensão patrocinado pela CAIXA, providenciado para o primeiro semestre de 2017, bem como com parágrafos de ênfases referentes a realização dos créditos com FCVS, realização do crédito tributário da investida Banco PAN S.A. e aspectos relacionados à não conformidade de leis e regulamentos.

O exame das demonstrações contábeis consolidadas do semestre findo em 30 de junho de 2016 foi conduzido sob a responsabilidade de outros auditores independentes, que emitiram relatório de auditoria, com data de 10 de agosto de 2016, antes dos ajustes descritos a seguir, com parágrafos de ênfases referentes a realização dos créditos com FCVS, realização do crédito tributário da CAIXA e da investida Banco PAN S.A. e aspectos relacionados à não conformidade de leis e regulamentos.

Como parte de nosso exame das demonstrações contábeis consolidadas de junho de 2017, examinamos também os ajustes descritos na Nota 3 (t) que foram efetuados para alterar as demonstrações contábeis consolidadas de 30 de junho de 2016, apresentadas para fins de comparação. Em nossa opinião, tais ajustes são apropriados e foram corretamente efetuados. Não fomos contratados para auditar, revisar ou aplicar quaisquer outros procedimentos sobre as demonstrações contábeis consolidadas da CAIXA referentes ao período findo em 30 de junho de 2016 e, portanto, não expressamos opinião ou qualquer forma de asseguuração sobre as demonstrações contábeis consolidadas de 30 de junho de 2016 tomadas em conjunto.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis consolidadas

A Administração da CAIXA é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis consolidadas livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a CAIXA continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis consolidadas, a não ser que a administração pretenda liquidar a CAIXA ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da CAIXA e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis consolidadas.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis consolidadas.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da CAIXA e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da CAIXA. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a CAIXA a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis consolidadas, inclusive as divulgações e se essas demonstrações contábeis consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações contábeis consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações contábeis consolidadas do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Brasília, 22 de setembro de 2017

PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes
CRC 2SP000160/O-5 “F” DF

Guilherme Naves Valle
Contador CRC 1MG070614/O-5 “S” DF

Parecer do Conselho Fiscal

Parecer nº 17/2017, da Ata nº 732, de 22/09/2017

Assunto: Balancete Mensal de junho, Demonstrações Contábeis Individuais, Demonstrações Contábeis Consolidadas e Execução Orçamentária da Caixa Econômica Federal, referentes ao primeiro semestre de 2017 – Resolução do Conselho Diretor nº 7724/2017, de 09/08/2017.

O Conselho Fiscal da Caixa Econômica Federal, em cumprimento ao disposto no Inciso IV do Artigo 50 do Estatuto Social da Empresa, aprovado pelo Decreto nº 7.973, de 28/03/2013, e alterado pelo Decreto nº 8.199, de 26/02/2014, **examinou** o Balancete Mensal de junho, as Demonstrações Contábeis Individuais, as Demonstrações Contábeis Consolidadas e a Execução Orçamentária da Caixa Econômica Federal, referentes ao primeiro semestre de 2017, aprovados pela Resolução do Conselho Diretor nº 7724/2017, de 09/08/2017, e, tomando por base a manifestação da Auditoria Interna, o Parecer da PriceWaterhouseCoopers (PWC) e o Relatório do COAUD, **é de opinião que devem ser observadas, integralmente, de modo a considerar os riscos inerentes aos controles internos e aprimorar a gestão contábil, financeira e patrimonial da CAIXA: 1) as recomendações da Auditoria Interna; 2) as ênfases da Auditoria Independente; e 3) a ressalva da Auditoria Independente, a saber: “considerando que as ações relacionadas à investigação desses assuntos [detalhados por meio da Nota Explicativa 2 (d) às Demonstrações Contábeis] estão em andamento, os possíveis impactos decorrentes da resolução desses temas não são conhecidos. Consequentemente não foi possível determinar se havia necessidade de ajustes ou divulgações adicionais relacionados a esse assunto sobre as demonstrações contábeis consolidadas de 30 de junho de 2017.”** Observado o exposto, o Colegiado nada tem a opor à divulgação das referidas Demonstrações Contábeis.

Brasília, 22 de setembro de 2017.

ANDRÉ PROITE
Conselheiro

CRISTIANO NEUENSCHWANDER
LINS DE MORAIS
Conselheiro

DANIEL DE SABÓIA XAVIER
Conselheiro

MÁRCIA FERNANDA
DE OLIVEIRA TAPAJÓS
Conselheira

MANUEL AUGUSTO ALVES SILVA
Presidente

Parecer do Conselho da Administração

PARECER

O Conselho de Administração da Caixa Econômica Federal, em cumprimento ao disposto no Artigo 18, Inciso X, alínea “f”, do seu Estatuto, aprovado pelo Decreto nº 7.973, de 28 de março de 2013, e alterado pelo Decreto nº 8.199, de 26 de fevereiro de 2014, tomando por base os Relatórios da Auditoria Interna e do Comitê de Auditoria da CAIXA e o Relatório da PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes, **aprovou** as Demonstrações Contábeis Individuais, as Demonstrações Contábeis Consolidadas e a Execução Orçamentária da Caixa Econômica Federal, referentes ao primeiro semestre de 2017.

Brasília, 20 de setembro de 2017.

ANDRÉ NUNES
Conselheiro

ANELIZE LENZI RUAS DE ALMEIDA
Conselheira

CLAUDIO XAVIER SEEFELDER FILHO
Conselheiro

GILBERTO OCCHI
Conselheiro

MARIA RITA SERRANO
Conselheira representante
dos empregados

PRISCILA GRECOV
Conselheira

ANA PAULA VITALI JANES VESCOVI
Presidente